

UFRRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

TESE

**Contribuições da Literatura Negra na construção de
Pedagogias Decoloniais**

Danielle Tudes Pereira Silva

2023



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DE
PEDAGOGIAS DECOLONIAIS**

DANIELLE TUDES PEREIRA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Luiz Fernandes de Oliveira

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Educação**, no Curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Maio 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Danielle Tudes Pereira, 1978-

S586c Contribuições da Literatura Negra na construção de
Pedagogias Decoloniais / Danielle Tudes Pereira Silva. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
115f.:il.

Orientador: Luiz Fernandes de Oliveira.
Tese (Doutorado).--Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares, 2023.

1. Literatura Negra. 2. Pedagogias Decoloniais. I. Oliveira,
Luiz Fernandes de, 1968-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



TERMO Nº 634 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.035755/2023-52

Seropédica-RJ, 02 de junho de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DANIELLE TUDES PEREIRA SILVA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 31/05/2023

Membros da banca:

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA. Dr. UFRJ (Orientador/Presidente da Banca).

FERNANDA FELISBERTO DA SILVA. Dra. UFRJ (Examinadora Externa ao Programa).

KATIA ANTUNES ZEPHIRO. Dra. UFRJ (Examinadora Externa ao Programa).

JONÊ CARLA BAIÃO. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

MONICA REGINA FERREIRA LINS. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 02/06/2023 17:59)

FERNANDA FELISBERTO DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptL/IM (12.28.01.00.00.00.89)
Matrícula: 1001447

(Assinado digitalmente em 02/06/2023 21:57)

KATIA ANTUNES ZEPHIRO
PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1070972

(Assinado digitalmente em 03/06/2023 10:25)

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.00.22)
Matrícula: 1450821

(Assinado digitalmente em 02/06/2023 17:47)

JONÊ CARLA BAIÃO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 972.474.057-91

(Assinado digitalmente em 03/06/2023 10:26)

MONICA REGINA FERREIRA LINS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 000.334.407-00

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **634**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **02/06/2023** e o código de verificação: **2e5c16f417**

Em memória de José Silva.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Agradeço ao professor Luiz Fernandes, amigo e orientador, que me acolheu com afeto e respeito. Seu apoio fez com que eu acreditasse em minha escrita e em minhas possibilidades. Seu exemplo confirma que, tal como nos dizia Paulo Freire, para educar é preciso querer bem.

À querida professora Mônica Lins, grande amiga e exemplo de ética, profissionalismo e generosidade. Sua presença inspiradora e seu apoio foram fundamentais.

Ao grupo de pesquisa GPMC pelo privilégio de aprender tanto e pela oportunidade de ser parte desse grande sonho coletivo.

Aos amores da vida, João Bruno e Fábio, pelo incentivo constante, pela paciência, pelo colo, pelos abraços e por ter vocês.

A todas as mulheres que vieram antes, mas especialmente à minha mãe, Dilma, minha inspiração, minha musa, meu grande amor.

Às Conceições e Carolinas que, todos os dias, acordam antes do sol e cruzam a cidade em busca de seu destino.

RESUMO

SILVA, Danielle Tudes Pereira. **Contribuições da Literatura Negra na construção de Pedagogias Decoloniais**. 2023. 115p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Essa tese objetiva debater as potencialidades da Literatura Negra na construção de Pedagogias Decoloniais, ou seja, um projeto político que refuta a colonialidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece o campo da Literatura, bem como Artes e História, como preferencial para a abordagem das Histórias e Culturas Afro-brasileiras, Africanas e Indígenas. No entanto, a Literatura, enquanto atividade artística que produz sentidos para a existência, desobedece as restrições disciplinares e pode oferecer elementos transgressores para a efetivação de uma educação antirracista. Adotamos a Opção Decolonial como base teórica, em outros termos, como uma ferramenta para a compreensão da permanência do *ethos* colonial na contemporaneidade e, conseqüentemente, na Literatura. A presente pesquisa se debruça sobre duas autoras: Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, a fim de relacionar a potência epistemológica de suas escritas, que explicitam também o protagonismo feminino. Para isso, adotamos conceitos formulados por teóricas e teóricos do grupo Modernidade/Colonialidade (MC) articulados com outras pensadoras e pensadores críticos. Finalmente propomos algumas possibilidades de decolonizar a educação a partir da Literatura Negra.

Palavras chave: Literatura Negra, Opção Decolonial, Escrevivências, Pedagogia Decolonial.

ABSTRACT

SILVA, Danielle Tudes Pereira. **Contributions of Black Literature in the construction of Decolonial Pedagogies**. 2023. 115p. Thesis (Doctorate Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

This thesis aims to discuss the potentialities of Black Literature in the construction of Decolonial Pedagogies, that is, a political project that refutes coloniality. The Law of Guidelines and Bases of Education establishes the field of Literature, as well as Arts and History, as the preferred field for approaching Afro-Brazilian, African and Indigenous Histories and Cultures. However, Literature, as an artistic activity that produces meanings for existence, disobeys disciplinary restrictions and can offer transgressive elements for the realization of an anti-racist education. We adopted the Decolonial Option as a theoretical basis, in other words, as a tool for understanding the permanence of the colonial ethos in contemporary times and, consequently, in Literature. This research focuses on two authors: Carolina Maria de Jesus and Conceição Evaristo, in order to relate the epistemological power of their writings, which also make explicit the female protagonism. For this, we adopted concepts formulated by theorists of the Modernity/Coloniality (MC) group, articulated with other thinkers and critical thinkers. Finally, we propose some possibilities to decolonize education from Black Literature.

Keywords: Black Literature, Decolonial Option, Clerks, Decolonial Pedagogy.

LISTA DE FIGURAS

Figura	Página
1. Alfabeto Árabe.....	51
2. Ponto Riscado.....	52
3. Trecho bíblico em escrita Ge'ez.....	53
4. Exposição virtual “Me apaixonei pelo filtro que eu projetei em você” lanah Maia.....	55
5. Conceição Evaristo.....	60
6. Carolina Maria de Jesus.....	64

SUMÁRIO

PRÓLOGO	10
INTRODUÇÃO	15
1 A LITERATURA NEGRA	28
1.1 A distopia racista	31
1.2 Literatura Negra como lugar de fala e escuta	34
1.3 Afinal, pode o negro falar?	47
2 CONCEIÇÃO E CAROLINA	55
2.1 Posso escrever com minhas palavras?	65
2.2 “Descolonizar-se, esta é a possibilidade do pensamento”	76
3 LITERATURA NEGRA E PEDAGOGIAS DECOLONIAIS	93
3.1 A Literatura Negra como formação	101
3.2 Memória e Escrevivência	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108

PRÓLOGO

Então, se uma prática de pesquisa está implicada por nossa própria vida, uma outra só será possível caso o/a pesquisador/a empenhe-se em fazer sua existência de outro modo, a mudar suas relações precedentes com o saber e o poder, a perder a verdade de sua própria formação identitária para que o si-mesmo/a seja refeito/a. Ou seja, a coisa toda da prática de pesquisa é da ordem da criação – ética e estética -, nunca da conversão, muito menos da aderência pegajosa à qualquer mestria.

Sandra Mara Corazza

Nesse prólogo gostaria de falar um pouco sobre a história que inspira essa pesquisa, considerando que toda pesquisa envolve afetos e experiências de vida, entrelaçadas entre a pessoa e a pesquisadora. Falar de si é sempre um desafio, pois nos leva a uma mirada interior e a revisitar memórias, umas bonitas como aquelas fotos que escolhemos para exibir, seja nos antigos porta-retratos, seja nas atualíssimas redes sociais, outras nem tanto, pois apertam o peito e aumentam alguns vazios.

Nasci em Brasília, filha de migrantes, como era comum nesse território na década de 70. Minha mãe veio da Bahia e meu pai do Rio de Janeiro. Histórias diferentes que se encontraram na esperança de uma vida melhor. Fui criada em Angra dos Reis, município do Rio de Janeiro. Ingressei na escola aos três anos de idade e continuo até hoje, sem interrupções, nessa instituição a quem devo todas as oportunidades que tive, a maioria dos meus amigos e amores.

Mas devo dizer que aprendi a ler em casa com revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. Todos os domingos meu pai comprava uma revista para mim e todo dia havia jornal em minha casa. Meus pais sempre valorizaram muito a escolarização. Costumo dizer que na minha casa sobravam dificuldades financeiras e livros. Meu pai era topógrafo e minha mãe trabalhava como costureira. Quando a coisa apertava muito, os livros eram vendidos, inclusive os do *Círculo do Livro*, que eles assinavam.

Sempre estudei e trabalhei em escolas públicas. Ao final do ensino fundamental, havia uma prova de seleção porque as vagas eram escassas na rede estadual. Escolher os cursos de nossa preferência no ensino médio era tarefa difícil porque dependia da disponibilidade de vagas. Mas ainda assim, quis fazer o Curso Normal. Meus professores da antiga 8ª série se mobilizaram e nos prepararam no contra turno para a prova de seleção. Preciso explicar que esses profissionais estavam revolucionando o ensino no município de Angra dos Reis. Era o primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores, na

década de 90, e muitas pessoas quiseram contribuir com seu trabalho para a construção de um município mais justo e onde pudessem ver alguns de seus sonhos materializados. A memória do comprometimento político desse grupo habita em mim.

Aos catorze anos eu ingressava no Curso Normal, que mostrou-se desinteressante e não atendia às minhas expectativas. Até que, no meu último ano de curso, passei em uma seleção para monitora do Projeto MOVA – Movimento de Educação de Jovens e Adultos. Essa foi minha primeira experiência profissional e os primeiros estudantes com os quais trabalhei chegaram aos poucos, conforme se espalhava a notícia de que na comunidade havia turma de alfabetização para adultos. Maria, Gilberto, Dora, Oleriano e Maria Paulina era os nomes dos primeiros adultos que me fizeram professora. Talvez pouco tenham aprendido comigo, mas certamente me ensinaram tudo.

No Projeto Mova conheci Paulo Freire e o Movimento Negro. Esse momento configura-se como um marco em minha vida, pois me possibilita a compreensão de questões existenciais importantes e a base de minha formação docente. Nesse período minhas leituras de mundo foram potencializadas pelas ferramentas que os movimentos sociais me forneciam e por minha inserção acadêmica, pois ingressei no curso de Pedagogia da UFF. Participei da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo e pela Cidadania e a Vida, em Brasília, no ano de 1995. Foi uma das manifestações mais lindas das quais tive o privilégio de participar.

Em seguida fiz concurso para a rede municipal em Angra dos Reis e nela permaneci por 21 anos. Atuei em turmas de anos iniciais e como pedagoga (supervisora educacional). Meu trajeto inclui também coordenação de programas de aceleração da aprendizagem, atuação na administração e, nos últimos anos, a lotação em uma escola quilombola.

Cumpra salientar como a minha formação, no que concerne à discussão das relações raciais, foi iniciada no interior dos Movimentos Negros e não na escola, já que este espaço acadêmico, sobretudo durante o meu curso de formação de professores, limitou-se a reproduzir saberes instituídos, ao passo que invisibilizou possibilidades fecundas de abordagens e produções estéticas/poéticas da população negra e indígena.

Além desse percurso profissional, há outros. Um deles é ser mãe de um jovem de 21 anos, que queria muito sair de Angra dos Reis e morar no Rio de Janeiro. Desse modo, há sete anos mudei-me para o Rio e vivo em Campo Grande. Há dois anos deixei meu trabalho em Angra e assumi uma matrícula na UERJ, no Instituto de Aplicação.

Mas além disso, porque sempre somos múltiplas e múltiplos, gosto de escrever contos e a literatura é um dos alicerces de minha vida, além de território dessa pesquisa. Encontrei em Campo Grande um lindo movimento literário. Conheci o GPMC (Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Culturas e Movimentos Sociais) as mulheres do grupo de leitura Literalmente Elas e o Clube de Leitura ZO (Zona Oeste), aprendi que a leitura e a escrita podem ser lindos atos coletivos. E dessa forma venho seguindo e lutando na e pela escola pública popular.

Esse rápido resumo pode contribuir para a compreensão dos espaços/tempos de onde falo. Mas ainda assim, há histórias que gostaria de compartilhar com vocês, possíveis leitores. Essas histórias, acredito, vão permitir um mergulho mais profundo e o entendimento das minhas opções de pesquisa.

Sobre livros e liberdade

Li as primeiras palavras aos três anos. Ia com meu pai à banca de jornal todos os domingos e ele me comprava um gibi. Eu era pequena e aquele era meu mundo. Havia também o jornal diário. Mais tarde, com maior habilidade e de maneira sub-reptícia, devorava os livros que ele tinha em casa e os que encomendava no *Círculo do Livro*. Por isso comecei a ler Stephen King, Sidney Sheldon e Julio Verne desde criança.

Na minha casa, como já disse, havia tantos livros quanto dificuldades financeiras. Regularmente, nos desfazíamos do acervo, além de outros artigos de nossa casa. Quando a situação se estabilizava, novamente podia contar com livros na estante, rota de fuga de uma realidade dura. Os livros eram muito desejados porque amenizavam o embrutecimento do meu pai.

Sempre me intrigou como meu pai, um homem muito difícil, que foi rejeitado pela família e morou nas ruas do Rio de Janeiro e desenvolveu formas de sociabilidade difíceis para nós que convivíamos com ele, podia gostar tanto de ler e valorizar esse objeto fascinante chamado livro.

Uma vez, acho que tinha uns dezesseis anos, morávamos no interior – Angra dos Reis -, onde não havia livrarias e meu pai precisava resolver algumas coisas no centro do Rio de Janeiro. Fui junto e ele me levou a um lugar especial. Nesse dia aprendi o nome dos estabelecimentos que comercializam livros usados, porque para mim, sebo era aquela gordura que limpamos da carne.

Chegamos em uma loja estreita, mas muito comprida. As paredes estavam cobertas por estantes e havia um outro andar também abarrotado. Fiquei encantada com tantos volumes de capa dura que pareciam perdidos no tempo. Havia ali um cheiro leve e aprazível de mofo e recordação.

Ganhei dinheiro para comprar um ou dois livros e, cansado, meu pai sentou em uma poltrona no fundo. Eu não sabia o que fazer. Sentia vergonha. Aquele ambiente era acolhedor e sofisticado e tinha medo de fazer alguma coisa errada, de meu comportamento ser inadequado ali. Enfim, sentia que aquele lugar não era para pessoas como eu e que as lombadas me vigiavam.

Estava perdida, quando um rapaz se aproximou e perguntou se podia ajudar. Ele era um pouco mais velho que eu e usava um avental verde puído. Nunca tinha ouvido uma voz tão bonita, quente e encorpada, como só as melhores coisas sabem ser. Eu respondi que estava olhando e ele quis saber meus autores preferidos. Falei que eram Graciliano Ramos e Rubem Fonseca.

Iniciamos uma conversa sobre leitura, e isso era algo totalmente novo para mim. Meus amigos não liam muito, não gostavam e, mesmo assim, não tinham dinheiro para comprar livros regularmente. Meu pai, leitor com o qual convivia, não era muito afeito ao diálogo. Então o mundo da leitura era essencialmente um lugar de solidão. Até aquele dia.

Enquanto conversávamos, meu coração batia violento. Queria habitar aquele momento pela eternidade. Escolhi dois livros e, enquanto ele embalava, percebi que havia três. Ganhei um presente, *Cem anos de solidão*, do Gabriel García Márquez. Em casa descobri uma dedicatória: *Para a menina bonita de olhos tristes, que tenha uma vida de livros e liberdade pela frente*.

Até hoje sou profundamente agradecida. Naquele dia aprendi que havia outros como eu e que valia a pena ultrapassar minhas fronteiras. O que ele me desejou tem sido para mim a busca de uma vida e meus maiores bens: livros e liberdade. *Cem anos de solidão* é a genealogia mais arrebatadora e mágica que já li e guardo meu presente com muito cuidado.

O dia em que descobri o racismo

Um dia fomos ao aniversário de um engenheiro para o qual meu pai prestava alguns serviços. Ele era também esposo da minha professora, acho que eu estava na 3ª

série, não me lembro. Éramos quatro, meus pais, eu e meu irmão, seis anos mais novo. Nos arrumamos da melhor maneira possível. Lembro que meu irmão usava um *kichute* preto. Hoje é um calçado *cool*, mas na época era utilizado mesmo pelos pobres, tanto para jogar futebol quanto para ir à escola, não era sapato de sair. São interessantes os caminhos que a memória percorre. Tenho nítida a imagem do meu irmão com o *kichute*.

Lembro que no caminho meu pai se aborreceu, mas ele sempre se aborrecia com qualquer coisa. Quando chegamos, vários convidados já estavam lá. Aquelas pessoas eram diferentes de nós. Eu não sabia explicar essa diferença, talvez na época eu nem conseguisse nomear meu sentimento. Ele surgia através de objetos, de evidências físicas. Nesse dia eu usava um *moletom* rosa novo que minha mãe havia comprado. Na minha casa e entre meus amigos o meu *moletom* era bonito e me orgulhava, mas ali, onde ninguém usava *moletom*, eu me sentia feia.

E havia o *kichute*, que me incomodava, era como se ele tivesse vida própria e chutasse meu orgulho. Além disso, eu pensava o tempo todo no meu cabelo. Eu queria que eles fossem lisos como eram os das pessoas mais bonitas que eu conhecia. Mesmo minha mãe e minha professora, que tinham os cabelos crespos, alisavam.

Fora o turbilhão de pensamentos que eu testemunhava sozinha, tudo ia bem.

Todos bebiam e conversavam.

De repente, conversando de forma empolgada, meu pai esbarrou no seu copo de cerveja e derrubou. Ele ficou muito constrangido, pediu perdão e falou, “Não tem jeito, preto quando não caga na entrada, caga na saída.” As pessoas riram, inclusive meus pais. Aparentemente, derrubar o copo não era um problema. Mas nunca mais aquelas palavras saíram de mim.

Então meu pai era preto.

E fazia coisas indesejáveis por ser preto e tudo se juntava, o *kichute* e meu pai preto, o *moletom* e meu pai preto, nós diferentes e meu pai preto, meu cabelo feio e meu pai preto.

Nunca conversei sobre isso com meu pai e eu sei que não vai acontecer.

Eu pensei que descobri o racismo quando conheci o Movimento Negro, quando me ensinaram a amar meus cabelos ou quando trabalhei com estudantes negros. Mas estava enganada ou estava me enganando. Eu descobri o racismo naquele dia, naquela festa. Eu soube o que era o racismo porque senti uma dor inexplicável, uma vergonha avassaladora e um sentimento de diferença e distanciamento em relação àquelas pessoas do qual jamais esquecerei.

INTRODUÇÃO

Nenhum vivente dorme eternamente

Nos despertamos,

*refizemos nossos corpos,
restauramos nosso peito,
do coração arrancamos as safenas,
e fazemos hoje a verdadeira abolição.*

Geni Guimarães

Este texto foi escrito em meio ao luto de mais de duzentos e cinquenta mil mortos pela COVID¹ e pelo descaso do Estado brasileiro. Iniciei dessa maneira o texto apresentado no exame de qualificação em 31 de março de 2021. Se naquele momento, seguíamos perplexos, que dizer do número de mais de seiscentos mil brasileiros mortos², em janeiro de 2022, menos de um ano depois? A título de comparação, a Guerra do Paraguai - massacre promovido por Brasil, Uruguai e Argentina, financiado pela Inglaterra, na região do Rio da Prata, de 1864 a 1870 - deixou uma conta de, aproximadamente, 50 a 60 mil brasileiros mortos.³

A comparação nos permite contemplar o horror vivido nos últimos anos. Mas guerras e pandemias guardam semelhanças entre si. Dentre outras, o descaso demonstrado por líderes que promovem verdadeiros genocídios entre as populações mais empobrecidas, negras e indígenas.

Passamos por 2020, 2021 e 2022 sob os estertores dos nossos sonhos, soterrados por governos de direita, ultraliberais e que flertam continuamente com o proselitismo fundamentalista religioso e autoritarismos de toda ordem. Instabilidade política e econômica, duas velhas damas que caminham juntas. A pandemia testou o pacto social, a integridade das instituições e nossa capacidade de construção de políticas de proteção. Falhamos. Experimentamos o luto literal, todos perdemos pessoas queridas, amigos,

1 A COVID-19 é uma doença causada por um vírus da família dos coronavírus e provoca sintomas como febre, tosse e dificuldade respiratória. Os primeiros casos da doença surgiram no final do ano de 2019, na China. No primeiro semestre de 2020, a doença já havia atingido todos os continentes, sendo classificada como uma pandemia e tendo causado mais de cem mil óbitos no Brasil, além do colapso das redes de saúde em vários estados.

2 De acordo com o site do Ministério da Saúde, consultado em 04/02/2022, o Brasil acumulou 630.001 óbitos.
<https://covid.saude.gov.br>

3 Para mais informações, indico o artigo **História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois** de Carlos Guilherme Mota, disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/R6CtMNFGZpZnNrB6HLZ4QRN/?format=pdf>. Acesso realizado em 04/02/2022.

amores, referências. Mas também o luto pela ausência dos empregos, das rotinas, da saúde, dos projetos, das perspectivas, da dignidade.

Acredito que temos o compromisso ético de registrar em nossas pesquisas o contexto em que elas foram produzidas e como foram impactadas pela necropolítica, enquanto vida subjugada ao poder da morte, na acepção de MBEMBE (2018). O filósofo camaronês discorre sobre a morte como política, visando o extermínio de corpos e, lamentavelmente, o Estado pode promovê-la através de ações ou absenteísmo. Vemos aqui que a necropolítica implica poder de decisão sobre quem deve morrer e o período pandêmico evidenciou quais corpos são dispensáveis.

Testemunhamos tratamentos diferenciados na situação de uma pandemia que não foi a mesma para todos. No Brasil, o quantitativo de negros (pardos e pretos) mortos foi maior que o de brancos mortos. O fato de a primeira vítima ter sido uma mulher, negra e empregada doméstica, que contraiu o vírus de sua patroa, recém-chegada de uma viagem de férias à Itália, é extremamente representativo desse quadro.⁴

Há possibilidade de produzir sem expressar o estado de mal estar em que nos encontramos? O cânone acadêmico que, baseado nos princípios da ciência moderna, ainda alimenta a crença na objetividade e no total distanciamento de pesquisadoras e pesquisadores para a garantia do rigor científico, nos leva, por vezes, a produzir textos nos quais sequer nos reconhecemos e que não expressam as vivências de quem, atrás de uma tela, dá vida ao vazio inicial de cada página.

Precisamos dizer que nossas pesquisas foram produzidas em Universidades sob constantes ataques. Quando o Estado atua explicitamente no sentido de prejudicar grupos, autorizar a violência e promover perseguições, todas as instituições democráticas são afetadas. Além disso, como indivíduos, pagamos todos essa conta e posso afirmar, de forma particular, que ela tem sido bastante pesada e duradoura.

Nesse percurso, felizmente contei com a atuação sensata e afetuosa do meu orientador. Sobrecarregada pelas demandas do trabalho remoto, os cuidados com idosos da família - que até hoje carregam sequelas - doenças e perdas de amigos e amigas e impossibilitada, por vários motivos que não cabe aqui detalhar, de atuar presencialmente no meu campo de pesquisa, que era o bairro Bracuí, no município de Angra dos Reis, optamos juntos por modificar a trajetória da pesquisa na metade do caminho. Essa

4 Os dados e as informações estão disponíveis em <https://www.epsv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>, acesso realizado em 25/07/2022. Cabe aqui uma problematização, embora não seja o foco dessa tese, em relação ao predomínio de mortes de pessoas negras, enquanto somatório de pessoas pardas e pretas. A classificação como pardas pode subsumir um quantitativo de indígenas, especialmente urbanos, que consequentemente, seriam invisibilizados.

decisão foi difícil e assustadora. Conversamos sobre ela depois de um debate que realizei com os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) sobre o livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, autora que se tornaria um dos pilares dessa tese.

De repente, saltei de um terreno sólido e conhecido rumo a uma nova possibilidade. A certeza veio quando percebi o papel da Literatura em todos os tempos e âmbitos da minha vida, inclusive naquele momento. Essa constatação não é somente pessoal. O consumo de livros de ficção durante a pandemia e, dentre eles, distopias, aumentou significativamente⁵. Títulos como *1984*, de George Orwell (1985), *O Conto da Aia*, de Margareth Atwood (2017), *A Peste*, de Albert Camus (2017) dentre outros, tornaram-se mais comuns e comentados a medida que dialogavam com a realidade.

Mesmo com muitas dificuldades, eu tive o privilégio de poder adquirir livros e fruir dos mesmos, enquanto grande parte da população lutava/luta pela sobrevivência em condições extremamente adversas. Tive a companhia da grande dama da ficção científica, a estadunidense Octavia Butler. Suas obras, *Kindred* (2017), *A Parábola do Semeador* (2018) e *A Parábola dos Talentos* (2019) me permitiram analisar a conjuntura sufocante em que vivia no momento. Em seus livros, Butler exacerba aspectos da realidade, dentre eles o racismo, a violência patriarcal e o fundamentalismo religioso, em um universo ficcional de morte e opressão.

Longe de romantizar a Literatura, o que ressaltou nas escolhas que faço é o seu potencial de abordagens críticas sobre a realidade e de nos apresentar mundos outros e formas de habitá-los. Porque seja no interior de uma pequena cidade brasileira ou em outra galáxia, as histórias são sempre sobre nós, o que somos e o que podemos ser em episódios de dor e alegria, morte e esperança. As histórias são sempre sobre a humanidade.

Em tempos onde vivemos nos nossos limites, em um cenário onde nos perguntamos o quanto de humano ainda há em nós, seres que possuímos o toque de Midas ao contrário, ouvimos de Ailton Krenak (2020, p.79), grande intelectual do povo indígena Krenak, que “essa dor talvez ajude as pessoas a responder se somos de fato uma humanidade.”

Desejo, como ele, que não voltemos à (mal)dita normalidade porque isso significaria desdenhar da morte solitária de milhares de pessoas. Nunca estivemos em um

5 Notícia: *Brasileiro comprou mais livros na pandemia – distopias subiram no ranking*, disponível em <https://super.abril.com.br/cultura/brasileiro-comprou-mais-livros-na-pandemia-distopias-subiram-no-ranking/> acesso realizado em 13/06/2022.

estado de bem-estar. Para parte considerável da população, especialmente negras, negros, brancas e brancos pobres e indígenas, os dias sempre foram mais de luta que de glória. Aos sobreviventes resta, não um “novo normal”, mas a certeza de que excedemos os limites e agora precisamos edificar a civilização sobre princípios outros. Isso exige mudanças radicais, pessoais e coletivas, para que possamos ressignificar nossas vidas, pois “para combater esse vírus, temos de ter primeiro cuidado e depois coragem” (2020, p.85). Cuidado porque caminhamos no fio da navalha todos os dias e porque precisamos dispensar, mais do que nunca, diligência com todas as formas de vida. Coragem para os enfrentamentos, sempre necessários, presentes e futuros.

Nesse cenário, a Literatura, como manifestação artística, pode contribuir para a produção de novos sentidos, de desobediências. Podemos imaginar mundos outros e a potência dessas perspectivas são como combustível para novos anseios e realizações. Ou seja, entre múltiplas formas de escapar ao recrudescimento da vida, reitero e opto, nesta tese, pela Literatura como um direito fundamental, portanto universal e inalienável, possibilidade de resistência/existência, sendo o território da presente pesquisa.

Em seu belíssimo ensaio, *O Direito à Literatura*, Antônio Cândido (2011) discorre sobre como, em meio aos inúmeros avanços tecnológicos capazes de garantir vida digna a todas as pessoas, a desigualdade persiste e se agudiza. O show de luzes da Modernidade, que prometia progresso e abundância, há muito apagou-se e, conseqüentemente, cada vez mais os direitos humanos básicos não são garantidos sequer para a maioria da população. Desse modo, a arte não é considerada como um direito básico e necessário. A urgência dos direitos é inclusive relativa porque atravessada pelas questões de classe, raça e gênero. Mas como diz a música, “a gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão e arte.”⁶

A Literatura, em sua mais ampla acepção, está relacionada ao ato de ficcionalizar a realidade. E a capacidade de ficcionalizar é essencialmente humana, nos acompanha ao longo de nossa trajetória como espécie. As reuniões ao redor da fogueira, as histórias contadas para as crianças na hora de dormir, os feitos de seres mágicos, os mitos fundantes. Por isso a Literatura não pode ser excludente, ela faz parte do cotidiano das pessoas, no que nele há de ordinário e sublime e, conseqüentemente, constitui um direito fundamental. A arte e, especificamente, a Literatura, correspondem “a necessidades profundas do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob

6 Letra da música “Comida”, lançada em 1987, pelo grupo Titãs, no álbum “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”. Composição de Marcelo Fromer, Sérgio Britto e Arnaldo Antunes.

pena de desorganização pessoal, ou, pelo menos, de frustração mutiladora.” (CÂNDIDO, 2011, p.174)

A adoração e hipervalorização da escrita, efeito da colonização arraigada na tradição ocidental, edifica uma concepção de Literatura excludente, pois marginaliza diversos grupos ao desconsiderar que há formas diversificadas de produção literária. Enquanto fabulação, a Literatura compreende a necessidade de construir narrativas e sentidos de forma individual e social, por isso presente nas criações de todos os povos.

Em outras palavras, a Literatura é um direito humano indispensável porque nos humaniza ao propiciar o exercício de análise, de reflexão, de empatia, a mobilização de sentimentos diversos, a percepção da complexidade, a ética e a estética. Em suma, “a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. (CÂNDIDO, 2011, p.180) Por isso ela também é considerada muito perigosa quando nega o estabelecido e assume um caráter revolucionário porque a arte também produz o real e o transforma.

Um exemplo recente foi a tentativa de expurgo do acervo bibliográfico da Fundação Palmares⁷. Sob a alegação de que os livros se prestavam à “doutrinação marxista” e outros absurdos, autores como Simone de Beauvoir, Erick Hobsbawn e Nelson Werneck Sodré foram considerados inadequados. Tal postura reflete o quanto o conservadorismo sente-se ameaçado por possibilidades de ressignificar visões de mundo e questionar o que está naturalizado.

A alternativa de contraposição às possibilidades que a arte coloca, historicamente, tem sido a destruição. É o que nos mostram acontecimentos como a queima dos manuscritos Judaicos no ano de 1244 em Paris; a queima de 5.000 manuscritos Árabes em Granada, pela Inquisição Espanhola, em 1499; no século XVI, a queima dos manuscritos Maias e Astecas pelos colonizadores; a queima de livros pelos nazistas na 2ª Guerra Mundial; na década de 1950, as bibliotecas nos Estados Unidos, que durante o Macarthismo, queimaram livros considerados comunistas e, a ditadura Pinochet, no Chile, cujos livros censurados pelo regime ditatorial foram queimados. Lamentavelmente, poderíamos nos estender em inúmeros exemplos, em diferentes tempos e lugares. Essa abundância confirma que a arte pode ser considerada muito ameaçadora ao *status quo* e aos grupos hegemônicos.

⁷ Conteúdo disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/classicos-serao-excluidos-da-biblioteca-da-fundacao-palmares/> Acesso em 22/12/2022.

Várias obras literárias possibilitam a exposição de vozes tradicionalmente marginalizadas e contribuem para rasurar a historiografia oficial através de perspectivas antes silenciadas. Dessa maneira, abre-se o diálogo e a reflexão crítica, no que o filósofo Walter Benjamin (1996) chamava de “escovar a história a contrapelo”. A maneira como as histórias são contadas é influenciada pelos interesses dos grupos hegemônicos, portanto elas são uma construção social e também estão em constante movimento podendo sofrer mudanças.

Um caso exemplar é a obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, um clássico da Literatura Negra. Nela, a escritora narra a saga de Kehinde, uma mulher escravizada que busca reaver seu filho. A trajetória da personagem é inspirada na figura de Luísa Mahin, mãe do abolicionista Luis Gama. Ao mesmo tempo, diz respeito ao destino coletivo de muitas mulheres que, compulsoriamente, atravessaram o Atlântico no infame período escravista. Temos ali uma memória coletiva que fomenta uma postura de empatia e compreensão, além de possibilitar uma perspectiva crítica sobre o colonialismo e a forma como as vidas individuais foram impactadas.

Em vista disso, a Literatura constitui também um território em disputa. Quem produz, o que produz e quem consome são questões que precisam ser compreendidas atravessadas pelas questões de raça, gênero e classe, ou seja, em uma perspectiva interseccional. A produção de intelectuais como GONZALEZ (2020), DAVIS (2016), hooks (2019) e AKOTIRENE (2019) têm sido bastante utilizada pelos movimentos feministas negros, pois constituem uma perspectiva interseccional ao relacionar raça, classe e gênero em suas reflexões sobre a posição das mulheres negras na sociedade. Para além de uma ferramenta teórica, tem sido sobretudo um importante instrumento de luta.

Nesse território – Literatura – opto pela produção de mulheres negras considerando que são o grupo social mais atravessado pela convergência das categorias citadas, portanto mais vulnerável no sentido da sujeição ao maior número de opressões.

Adoto aqui a compreensão de interseccionalidade, a partir daquela exposta por Patrícia Hill Collins (2021), como uma ferramenta de análise que nos permite olhar a Literatura em sua complexidade e os sistemas de poder que a atravessam.

Dentre as muitas formas de opressão que constituem os sistemas de poder, como citamos acima, o racismo, o sexismo e o classismo atuam conectados de forma complexa e atravessam as pessoas. Desse modo, as opressões que enfrentamos em sociedade também são reproduzidas na escrita e inclusive naquelas que circulam nos espaços escolares e que constituem sempre escolhas políticas e pedagógicas.

Paulo Freire (1989), grande intelectual brasileiro que dedicou-se especialmente ao campo da educação, defendia a natureza política do processo educativo e, mais que isso, demonstrou fidelidade às suas ideias em sua atuação revolucionária na alfabetização de adultos. A Literatura, presente nos espaços escolares, corresponde a um projeto com intencionalidades bem definidas, mesmo que muitas vezes as mesmas não estejam explicitadas para todos os sujeitos que compõem esse *locus* de movimentos e contradições. Ler é também, de certa forma, apropriar-se do mundo, pois “desde o começo, na prática democrática e crítica, a leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas.” (1989, p.29)

Em vista disso, a escola é, ou deveria ser, o lugar privilegiado para a formação de leitoras e leitores da palavra-mundo. Entretanto, podemos apontar aqui diversas questões que a distanciam desse objetivo, desde a ausência de acervos até a falta de recursos humanos para a realização das mediações necessárias. Mas pretendo aqui refletir sobre como, apesar disso e enquanto lutamos para que esse quadro se altere, a Literatura pode contribuir para um projeto emancipatório urgente e necessário, pois “o Brasil foi ‘inventado’ de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos.” (1989, p.35)

Essa Literatura, que constitui um direito humano fundamental, não se reduz ao cânone enquanto um modelo, um padrão instituído a partir do qual tudo o mais é medido e considerado digno ou não de apreciação. Historicamente, o cânone literário é excludente porque é o reflexo dessa “invenção colonial” do Brasil ao tomar como referência, de maneira geral, a produção de homens brancos e que tiveram recursos econômicos e/ou posições de prestígio para investir na produção de suas obras. De maneira diametralmente oposta, o direito à Literatura, que defendo nessa tese, diz respeito também ao direito de todos os seres humanos, em suas diferenças, serem representados. O que pressupõe a inclusão de todos os povos na categoria humano, pois infelizmente a mesma ainda é considerada um privilégio europeu colonial, excluindo todos e todas as pessoas não-brancas.

Por vezes, podemos comparar o cânone a um edifício cuja construção demanda a derrubada de uma floresta, densa, rica e diversa. Opto por conceber a Literatura e aqui, especificamente a Literatura Brasileira, como uma Sumaúma, a árvore gigantesca e sagrada da Amazônia, com seus múltiplos galhos e ramificações, porque rompe com o discurso universal e hegemônico de representação. Essa grande árvore ramifica-se em

Literaturas femininas, indígenas, periféricas, LGBTQIAP+⁸, negras e todas as outras que subvertem o cânone. Nessa pesquisa, abordamos a Literatura Negra, que obviamente dialoga transversalmente com todas as outras em um bonito e necessário ato de comunicação, tal como os indígenas da Amazônia utilizavam o tronco da sumaúma para emitir sons e se conectarem rompendo distâncias.

A Literatura Negra origina-se na expressão oral ancestral, na transmissão cultural através das gerações, o que Hampâté Bâ (2021) denomina oralitura, ou seja, a cultura oral como forma de manter a identidade e as dinâmicas sociais nas tradições africanas. Em seu livro, “Amkoullel, o menino fula”, o escritor nos apresenta como a visão de mundo, do grupo étnico fula, e a preservação identitária está relacionada ao ato de transmitir histórias e ensinamentos, trazendo a memória como um conceito central. Assim, tradição oral e literatura escrita estão imbricadas na produção da Literatura Negra enquanto meio de resistência e manutenção de valores contrários ao racismo.

Tal dimensão nos permite abordar as obras de Literatura Negra como formadoras porque contribuem para a compreensão de que pessoas negras existem para além do lugar da subordinação, possibilitando uma visão mais justa do mundo e de suas relações. Historicamente os povos colonizados foram descritos e classificados pelos colonizadores sendo tomados como objetos. De forma diametralmente oposta, a Literatura Negra possibilita o deslocamento de pessoas negras para o lugar de sujeitos capazes de criar e contar suas próprias histórias.

Pela trajetória aqui exposta, essa tese se compromete com o estudo da Literatura Negra enquanto potencialidade na construção de Pedagogias Decoloniais, compreendidas sempre no plural, pois são várias as maneiras de aprender e ensinar que propõem modos outros de sociabilidade, em contraposição à colonialidade e ao pensamento eurocêntrico.

Para Walsh (2013, 2017), Palermo (2014), Neto (2016) e Oliveira (2012), as Pedagogias Decoloniais são um projeto político, que compreende uma postura intercultural de ruptura com a tradição colonial sendo uma reação à permanência da herança colonialista nas instituições educacionais e em outros espaços. Diferente do eurocentrismo, que marginaliza saberes e conhecimentos, essas pedagogias tomam a diferença como fundamental para valorizar os povos e seus territórios.

8 Sigla que inclui pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais, arromânticas, agênero, pansexuais, poli sexuais, não-binárias e mais.

Em outros termos, as pedagogias decoloniais são estruturadas a partir da riqueza de conhecimentos e comunidades dos territórios, uma vez que a possibilidade de currículos universais constitui sempre uma imposição de escolhas para determinados grupos. Em resposta ao racismo epistêmico, os movimentos sociais têm construído suas pedagogias, que inspiram, fortalecem e fundamentam práticas escolares decoloniais.

Defendo que a Literatura Negra possui uma força epistemológica fecunda para as reinvenções necessárias ao campo da educação formal. Todavia, como já citado, tratamos aqui de um campo em disputa e, por esse motivo, a Literatura Negra ainda encontra resistências para sua inclusão nos currículos.

Ao mesmo tempo, grandes avanços - como a lei 10.639, sancionada em 2003, que instituiu o ensino da cultura e história afro-brasileiras e a lei 11.645, sancionada em 2008, que complementou a anterior ao acrescentar o ensino da cultura e história indígenas - ocorreram no âmbito da legalidade e permitiram alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a fim de estabelecer o campo da Literatura, bem como Artes e História, como preferenciais para a abordagem das Histórias e Culturas Afro-brasileiras, Africanas e Indígenas.

Se por um lado, podemos questionar o fato de a Lei citar campos específicos e abrir margem para a desobrigação de outros, mesmo que afirme a necessidade de esses conteúdos serem abordados no âmbito de todo o currículo escolar, consideramos que a Literatura, enquanto atividade artística que produz sentidos para a existência, rompe fronteiras de maneira transdisciplinar e pode oferecer elementos transgressores para a efetivação de uma educação antirracista.

Nesse sentido, o estudo da Literatura Negra em sua potencialidade para a construção de Pedagogias Decoloniais pode contribuir e inspirar práticas de combate ao racismo no campo educacional ao considerá-la uma ferramenta pedagógica potente de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Nessa perspectiva, optei por trabalhar com o conceito de Escrivivência, criado pela escritora Conceição Evaristo e oriundo de suas produções. A Escrivivência têm sido um conceito de grande repercussão social e vem adentrando os espaços acadêmicos. Refere-se às produções escritas de mulheres negras que, através da Literatura, contam suas histórias, costuram passado, presente e futuro para além da narrativa individual, reverberando trajetórias coletivas. Felizmente, podemos contar com a presença de Conceição Evaristo em conversas e debates onde, de forma muito amorosa, vem conversando sobre sua Literatura e o conceito de Escrivivência. Arrisco dizer que, a cada

encontro da autora com suas leitoras e leitores, o conceito se enriquece, pois sua natureza é coletiva. Em suas palavras

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. (EVARISTO, 2020, p.30)

Este mesmo conceito define o movimento que faço nessa tese ao assumir a Escrevivência como uma rota de escrita acadêmica (FELISBERTO, 2020), como uma rota de escrita decolonial porque rompe com os modelos engessados e estéreis. Aqui estão implicadas minhas histórias, costuradas com as histórias de várias mulheres, dentre elas Conceição Evaristo. Juntas alteramos nossas rotas, juntas ocupamos a Universidade em um projeto educacional decolonial.

Também convido para esse diálogo a escritora Carolina Maria de Jesus, tendo em conta que suas obras constituem Escrevivências Decoloniais, pois nelas a autora transcende a individualidade e encontra a voz coletiva de mulheres negras e pobres em suas experiências de abandono pós-abolição. Mas a voz coletiva também é potente em sua abundância criativa e desejo de reconhecimento.

Carolina de Jesus produz a primeira grande narrativa autoral pós-abolição e é extremamente representativa da problemática da Literatura como um direito humano porque todas e todos temos o direito a ficcionalizar, a construir mundos e histórias outras, a tecer modos outros de ser e estar no mundo. Conceição Evaristo e Carolina de Jesus fazem isso de forma magistral. Carolina faz isso o tempo todo, afirma continuamente que gostaria de estar em outro lugar. A Literatura Negra ficcionaliza outras possibilidades, inclusive um mundo de equidade onde pessoas brancas possam tratar pessoas negras de forma digna.

As obras dessas autoras evidenciam o quanto nossas feridas coloniais permanecem abertas. Quero dizer com isso que o Colonialismo, enquanto processo de dominação territorial com amplo alcance político, econômico e cultural, alcançou dimensões que possibilitaram ultrapassar seus próprios limites temporais. Em outros termos, embora juridicamente a colonização portuguesa termine em 1822, seus efeitos se estendem até o presente, como bem evidencia o poema de Conceição Evaristo (2017, p.17):

Certidão de Óbito

Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.
A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.

Empregar o conceito de colonialismo seria anacrônico, ainda que considerando sua relativa persistência. Em função disso, adoto o conceito de colonialidade, cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2010). A colonialidade está vinculada ao colonialismo, sendo mais duradoura que este e garantindo a imposição dos padrões coloniais eurocentrados na intersubjetividade do mundo e nas relações sociais e políticas. Logo, atua no âmbito político e epistemológico com a centralidade na permanência do poder colonial. Podemos citar como exemplo a imposição da Língua Portuguesa como oficial e única no território brasileiro, quando sabemos que há línguas indígenas tão vivas quanto seus falantes.

Ao mesmo tempo é importante refletir que, embora o colonialismo seja um importante marco histórico para a compreensão da sociedade brasileira, desde o século XV houve resistência efetiva por parte do que aqui denomino movimentos negros e indígenas, sempre no plural por conta de sua grande diversidade. É inegável o silenciamento das iniciativas negras e indígenas por liberdade ao longo de nossa história, tanto nos registros acadêmicos quanto ficcionais. Ao apagar a resistência ao poder colonial, nos apropriamos de uma farsa onde os corpos colonizados são representados como dóceis e “naturalmente” destinados à exploração e escravidão. Nesse sentido, o povo indígena, no Brasil, é precursor da decolonialidade.

São esses povos e seus movimentos, passados e presentes, que têm sido referência para um grupo de intelectuais latino-americanos, que há mais de uma década

vem produzindo a partir da denominada Opção Decolonial. Conhecidos como intelectuais decoloniais, o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiólogo e teórico cultural argentino Walter Dignolo, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, a linguista norte-americana radicada no Equador Catherine Walsh, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, a argentina Zulma Palermo, o prof. Santiago Castro-Gomez, dentre outros.

Considero oportuno o uso do termo opção porque evidencia a viabilidade de outras perspectivas teóricas críticas serem consideradas igualmente legítimas e por configurar, mais que um referencial teórico, o exercício de outras formas de existir e compartilhar o mundo.

O termo decolonial deriva de uma perspectiva teórica que esses autores expressam, fazendo referência às possibilidades de um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista e, na esteira dessa perspectiva, a tentativa de construção de um projeto teórico voltado para o repensamento crítico e transdisciplinar, caracterizando-se também como força política para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento histórico e social. (OLIVEIRA, 1996, p.96)

Retomo aqui a afirmação de que a decolonialidade, embora seja também uma perspectiva teórica, está fundada sobre os movimentos sociais e as muitas insurgências dos mesmos. Tomando a Opção Decolonial como um importante subsídio para o enfrentamento às variadas formas de opressão, perpetradas desde o Colonialismo e consolidadas pela colonialidade/modernidade⁹, argumento que há também uma produção literária com esse perfil.

Ademais, considero necessário o estabelecimento de um diálogo entre Literatura e Opção Decolonial sendo esse o alicerce dessa pesquisa nas figuras de Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, pois a ‘realidade’ aludida pelas Ciências Humanas, bem como sua subsequente compreensão, passa necessariamente pelo texto, pelo discurso. Este, já o sabemos, é uma prática, uma ação, uma forma particular de intervir no mundo. Logo, não é possível dissociá-lo da vida política, nem tampouco dos aspectos culturais, sociais e geográficos que o conformam. (Mignolo, 2003).

Utilizo, portanto, conceitos formulados por teóricas e teóricos do grupo Modernidade/Colonialidade (MC) articulados com outras pensadoras e pensadores

9 A modernidade foi uma invenção das classes dominantes europeias a partir do contato com a América. A modernidade não foi fruto de uma autoemancipação interna europeia que saiu de uma imaturidade por um esforço autóctone da razão que proporcionou à humanidade um pretenso novo desenvolvimento humano. [...] A modernidade foi inventada a partir de uma violência colonial. Em outros termos, conquistada a América, as classes dominantes europeias inventaram que somente sua razão europeia era universal, negando a razão do outro não europeu. (OLIVEIRA, 1996, p.98)

críticos. Adoto a Opção Decolonial como base teórica, como uma ferramenta para a compreensão da permanência do *ethos* colonial na contemporaneidade e, conseqüentemente, na Literatura. Cabe ressaltar que a discussão teórica está imbricada em todo o texto, na impossibilidade de ser realizada de forma isolada.

Em vista disso, a pesquisa foi realizada a partir do estudo de **como a Literatura Negra, representada pelas escritoras Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas emancipadoras fundadas nas Pedagogias Decoloniais**. Abaixo, os objetivos definidos para essa tese:

- **Estudar a importância e as especificidades da Literatura Negra;**
- **Compreender o conceito de Escrivência como uma potencialidade epistemológica decolonial;**
- **Apontar contribuições da Literatura Negra para as Pedagogias Decoloniais.**

A estrutura do texto foi organizada de modo a desenvolver os conceitos e, gradativamente, alcançar propostas para aprofundarmos a construção das Pedagogias Decoloniais.

O primeiro capítulo caracteriza a Literatura Negra e a contextualiza a partir da necessidade de grupos marginalizados reafirmarem sua existência, para além de estereótipos, através da escrita. Percorre, de forma breve, a trajetória da Literatura Negra no contexto da Literatura Brasileira. Também desmistifica a escrita como um primado europeu.

Segue o segundo capítulo que, após a reflexão sobre a importância da Literatura Negra, apresenta alguns aspectos biográficos das escritoras Conceição Evaristo e Carolina de Jesus, além do conceito de Escrivência, criado pela escritora Conceição Evaristo. Esse conceito é fundamental para a percepção de como a escrita de mulheres negras representa, para além da experiência individual, uma voz coletiva.

O terceiro capítulo inclui a conceituação das Pedagogias Decoloniais como um *dever*, um projeto que não propõe modelos, mas que incorpora as diferenças e as possibilidades de construir modos outros de aprender e ensinar. A Literatura Negra, como formação e campo de produção de conhecimentos, é o ponto de partida.

1. A LITERATURA NEGRA

*Lá vem o navio negreiro
Cheio de melancolia
Lá vem o navio negreiro
Cheinho de poesia...*

*Lá vem o navio negreiro
Com carga de resistência
Lá vem o navio negreiro
Cheinho de inteligência.*

Solano Trindade

Nesse primeiro capítulo, a partir do conceito de Literatura, descrevo a Literatura Negra em suas características e contextos, desde a necessidade de grupos marginalizados reafirmarem sua existência. À vista disso, a escrita funciona como meio para a inscrição na cultura para além dos estereótipos. De maneira transversal, o racismo é aqui apontado como fenômeno social central que estrutura a sociedade brasileira e perpetua a exclusão.

A Literatura é uma expressão artística que compreende grande variedade de manifestações através da linguagem escrita e até mesmo por meio do diálogo com outras linguagens. Como toda forma de arte, não constitui um retrato do real, contudo apresenta visões de mundo relacionadas aos tempos e espaços aos quais pertence. Nela, as questões humanas estão postas e nos permite o exercício da reflexão e do pensamento crítico. Tais considerações endossam a beleza da arte literária, pois ela concentra a possibilidade de encantamento, liberdade e transformação.

Por vezes, as obras literárias baseiam-se no diálogo com o outro, com hábitos e costumes que desconhecemos ou repudiamos, nos permitindo a abertura para mundos fictícios, onde podemos viver outras vidas e reinventar nossas crenças. A Literatura nos constitui como humanos, produz sentidos individuais e coletivos para a existência.

Como já citado, a Arte Literária abrange a criação estética a partir da palavra. Esse conceito geral, supostamente, compreende as produções de escritores e escritoras, independente de seu pertencimento étnico-racial. À vista disso, no conceito de Literatura incluímos as obras de Clarice Lispector, Carolina de Jesus, Cecília Meireles, Solano Trindade, Monteiro Lobato, Maria Firmina e Lima Barreto, para citar alguns exemplos.

Contudo, existe uma questão que torna a relação acima bastante assimétrica: Clarice Lispector, Cecília Meireles e Monteiro Lobato nunca precisaram comprovar sua qualidade literária e sua visibilidade não foi comprometida por serem brancos. Monteiro Lobato inclusive ocupou, durante muito tempo, o lugar confortável de referência literária infanto juvenil, ainda que sua obra expusesse elementos racistas, o mesmo racismo que tornou invisíveis ou condenou ao ostracismo, escritoras e escritores negros como Carolina de Jesus, Solano Trindade, Maria Firmina e Lima Barreto. Suas trajetórias foram atravessadas por esse fenômeno que estrutura a sociedade brasileira.

Para que possamos perceber, de forma mais aprofundada, como o racismo opera na sociedade brasileira e, conseqüentemente, na arte, precisamos olhar para a história do Brasil e compreender as implicações do nosso processo de colonização, que ocorreu baseado na violência.

O estudo da constituição do racismo na modernidade implica em considerar que o início das grandes navegações e a exploração da América possibilitaram o encontro de diferentes povos a partir da dominação europeia. Essa diferença foi estabelecida pela hierarquização, sendo os colonizadores europeus autoproclamados como modelo humano universal, enquanto os demais foram tomados como os outros, atrasados e selvagens, ou seja, inferiores.

Neste cenário, durante a conjuntura colonial brasileira, caracterizada pela exploração máxima a fim de enriquecer a metrópole, o acréscimo da escravidão de povos africanos, ainda no século XVI, vai definir o comportamento social, alimentar profundas desigualdades e alicerçar a raça como um critério fundamental de estabelecimento de diferenças. Progressivamente vão se constituindo as bases do racismo, que se fortalece no século XIX e permanece estruturando a sociedade brasileira até os nossos dias.

Portanto, podemos afirmar que o racismo constitui um conjunto de crenças pseudocientíficas, fundamentadas em duas premissas que, embora falsas, foram e continuam a ser aceitas socialmente: a primeira é que a espécie humana encontra-se dividida em raças diferentes, distinguíveis entre si por um conjunto de características fenotípicas gerais e a segunda é que é possível estabelecer algum tipo de hierarquização entre essas supostas raças, arbitrariamente classificando algumas como sendo superiores quando em comparação com as demais. Historicamente, “a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles.” (MBEMBE, 2018, p.18)

Essas crenças pseudocientíficas contribuíram para naturalizar a ideia de que alguns tipos humanos nasceram para a servidão, a criminalidade e a promiscuidade, o que justificou limpezas étnicas, genocídios e perversidades de toda ordem.

É fundamental enfatizar que as diferenças genéticas entre as etnias humanas não são significativas o suficiente para caracterizarmos a existência de diferentes raças, tornando ambas as premissas “científicas” do racismo falsas e suas teorias desprovidas de sustentação ou embasamento. Porém, isso não impede que o conceito de raça exista no âmbito social e se perpetue ao longo da história.

Os discursos racistas criados para justificar a ação colonialista europeia foram incorporados ao arcabouço cultural da sociedade e passaram, não mais a apenas justificar a intervenção externa dos colonizadores, mas a regular o funcionamento das instituições, bem como a orientar suas práticas, criando elementos de exclusão naqueles grupos descendentes dos que originalmente foram identificados como sendo inferiores, heréticos ou primitivos. Nas palavras da historiadora Lilia Schwarcz

...um país não passa impunemente pelo fato de ter sido o último a garantir a vigência de um modelo de trabalho que pressupõe a posse de um homem por outro. Essas são estacas fortes, que constroem a sociedade. A escravidão não foi apenas um tipo de mão de obra, ou um detalhe de nossa economia. Ela criou um modo de ser e estar em tal sociedade: uma linguagem social com graves consequências. Essa é, pois, uma história coletiva, mas também individual porque traz os dramas de cada pessoa e de cada família. (SCHWARCZ, 2017, p.26)

É particularmente importante, para compreendermos as complexas relações criadas em nossa sociedade, a partir da introdução do pensamento colonial, o fato que, até o presente momento, houve mais gerações de afrodescendentes escravizados do que livres em nosso país. A indignidade da escravidão não poderia gerar nada de positivo, exceto para aqueles que lucraram com o tráfico de vidas humanas. A abolição tardia, em 1888, não resolveu nenhum dos problemas decorrentes da migração forçada de homens e mulheres africanos.

1.1 A Distopia Racista

Na seção anterior tratamos das bases históricas do racismo, a caminho da compreensão de seu enraizamento enquanto justificativa para a produção da Literatura Negra, uma vez que ela existe porque houve a barbárie colonial que desumanizou homens e mulheres negras.

O colonialismo instaurou um cenário distópico para os povos colonizados. Por aqui, a distopia começa com a chegada da primeira caravela, em um empreendimento altamente lucrativo para poucos nobres e burgueses, bem como para os donos das companhias de comércio e navegação. Desse modo, para os europeus, a empresa colonial significou um horizonte de conquista, enriquecimento e glória.

A utopia de poucos nobres e burgueses europeus foi construída a partir da distopia de milhões de ameríndios e africanos que tiveram um destino assombroso, pois “o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais contemporâneos.” (MBEMBE, 2018, p.68)

A distopia define narrativas onde os cenários futuros são o oposto de uma sociedade ideal (utopia). Comumente, apresentam um retrato de opressão extrema, ausência de liberdade e direito, destruição de recursos naturais e morte. O governo é extremamente autoritário e, por vezes, a religião opera a seu serviço.

Ou seja, uma distopia é um tipo de narrativa ficcional que apresenta uma sociedade imaginária, geralmente no futuro, que é caracterizada por extrema opressão, controle governamental absoluto, privação de direitos, condições precárias de vida e/ou tecnologia opressiva. É o oposto da utopia, que apresenta uma sociedade ideal e perfeita.

A distopia colonial, se não fosse real, infelizmente seria uma narrativa digna de grandes escritoras e escritores de ficção científica. Os países europeus promoveram, em suas colônias ao redor do mundo, um tipo de sociabilidade baseada na violência. O uso da força e da imposição de suas presenças, além do roubo e destruição de recursos, ultrapassam a criatividade de qualquer autora ou autor.

“Um sujeito que saia da Europa e descia numa praia tropical largava um rastro de morte por onde passava. O indivíduo não sabia que era uma peste ambulante, uma guerra bacteriológica em movimento, um fim de mundo; tampouco o sabiam as vítimas que eram contaminadas. Para os povos que receberam aquela visita e morreram, o fim do mundo foi no século XVI. Não estou liberando a responsabilidade e a gravidade de toda a máquina que moveu as conquistas coloniais, estou chamando atenção para o fato de que muitos eventos que aconteceram foram o desastre daquele tempo.” (KRENAK, 2019, p.71-72)

Além disso, o terror da diáspora africana, que lançou os povos ao Atlântico para serem explorados nas Américas, constitui um fenômeno sem precedentes na história moderna. A escravidão gerou morte, sofrimento e contribuiu para o sistema de classificação racial que, ainda hoje, impacta a vida de gerações de descendentes de africanos no mundo todo.

Precisamos interpretar as implicações de ser uma nação forjada no genocídio dos povos indígenas e africanos. Grosfoguel (2016), ao tratar de grandes genocídios¹⁰ promovidos pelos europeus, relacionados uns aos outros em sistemas de aprendizagem, que foram se sofisticando e garantindo o sucesso de suas empreitadas homicidas, conecta-os ao conceito de epistemicídio. Assim, um genocídio e epistemicídio tornando-os compostos a partir do extermínio (*ego extermino*) dos corpos e *corpus* dos povos dominados. A eliminação do outro foi tomada enquanto uma prática, uma espécie de pedagogia, constituindo um campo de aprendizagem iniciado pelos europeus no século XVI.

O epistemicídio, conceito criado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1997), significa a eliminação cultural, o apagamento dos conhecimentos e saberes. Além disso, ele é a afirmação da incapacidade cognitiva de determinados povos. Podemos afirmar que todo genocídio, em si, constitui também um epistemicídio, uma vez que a morte do corpo sepulta toda e qualquer possibilidade de produção de conhecimentos para além da memória dos que permanecem.

Tomemos o caso dos povos indígenas do Brasil. Considerando que, no mínimo, há mais de 10.000 anos esses povos originários ocupam esse território, com certeza desenvolveram conhecimentos para lidar com os desafios relativos à alimentação, à sazonalidade do clima, a ocorrência de enfermidades e outras questões impostas à sobrevivência humana. Tal cenário demanda conhecimentos produzidos socialmente e tão relevantes que, ainda hoje, são roubados dos mesmos, especialmente nos campos da botânica, medicina, filosofia e outros. Além disso, seu modo de compartilhar a Terra com a biodiversidade existente tem sido estudado e seguido por grupos que investem em outras lógicas de vida. Ainda assim, os indígenas são considerados intelectualmente inferiores e anacrônicos.

¹⁰ Esses quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI são:

1. contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”;
2. contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia;
3. contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e
4. contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas. (GROFOGUEL, 2016, p. 31)

Desse modo, o epistemicídio aniquilou a pluralidade epistêmica do mundo, pois considerou como válidos apenas os conhecimentos produzidos por homens brancos europeus. Tal como a *plantation*, enquanto um sistema baseado na monocultura e que esgota a fertilidade do solo, a possibilidade de uma episteme europeia universal é extremamente redutora e, contraditoriamente, provinciana. Quero dizer com isso que, nas universidades ocidentais, nos cânones e em outros espaços/tempos colonizados, essa lógica ainda se perpetua, embora seja continuamente tensionada pelos movimentos de resistência.

Sueli Carneiro, na longa citação abaixo, nos fornece um panorama completo dos encadeamentos decorrentes do epistemicídio:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação do acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

A desumanização promovida pelo racismo estigmatiza negras e negros como incapazes de produzir arte através da escrita, linguagem considerada uma prerrogativa do colonizador europeu e tomada como representativa de civilização.

Aqui já podemos reafirmar que a Literatura, como qualquer criação humana, também é permeada pelo racismo. A Literatura no Brasil, tradicionalmente organizada em escolas literárias, se construiu entrelaçada com a história do país, o que explica as opções realizadas, no sentido de evidenciar determinadas obras e invisibilizar outras. Toda produção artística é situada em um contexto e permeada por opções políticas, bem como toda obra expressa uma visão de mundo. Dessa maneira, a história da Literatura Negra no Brasil reflete a complexidade de uma trajetória baseada na ruptura do lugar de subserviência imposto à população negra e configura-se como um ato político.

Quando pensamos em uma Literatura produzida por homens e mulheres negros, podemos afirmar que, de forma numericamente expressiva, os mesmos aparecem na historiografia a partir do século XIX. Os primeiros trezentos séculos após a invasão

europeia são fortemente caracterizados pela exclusão de registros literários do povo negro.

1.2 Literatura Negra como lugar de fala e escuta

Na história da Literatura Brasileira, podemos afirmar que os primeiros escritos, no século XVI, tinham caráter documental, informativo e, posteriormente, de catequização. Foram criados pelos viajantes e missionários europeus que registravam informações sobre a terra recém-invadida. Um exemplo é a carta de Pero Vaz de Caminha, considerada o marco inaugural da Literatura Brasileira.

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”

[...]

“E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.”

[...]

“Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.”

O fato de considerar esses primeiros documentos como os primórdios da Literatura no Brasil, não pode ser confundido com a ideia equivocada, embora adotada durante muito tempo, de que a história desse território se inicia com a invasão europeia. O trecho acima evidencia a visão que os europeus tinham dos povos indígenas com os quais se depararam: povos sem história, sem moral e sem lei, aos quais caberia impor a “salvação”. Neste caso, a salvação se configurou como a imposição da religião católica, o trabalho compulsório e o extermínio.

Assim, a Literatura produzida nesse contexto tinha também um caráter didático e religioso, pois refletia a necessidade de imposição cultural aos povos indígenas. Ela refletia a perspectiva a partir da qual os portugueses viam o território, uma terra paradisíaca e cheia de mistérios. Já nesse momento, os indígenas vigoram como bons selvagens, que necessitam de tutela e civilização porque eram a infância da humanidade.

Quando Fanon (2008) discorre sobre o povo negro, afirma que, para os brancos, ele não possui passado histórico. Do mesmo modo, os povos indígenas eram considerados sem lastro cultural. Para a Europa, a história dos povos colonizados começa com a sua chegada aos territórios.

Na perspectiva de uma historiografia eurocentrada, a história da América começa em 1492. Para viabilizar essa ideia foi preciso, de fato, invisibilizar todas as sociedades existentes antes dessa data, suas organizações políticas, crenças religiosas, projeções arquitetônicas e tecnologias. Inclusive o apagamento da língua de origem significa a aniquilação de um mundo, de um modo de ser e pensar.

Além de uma conjuntura caracterizada pelo escravismo, que subtraía o *status* de humanidade a essa parcela da população, a condição de colônia impedia, de forma geral, o desenvolvimento de um mercado literário e a coletivização da linguagem escrita. As culturas africanas e indígenas, suas manifestações orais ou registros de outra natureza foram tomadas como atrasadas e insignificantes, sendo a escrita, domínio da burocracia letrada, constituída por homens brancos que estabeleciam a comunicação com a metrópole.

A Literatura do período colonial também vai justificar o escravismo com a adoção de um discurso, de autores portugueses, que reforçava o estereótipo dos povos escravizados como primitivos e bestializados, esvaziando-os do *status* de humanos. Desse modo, mulheres e homens negros eram personagens, objetos, nas escritas de homens brancos portugueses que narravam a vida no Brasil, inclusive a vida de escravizados. Constatamos que não há ainda autoria negra durante esse período, o que se justifica pelo epistemicídio que influencia todos os âmbitos da sociedade e inclusive a produção literária.

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808 e posteriormente com a independência, em 1822, ocorre um incremento cultural que resulta também na propagação de escolas. Contudo a desigualdade continua operando e mantendo negros e negras longe da produção intelectual e artística, pois desde sua gênese a educação formal no Brasil foi criada para atender aos interesses da classe dominante branca e masculina.

Logo, a Literatura no Brasil esteve, durante muito tempo, subjugada ao pensamento europeu. Isso quer dizer, como afirmado anteriormente, que a autoria pertenceu, na maior parte da história de nossa Literatura, aos homens brancos. E é um fato extremamente significativo, como já referido, que somente em 1808, com a chegada da família real

portuguesa ao Brasil, ocorre um crescimento expressivo na produção de jornais, revistas e livros, ou seja, pelo menos trezentos anos depois da invasão.

A perspectiva sobre os povos negros mantém-se na Literatura durante o Brasil Império, mas já nesse período há o surgimento de uma literatura abolicionista que defende o fim da escravatura e lança novos olhares a partir da ideia desses povos como produtores e cultura e dignos de direitos. Embora essa produção ainda pertença, predominantemente aos brancos, destacam-se autores importantes como Joaquim Nabuco, Luiz Gama e José do Patrocínio.

Somente no século XIX, surgem de forma consistente os primeiros escritos de autoria negra que abordam o racismo e inserem temas pertinentes para as vozes excluídas. É importante considerar que a Literatura Negra possui raízes muito mais antigas nas tradições orais africanas que atravessaram o Atlântico. Podemos marcar esse século pelo florescimento da Literatura de autoria negra, pois nele surgem as obras de grandes nomes como Maria Firmina, Luiz Gama, Machado de Assis, Cruz e Sousa, Lima Barreto. Note-se que há uma ausência de escritoras, que pode ser explicada tanto pela limitação de acesso ao ensino formal em uma sociedade racista/patriarcal, quanto pela falta de registros que permitissem sua presença na história da Literatura Brasileira.

Nesse quadro, a Literatura produzida por mulheres e homens negros, responde ao racismo e à permanência do regime escravista com narrativas de negras e negros compartilhando suas experiências de vida. Ainda assim, predominam as obras onde a representação de negras e negros é estereotipada. Desde a Colônia, há uma tentativa de retratar o Brasil nas obras literárias e de construir uma imagem positiva para o país que se configurava com tantas contradições e desigualdades.

Por esse ângulo, no século XIX, a Literatura Brasileira branca e elitista, comprometeu-se com a criação de personagens que representavam a tecitura de uma narrativa universalizadora sobre uma suposta “nação” brasileira. Em si, a ideia de construção de tal narrativa já era racista por negar as diferenças e a racialização, que desde sempre foi uma característica da sociedade brasileira. Em um discurso nacional, obviamente, os marginalizados não existem, pois os grupos hegemônicos impõem sua visão de mundo e valores. Nesse momento era preciso fundar uma Literatura nacional.

Nesse projeto, de fundação de uma Literatura nacional/nação brasileira, era preciso eleger um herói nativo, que não deveria ser português e nem negro, com a desculpa de que o último seria estrangeiro. Assim, o indígena é recuperado como herói nacional e por isso o romance de fundação da Literatura Brasileira é Iracema, de José de Alencar.

Nesse processo, negras e negros sempre foram invisibilizados ou retratados de forma degradada. Obviamente, havia escritoras e escritores negros produzindo suas obras, mas sua presença não poderia “manchar” a Literatura Brasileira. Ou seja, durante o Romantismo, como já citado, optou-se por investir na imagem dos indígenas como bons selvagens, negligenciando qualquer presença negra, ainda que investida de uma positividade tóxica.

Assim como as mulheres foram completamente apagadas da história do país, escritoras e escritores negros não constam da História da Literatura. A maranhense Maria Firmina dos Reis, escritora do século XIX, atualmente tem sido citada e reconhecida como a primeira romancista brasileira. Mais de um século após seu lançamento, o romance abolicionista *Úrsula* é afirmado em sua relevância e estudado nos espaços acadêmicos.

Entretanto, Maria Firmina não figura entre os autores considerados mais importantes do Romantismo brasileiro, escola literária onde foram sempre citados José de Alencar, Castro Alves e Casimiro de Abreu. Aliás, o Romantismo, em sua busca pela construção de uma identidade nacional, subtraiu completamente o papel do povo negro na constituição da sociedade brasileira.

A inserção da referida autora na História da Literatura, o estudo e a popularização de suas obras representam a possibilidade de uma história outra atravessada pela justiça cognitiva aos povos negros. Em *Úrsula*, Maria Firmina coloca a escravidão como um elemento social central e de maneira crítica aborda a objetificação dos escravizados.

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos. (REIS, 2018, p.122)

Concluimos que a Literatura, como uma prática humana, é atravessada também pelas diversas opressões, inclusive na própria definição do que se considera Literatura, de quem pode escrever e publicar. Muitos grupos são silenciados, como o são em outros campos. Por isso o uso dos termos Literatura Negra se justifica pela longa permanência do racismo nesse campo. Porque Literatura no Brasil sempre teve cor e foi branca desde seus primórdios.

Sendo assim, a Literatura Brasileira sempre encenou um papel importante na construção do discurso de nação e identidade nacional ao longo da história do país, mas baseado em uma visão elitista e excludente, como nos explica Alejandro Reyes na longa citação abaixo.

A representação dos espaços e das populações marginais (ou marginalizadas), na história cultural brasileira, esteve quase sempre relacionada a questionamentos sobre a identidade nacional e aos esforços por moldar, criar ou inventar essa identidade. Por um lado, esses espaços têm servido como contraponto exemplificador do que não é (ou não deveria ser) representativo de uma autêntica brasilidade. O índio selvagem, primitivo, antropófago, nos discursos do século XVI. O negro incivilizado, sujo, perigoso, naturalmente inclinado à violência e à marginalidade, nos discursos do barroco e do pensamento positivista noventaenista. O sertanejo fanático e ignorante em pelo menos parte do discurso – mesmo que ambíguo – em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, durante a guerra de Canudos. Ao mesmo tempo, esses espaços e sujeitos têm servido, por meio de um movimento muitas vezes idealizador, como forma de conceber uma identidade nacional em contraposição aos discursos eurocêntricos. É o caso, por exemplo, da literatura do romantismo, em que os espaços e sujeitos idealizados se transformam, com frequência, em representantes de uma particularidade luso-tropical capaz de gerar referências para uma identidade nacional que se pretende independente da Europa e que, no entanto, continua, na maioria dos casos, reproduzindo o pensamento colonial. (REYES, 2013, p.58)

Com a abolição da escravatura, que ocorreu vergonhosamente tardia, em 1888, novos desafios foram impostos para a população negra que não recebeu nenhum amparo ou reparação do Estado Brasileiro que propiciassem sua inclusão social e a dignidade devida aos que tiveram durante séculos sua mão de obra explorada, para dizer o mínimo. A falta de acolhimento após a abolição é reforçada pelo projeto de eugenia com o investimento na população imigrante branca. A Literatura contribui com esse intento através de obras como *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo e *O Presidente Negro*, de Monteiro Lobato.

Já no século XX, o Modernismo Brasileiro, mesmo intencionando romper com as referências culturais europeias, reproduziu uma visão elitista da cultura brasileira, permitindo algumas assimilações, mas mantendo a exclusão ao povo negro e suas manifestações artísticas. Os veículos de publicação ligados a esse movimento não possibilitaram a inserção de narrativas negras. Do contrário, contribuíram para reforçar um ideal de sociedade cordial baseada na mestiçagem.

Também é importante registrar que, quando constatamos a presença da população negra representada pelo discurso literário, o “ser objeto” enquanto personagem significa ser desumanizado, através da construção de estereótipos como passivos, corruptos, hipersexualizados, embrutecidos e animalizados.

Essa se caracteriza como uma literatura *sobre* o negro, na qual predomina uma visão distanciada construída sobre a estética branca dominante. Destaca os estereótipos do escravo nobre, do negro fiel, do negro infantilizado, do escravo demônio, do negro pervertido e a figura do negro exilado na cultura brasileira.

Podemos citar Tia Nastácia, personagem de Monteiro Lobato, cozinheira de uma família branca que é desqualificada em sua estética e inteligência. A condição de servil constitui sua existência e reforça o estereótipo da cozinha como o lugar da mulher negra.

Do mesmo modo, Bertoleza, personagem do romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, é rebaixada e usada como um objeto por João Romão, de acordo com seus interesses.

Bertoleza é que continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo: essa, em nada, em nada absolutamente, participava das novas regalias do amigo: pelo contrário, à medida que ele galgava posição social, a desgraçada fazia-se mais e mais escrava e rasteira. João Romão subia e ela ficava cá embaixo, abandonada como uma cavalgada de que já não precisamos para continuar a viagem. (AZEVEDO, 2010)

As duas personagens, Tia Nastácia e Bertoleza, foram construídas como representações das mulheres negras na sociedade brasileira. Especialmente Bertoleza, simboliza o ápice do absurdo da representação racista. Note-se que as mulheres negras na Literatura não têm o direito de constituir uma família e, nesse sentido, a arte imita a vida.

Quando negras e negros não são retratados como degenerados, se estabelece uma fraude em relação à identidade racial na autoria. Um dos casos mais representativos é o do já citado escritor Machado de Assis, negro, cujos retratos foram alterados na cor e nos traços. Considerado o maior nome da Literatura do Brasil, com uma vasta produção, foi branqueado para que pudesse alcançar o devido reconhecimento sem ferir os pudores racistas. O maior ficcionista da Literatura Brasileira jamais poderia ser negro.

Esse processo sempre teve a eugenia como força motriz. A saber, a defesa intransigente de uma configuração genética superior para a raça humana, baseada exclusivamente no genótipo caucasiano. Desse modo, entende-se porque prevalecia a tese de que o homem branco europeu era o padrão humano ideal.

Não houve nenhuma espécie de subsídio ou estímulo para que o povo negro, no período pós-abolição, se estruturasse com dignidade, ao contrário do que ocorreu, no início do século XX, quando a imigração europeia para o Brasil foi amplamente estimulada

e financiada, pelo poder público, na esperança de que isso tornasse o país gradualmente mais branco e, portanto, melhor.

Compreendemos que a ausência de representatividade ou a representação distorcida do povo negro na Literatura, que não é neutra ou universal, representa uma escolha política. Nos explica Regina Dalcastagnè que

Das mais sofisticadas teorias – que afirmam a literatura como um espaço aberto à diversidade – às mais rasteiras argumentações, que a prescrevem como um remédio para todas as mazelas sociais (da desinformação à ausência de cidadania), podemos acompanhar o processo de idealização de um meio expressivo que é tão contaminado ideologicamente quanto qualquer outro, pelo simples fato de ser construído, avaliado e legitimado em meio a disputas por reconhecimento e poder. Ao contrário do que apregoam os defensores da arte como algo acima e além de suas circunstâncias, o discurso literário não está livre das injunções de seu tempo e, tampouco, pode prescindir dele – o que não o faz pior nem melhor que o resto. (DALCASTAGNÈ, 2012, p.191)

A Literatura Brasileira, do século XIX ao XXI, sempre pactuou com o discurso oficial. Os estereótipos permanecem até hoje, basta uma rápida incursão pela TV, pelos filmes, pelas adaptações e ainda veremos a imagem da população negra como indolente, preguiçosa, incapaz, pois essa é a grande narrativa nacional.

Porém, a população negra nunca permaneceu submissa às opressões, organizando-se em movimentos de resistência desde o período colonial. Mulheres e homens escravizados sempre resistiram de formas variadas e lutaram pela abolição. Os Movimentos Negros surgiram para pautar a necessidade de igualdade de oportunidades e direitos, pois a população negra sempre foi excluída, consequentemente formando os estratos mais empobrecidos e marginalizados da sociedade brasileira. Com base nisso, nos anos 70, esses movimentos vão se configurar de forma mais próxima ao que temos nos dias de hoje. Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez são dois nomes representativos de grandes figuras atuantes na luta por direitos.

Tais movimentos são bastante diversificados em sua atuação, mas destacamos a relevância da escolarização como uma reivindicação constante, pois “há uma forma de combate ou um instrumento de luta contra o racismo que é consensual entre os Movimentos Sociais Negros, qual seja, a luta por educação formal e a reivindicação de políticas educacionais não eurocêtricas.” (SANTOS, 2007, p.49).

Ao longo do tempo, diversas ações políticas vêm sendo desenvolvidas no processo de reivindicação. Os movimentos negros têm, através delas, construído conhecimentos

fundamentais para a compreensão crítica da formação da sociedade brasileira. Para Nilma Lino Gomes

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as suas tensões, os desafios e os limites, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017, p. 18-19)

Dentre essas ações, cito aqui a criação da Imprensa Negra e a publicação dos Cadernos Negros, por sua relevância na produção da Literatura Negra. A Imprensa Negra eram jornais que publicavam uma grande variedade de gêneros textuais, uma iniciativa política de atuação no espaço jornalístico e literário. Neles, a comunidade negra podia expor suas demandas, abordar temas de seu interesse, mobilizar para eventos e outros fins. Foi também um espaço para divulgação da produção literária, uma vez que o mercado editorial era bastante restrito para essa população, ou seja, artistas negras e negros não faziam parte da imprensa tradicional e tinham poucas oportunidades de divulgar suas obras.

Criado por Abdias Nascimento, o jornal Quilombo pode ser citado como um dos mais importantes exemplos da imprensa negra. Podemos citar, dentre escritoras e escritores que publicavam nesse periódico, além do próprio Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Geni Guimarães, Cuti e Carolina de Jesus.

Portanto, a Imprensa Negra também cumpriu um importante papel na desconstrução do mito da democracia racial. A Literatura Negra está relacionada à militância enquanto esforço de transformação das estruturas racistas da sociedade.

Os Cadernos Negros são coletâneas de textos produzidos por autores negras e negros, em sua maioria, contos e poemas. São publicados anualmente pela editora Quilombhoje e constituem um dos mais importantes registros históricos e uma grande referência na trajetória da Literatura Negra. Idealizados por um grupo do qual faziam parte Cuti e Oswaldo de Camargo, os Cadernos valorizaram a Literatura Negra e a memória literária desse grupo, sendo uma referência em termos de acesso ao mercado editorial. Os Cadernos são importantes subsídios de conscientização e rompimento com a estética racista.

Dentre muitas autoras que publicaram suas escritas nos Cadernos Negros, podemos citar Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Cristiane Sobral e Miriam Alves. Desse modo, houve também um espaço para a divulgação da Literatura Negra Feminina,

extremamente importante se considerarmos os estereótipos construídos sobre as mulheres negras.

Sendo as duas iniciativas interligadas, ambas nos mostram que os Movimentos Negros foram e são muito atuantes no sentido da decolonialidade, pois criaram espaços de produção e divulgação em contraposição a um mercado branco e elitista. Tanto a Imprensa Negra quanto os Cadernos Negros foram essenciais para o fomento da Literatura Negra. Ao publicar obras da comunidade negra incentivaram novas produções e abriram caminho para muitas iniciativas atuais de publicações coletivas.

Nesse itinerário, a Literatura Negra se caracteriza como um conjunto de contra-narrativas. Para Bhabha (1998) contra-narrativas são formas de expressão que desestabilizam os discursos hegemônicos. Elas subvertem os discursos dominantes de grupos que trabalham pela manutenção de seu privilégio e poder de opressão sobre outros. As contra-narrativas negras são uma forma de resistência e possibilitam o exercício de novas formas de pensar e compreender a realidade.

A Literatura negra no Brasil se caracteriza fundamentalmente pela centralidade de negras e negros como sujeitos da escrita. A produção classificada como tal é ancorada em uma trajetória histórica coletiva que se traduz nas narrativas individuais. Nela, há uma visão de mundo, que remete à negritude e é indissociável da opressão colonial, alimentando a criação literária e a assunção do pertencimento étnico-racial. Por isso, trata-se do “sujeito autorreferenciado negro e periférico como *autor* e *narrador* de sua construção artística na forma de prosa (diários, romances e contos) [ou poesia], bem como sua *visão social de mundo*, política e culturalmente construída.” (SILVA, 2013, p.34)

Não existe Literatura universal. As distinções baseadas na cor da epiderme e na estereotipia sedimentada se justificam pelo racismo. As categorias sociais de cor/raça não são naturais, foram criações modernas que estabeleceram distinções de base fenotípicas e que operam com sucesso na sociedade brasileira. Portanto, não há dificuldade em se estabelecer quem é negro no Brasil. Quanto a isso, qualquer dúvida pode ser dirimida ao contemplarmos as salas de aula das universidades públicas, dos cursos mais prestigiados, onde claramente é possível identificar a predominância de brancos. Por outro lado, uma panorâmica do sistema prisional explicita os pardos e pretos que compõem a categoria negros. Tal quadro somente se justifica pelo racismo estrutural e outras opressões endêmicas no Brasil.

É claro que há exceções, a maioria delas fruto de tímidas políticas públicas, mas a questão é que a sociedade brasileira está racializada e a negação desse fato nos

distancia de sua superação. Portanto, a adjetivação da Literatura como negra não cria uma situação irreal, pelo contrário, questiona a Literatura em sua ilusória neutralidade.

Ou seja, está em jogo aqui a Literatura produzida por negros, mulheres e homens pardos e pretos, pois nosso interesse se concentra na condição de protagonismo dos mesmos e na potência de sua representatividade, que

...não se resume à honestidade na busca pelo olhar do outro ou ao respeito por suas peculiaridades. Está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala. (DALCASTAGNÉ, 2012, p.18)

Não é o objetivo dessa tese delimitar de forma fechada o conceito de Literatura Negra, mas transitar por seu percurso. Contudo, cabe expor algumas de suas características consideradas relevantes.

A Literatura Negra instaura um sentido afirmativo da palavra negro. Enquanto ela é utilizada para qualificar situações indesejadas e ruins, na Literatura Negra ela caracteriza pessoas dotadas de capacidade intelectual para ler o mundo e, a partir disso, compor cenários ficcionais que encantam e possuem um forte papel pedagógico. Escritoras e escritores negros são modelos de caminhos que crianças negras acreditam poder seguir por sentirem-se representadas.

Também é um espaço privilegiado de composição identitária que passa pela memória e ancestralidade porque dialoga com os arquétipos da história africana e afro-brasileira. A construção de um universo simbólico de pertencimento proporciona o enfrentamento do cânone literário vigente e, sobretudo, o enfrentamento do modelo social vigente, ou seja, ela é potencialmente transformadora.

A literatura negra dialoga com as tradições e as ressignifica. A ancestralidade é valor bastante caro para os povos africanos e, conseqüentemente, para os povos da diáspora. Não se trata aqui da reprodução de tradições cristalizadas ou do apelo à ideia de uma África mítica. Toda tradição pode adquirir novas conotações ou sentidos porque não são dadas, mas construídas socialmente (HOBSBAWN, TERENCE, 2018).

Desse modo, as tradições negras atravessaram o Atlântico e se reconfiguraram em novos modos de ser e estar no mundo. Tal processo é contínuo e alimenta a resistência ao que Boaventura de Sousa Santos (2011) denomina pensamento abissal. Para ele, essa forma de pensamento simplista se funda em dualismos, sendo a tradição contraposta à modernidade e considerada atrasada e inferior. O pensamento abissal

marginaliza os conhecimentos africanos, afro-brasileiros, indígenas e todos aqueles que não cabem na modernidade europeia.

Por último, mas não menos importante, a Literatura Negra situa a comunidade na contemporaneidade, pois manifesta-se em diversos gêneros atuais e dialoga com linguagens variadas construindo meios de expressão, mobilização e fruição estética, como podemos ver em um trecho do poema Diário de um Detento¹¹, dos Racionais MC's, no poema Bem-vinda!¹², da artista do Slam Mel Duarte e no poema Não vou mais lavar os pratos¹³, da poetisa Cristiane Sobral, respectivamente apresentados abaixo.

Aqui estou mais um dia, o tempo passa
Um dia pra frente, dois pra trás
Ontem eu era menino, hoje sou um homem
Eu vejo pela janela e não vejo nada
Só um monte de grades, uma cela trancada
E lá fora o mundo girando, girando
E aqui dentro um bando de homem chorando
Mãe, esposa, filha, que saudade
Eu queria voltar pra casa e viver em liberdade
Mas aqui dentro eu sei, isso é impossível
Tudo o que é proibido, é mais que incrível
O proibido é tentador, eu sei bem
Aqui dentro só tem maloqueiro e refém
Eu tô cercado por ódio e rancor
Não sei quando vou sair, mas sei quem me botou

Bem-vinda!

Eram faíscas suas palavras que me queimavam em doses
homeopáticas
durante todas as noites...
Foram longos anos, dia após dia perdendo um pouco mais minha
autoestima,
abrindo mão das roupas que gostava, dos estudos, do trabalho e
das amigas,
fazendo de tudo pra evitar brigas,
mas ele sempre dizia que a culpa era minha.

Até que um dia, me empurrou, me acuou
como se eu pudesse caber em qualquer fresta, encurralada,
me mandou ficar calada e, com medo, obedeci.

11 Disponível em <https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/diario-de-um-detento.html>

12 Disponível em <https://ruidomanifesto.org/um-poema-de-mel-duarte/>

13 Disponível em <https://www.geledes.org.br/nao-vou-mais-lavar-os-pratos-poesia-de-cristiane-sobral/>

Eu pedia desculpa toda vez depois de falar
como se fosse um defeito de nascença querer me colocar.
A minha casa se tornou um ambiente tão hostil e eu, prisioneira das
minhas próprias ideias,
acreditando que o amor era isso, esse abismo, onde só um fala e o
outro, fica omissos.

Precisei tirar forças de lugares sagrados
pra me afastar e reagir, recolher meus pedaços.
Meus olhos encheram de mar, eu desaguei,
decidi não mais me calar, denunciei!

E depois do silêncio quebrado, meus pensamentos em guerra
cessaram,
recuperei o fôlego e ouvi meu coração sendo grato.
Encontrei em mim um porto seguro, entendi que meu corpo é meu
lar
e, no caminho até ele, escolho quem anda comigo e quem convido
pra entrar.

Hoje, quando olho pra dentro, vejo uma nova mulher renascendo,
eu celebro sua chegada e contemplo essa nova vida.
Sem medo, abro a janela de casa
e, com olhar de quem a tanto tempo esperava,
te pego pela mão e digo:
Seja bem-vinda!

Não vou mais lavar os pratos

Nem vou limpar a poeira dos móveis
Sinto muito. Comecei a ler
Abri outro dia um livro e uma semana depois decidi
Não levo mais o lixo para a lixeira
Nem arrumo a bagunça das folhas que caem no quintal
Sinto muito. Depois de ler percebi a estética dos pratos
a estética dos traços, a ética
A estética
Olho minhas mãos quando mudam a página dos livros
mãos bem mais macias que antes
e sinto que posso começar a ser a todo instante
Sinto
Qualquer coisa
Não vou mais lavar
Nem levar.
Seus tapetes para lavar a seco
Tenho os olhos rasos d'água
Sinto muito
Agora que comecei a ler, quero entender

O porquê, por quê? E o porquê
Existem coisas
Eu li, e li, e li
Eu até sorri
E deixei o feijão queimar...
Olha que o feijão sempre demora a ficar pronto
Considere que os tempos agora são outros...
Ah,
Esqueci de dizer. Não vou mais
Resolvi ficar um tempo comigo
Resolvi ler sobre o que se passa conosco
Você nem me espere. Você nem me chame. Não vou
De tudo o que jamais li, de tudo o que jamais entendi
você foi o que passou
Passou do limite, passou da medida, passou do alfabeto
Desalfabetizou
Não vou mais lavar as coisas e encobrir a verdadeira sujeira
Nem limpar a poeira e espalhar o pó daqui para lá e de lá para cá
Desinfetarei as minhas mãos e não tocarei suas partes móveis
Não tocarei no álcool
Depois de tantos anos alfabetizada, aprendi a ler
Depois de tanto tempo juntos, aprendi a separar
Meu tênis do seu sapato
Minha gaveta das suas gravatas
Meu perfume do seu cheiro
Minha tela da sua moldura
Sendo assim, não lavo mais nada
e olho a sujeira no fundo do copo
Sempre chega o momento
De sacudir, de investir, de traduzir
Não lavo mais pratos
Li a assinatura da minha lei áurea escrita em negro maiúsculo
Em letras tamanho 18, espaço duplo
Aboli
Não lavo mais os pratos
Quero travessas de prata, cozinhas de luxo
E jóias de ouro
Legítimas
Está decretada a lei áurea.

1.3 Afinal, pode o negro falar?

A partir da pergunta “Pode o subalterno falar?”, feita pela teórica indiana Gayatri Spivak (2010) - em livro cujo título reproduz a citada indagação – pergunto se “Pode o negro falar?” com a intenção de compreender as limitações impostas às vozes silenciadas e invisibilizadas pelos discursos dominantes.

Sabemos que, para manter a dominação colonial, muitas inverdades foram cristalizadas. Uma delas, que por vezes reproduzimos, é a afirmação de que os povos africanos eram atrasados e ágrafos. Em outros termos, tornou-se lugar-comum afirmar que não adotavam nenhuma espécie de representação escrita, de sinais gráficos, reforçando o estereótipo construído de que eram civilizações primitivas. Ressalte-se aqui que consideramos equivocada a noção colonial de que o domínio da palavra escrita é o principal indicativo de avanço cognitivo.

A palavra sempre foi fundamental para as sociedades africanas, bem como a valorização da oralidade, mas ela é desqualificada em relação à escrita. Tal fato ocorre por vários motivos, dentre eles o fato de a oralidade ser identificada com as culturas não-ocidentais e consideradas inferiores. Estabeleceu-se uma dicotomia, sendo a oralidade uma forma de comunicação pouco confiável e primitiva, enquanto a escrita seria mais sofisticada e um traço civilizatório.

Ora, Amadou Hampâté Bâ (2010) argumenta que não há evidências de que a escrita seja mais fidedigna que o testemunho oral, uma vez que, ao longo da história, os documentos escritos também sofreram falsificações. Além disso, não seria permitida a mudança de fatos arbitrariamente cometida por um narrador, porque o controle social exercido pelos pares e anciãos, o colocaria como um mentiroso, o que seria muito ruim para alguém cuja palavra falada constitui matéria-prima valiosa.

Outra questão importante diz respeito à temporalidade da palavra falada. Certa vez, em conversa com Marilda, griot do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, nos perguntávamos os motivos da dificuldade de diálogo entre a escola e a comunidade. Ela disse que as pessoas não tinham tempo para ouvir as histórias da comunidade quilombola, guardadas nas palavras dos mais velhos. Contou como era difícil trabalhar na escola com a oralidade, as pessoas não queriam a repetição dos fatos, mas é assim que a oralidade funciona, baseada na memória e repetição.

Por essa razão o tradicionalista não consegue “resumir” senão dificilmente. Resumir uma cena equivale, para ele, a escamoteá-la. Ora, por tradição, ele não

tem o direito de fazer isso. Todo detalhe possui sua importância para a verdade do quadro. Ou narra o acontecimento em sua integridade ou não o narra. Se lhe for solicitado resumir uma passagem ele responderá: “Se não tens tempo para ouvir-me, contarei um outro dia”. Do mesmo modo, o tradicionalista não tem receio de se repetir. Ninguém se cansa de ouvi-lo contar a mesma história, com as mesmas palavras, como talvez já tenha contado inúmeras vezes. A cada vez, o filme inteiro se desenrola novamente. E o evento está lá, restituído. O passado se torna presente. A vida não se resume jamais. Pode-se, quando muito, reduzir uma história para as crianças, resumindo certas passagens, mas então não se a tomará por verdade. Em se tratando de adultos, o fato deve ser narrado na íntegra ou calado. Esta peculiaridade da memória africana tradicional ligada a um contexto de tradição oral é em si uma garantia de autenticidade. (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.209)

Fanon explica como o uso da palavra pode contribuir para a desvalorização das pessoas negras e sua infantilização, o que também comporta uma visão de infância absolutamente equivocada.

Dizem que o negro gosta da *palabre*, ou seja, de parlamentar; contudo, quando pronuncio *palabre*, o termo faz pensar em um grupo de crianças divertindo-se, lançando para o mundo apelos irresponsáveis, quase rugidos; crianças em pleno jogo, na medida em que o jogo pode ser concebido como uma iniciação à vida. Assim, a ideia de que o negro gosta de resolver seus problemas pela *palabre* é rapidamente associada a esta outra proposição: o negro não passa de uma criança. Aqui os psicanalistas estão em seu ambiente e o termo oralidade é logo convocado. (FANON, 2008, p.41)

Tal imagem relaciona-se com a visão dos povos negros, e podemos incluir aqui também os indígenas, como presos ao passado. Desse modo, pertenceriam à “infância” da humanidade, não sendo incluídos no rol das sociedades contemporâneas. Todavia, o fato de a oralidade ser central, não implica na ausência de escrita¹⁴. Para Henrique Cunha Júnior

A escrita dos povos é um problema ideológico mal apresentado na sociedade brasileira. A escrita ou sua ausência é confundida com as inteligências dos povos e sua capacidade em promover humanidade e civilização. Os africanos são apresentados na sociedade brasileira como povos representativos de culturas ágrafas e analfabetas e os europeus como símbolos dos alfabetizados. Nem um nem outro é verdade. (JÚNIOR, 2011, p. 02)

A tradição eurocêntrica concebe a ciência moderna como a única forma de produção de conhecimento e a escrita como o único meio de registro desses conhecimentos produzidos pela humanidade. Mas na tradição africana a palavra falada

14 Do mesmo modo, registramos que é um equívoco a generalização dos povos indígenas americanos como ágrafos. Os astecas pré-colombianos escreveram livros que constituem fontes valiosas de informações sobre sua cultura. Os códices astecas eram pictoriais .

tem *status* de autenticidade e é a forma principal de garantir a herança através das gerações.

No entanto, não podemos confundir essa afirmação com o engodo de que os povos africanos eram ágrafos e, inclusive, que assim permanecem na contemporaneidade. Essa visão é absolutamente equivocada, travestida de racismo e foi construída durante o colonialismo.

Os povos africanos possuem uma tradição literária secular e rica. Antes da chegada dos europeus esse continente já tinham suas tradições orais e escritas, que foram preservadas e, ao mesmo tempo, transformadas com a passagem dos tempos e as trocas culturais, mantendo-se vivas até hoje. A oralidade e a cultura escrita estão interligadas em uma tensão mútua e criativa, o que contrapõe a ideia de que são excludentes.

Grandes nomes da Literatura Africana têm sido reconhecidos e premiados como Chinua Achebe, Ngugi Wa Thiong'o, Wole Soyinka, Chimamanda Ngozi Adichie. Logo, a visão preconceituosa dos povos africanos como ágrafos não encontra nenhuma sustentação, inclusive científica.

É sempre importante olhar para o continente de hoje. Contudo, é preciso também desconstruir a representação dos africanos escravizados que, compulsoriamente, atravessaram o Atlântico. O Continente Africano está relacionado às grandes construções arquitetônicas, sendo as pirâmides as mais conhecidas. As igrejas escavadas em rochas na Etiópia denunciam a diversidade de conhecimentos de Engenharia, Matemática e outras áreas dominadas por esses povos no século XII.

A Geometria Fractal foi uma das grandes contribuições africanas para a compreensão dos espaços. Poucos grupos no mundo operaram com essa ciência, adotada nas construções africanas. Cidades e ruas eram construídas em Geometria Fractal e não exclusivamente Euclidiana.

Tendo base religiosa, a Geometria Fractal representa um estilo artístico baseado na repetição das formas geométricas, que se combinam em padrões complexos representando as tradições e valores africanos, dentre eles a interligação que existe entre todas as coisas. Os tecidos africanos, cerâmicas e diversos campos do conhecimento empregam até hoje a Geometria Fractal.

A cidade de Timbuktu, no Mali, abrigou a primeira e mais prestigiada instituição de ensino superior do mundo e é considerada patrimônio da humanidade por sua grande relevância cultural. Era um importante centro de estudos que reunia pessoas de todo o

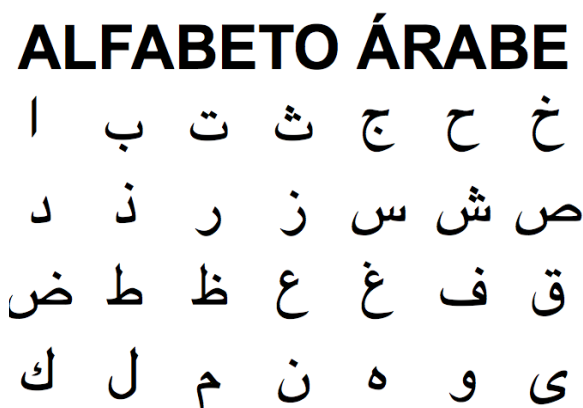
continente e do mundo árabe. Entre os séculos VII e VIII, os astrônomos em Timbuktu já debatiam se a Terra era o centro do universo ou não. A Universidade de Timbuktu prova a riqueza de cultura e conhecimentos na África pré-invasão europeia.

Além do mais, constitui um dos indícios do quanto o continente africano influenciou outros territórios através da circulação de pessoas, embora isso seja omitido das páginas da história. Um exemplo é a ideia de que o pensamento foi uma invenção ou milagre grego. A falsificação da história da Filosofia gerou uma narrativa, baseada em inverdades, uma vez que considerava como sendo gregas diversas escolas de pensamento surgidas em solo africano (mais especificamente, os trabalhos produzidos na cidade egípcia de Alexandria). Dessa forma, transformando o que não era apenas grego em algo exclusivamente grego.

A essa altura, soa ridículo o estereótipo dos povos africanos como ágrafos e intelectualmente inferiores. Ainda assim, se é verdade que a história começa com a escrita, a história africana começa em 4.000 antes de Cristo. Junto com seus corpos, os africanos trouxeram suas tecnologias, a forja do ferro, a mineração, as técnicas agrícolas e, entre elas, trouxeram escritas. Muitos africanos e africanas já eram alfabetizados e políglotas. No Brasil, identificamos o árabe, o ponto riscado e o ge'ez como trazidos pelos africanos.

A Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, na Bahia, foi um levante de escravizados de origem islâmica, que escreviam em árabe, e trouxeram consigo uma potente tradição cultural. A língua do Alcorão, considerada sagrada pelos muçulmanos é a língua viva mais falada no tronco das línguas semíticas. Escrever em árabe foi o que lhes permitiu organizar o movimento sem que as autoridades brasileiras soubessem o que estava acontecendo. O idioma árabe desempenhou um papel central na revolta, pois permitiu a circulação de informações confidenciais.

Figura 1 – Alfabeto Árabe



Fonte: <http://www.joaoleitao.com/nombres-arabe/images/2013/01/alfabeto-arabe.png>

A despeito de sua relevância histórica e cultural, o árabe foi apagado da cultura brasileira, por conta do racismo e preconceito contra a cultura islâmica e africana. Na verdade, o apagamento do árabe como idioma, trazido por corpos negros escravizados, já expressava uma racialização da língua, como nos explica Walter Mignolo:

...pode-se argumentar que o lugar da ideologia linguística no imaginário do sistema mundial colonial moderno pode ser facilmente rastreado até o ponto em que a Língua foi racializada (ver Capítulos VI e VII). O método para classificação de espécies animais proporcionou a base para a hipótese de que as “raças humanas” se baseavam numa herança que transcendia a evolução social (von Humboldt [1836] 1988). Ao mesmo tempo, a nova ciência da linguística encontrou inspiração para classificar as línguas pelo método das ciências biológicas, associando, da mesma forma, o caráter supostamente único dos povos com as características de suas línguas. Os hiatos entre as línguas indo-europeias e semíticas (hebreu e árabe) foram interpretados como oposições linguísticas com implicações raciais. Essa interpretação é conhecida dos que se instruíram no discurso colonial espanhol, por causa da avaliação das línguas ameríndias pelos missionários e letrados espanhóis. (MIGNOLO, 2003, p.324-325)

O ponto riscado é uma forma de escrita simbólica, grafia sagrada nas religiões de matriz africana. São desenhos feitos com um giz especial chamado pomba e, a grosso modo, representam as entidades, identificando-as através da representação de seus traços característicos, uma espécie de assinatura dos guias espirituais. Ao atravessar o Atlântico, os africanos trouxeram consigo seus Orixás, e toda a sorte de rituais correspondentes atrelados a eles.

Figura 2 – Ponto Riscado



Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_qALuZLqRSEA/SMGwXDsxNUI/AAAAAAAAABE8/SmPYLu1gCAo/s400/pontos1.gif

Por estar intimamente ligado à religião e por ser um conjunto de imagens, o ponto riscado jamais seria considerado em sua função comunicativa. As imagens como expressão de ideias são julgadas como um estágio anterior à escrita, portanto, primitivas. Muitos registros africanos envolvem símbolos e cores, não sendo facilmente identificadas como escritas. Contudo, Machado (2001) argumenta sobre a sofisticação das imagens como forma de construção do pensamento. No processo histórico de desenvolvimento de ciências como a biologia, a geografia, a geometria, a astronomia e a medicina as imagens cumpriram um papel decisivo.

O mesmo autor, em seu livro “O Quarto Iconoclasmo”, nos conta que em diferentes momentos históricos, a interdição às imagens em determinados contextos tornou-se mais contundente, tendo uma configuração cíclica que se inicia na Antiguidade como um dos dogmas da tradição Judaico-Cristã, se faz presente com a supressão das imagens no Islamismo e se fecha com Platão, para quem as imagens seriam representações de representações, ou seja, imitações da imperfeição, uma vez que a realidade seria também uma imitação imperfeita do mundo das ideias. “A imagem, conclui Platão, pode se parecer com a coisa representada, mas não tem a sua realidade. É uma imitação de superfície, uma mera ilusão de ótica, que fascina apenas as crianças e os tolos, os destituídos de razão.” (MACHADO, 2001, p.9-10) No que o autor questiona porque seu ataque é

desferido apenas às imagens, uma vez que, a palavra também deveria ser tomada como representação em toda a sua imperfeição.

Se é verdade que a imagem está na origem de toda escritura (e, nesse sentido, a escrita verbal é tão somente uma forma altamente especializada de iconografia), também é verdade que a imagem nunca deixou de ser uma certa modalidade de escritura, isto é, um discurso construído a partir de um processo de codificação de conceitos plásticos ou gráficos. A arte, tantas vezes simplificada por seus detratores e acusada, de maneira equivocada, de mimetizar o real, sempre foi uma forma de “escrever” o mundo. (MACHADO, 2001, p. 23)

A escrita Ge'ez está relacionada à Astronomia e foi criada 2000 anos antes da era cristã onde hoje estão a Etiópia e a Eritreia. É um tesouro cultural e é considerada uma das escritas mais antigas em uso no mundo. Nela já se concebe que o ano é composto por 364 dias. Há um conhecimento científico complexo nessa escrita etíope que é um silabário, ou seja, cada símbolo representa uma sílaba. Possui um apelo estético forte sendo formada por pontos e linhas.

Figura 3 - Trecho bíblico em escrita Ge'ez

እኩሃ፡ለእሙ፡ወሰዳግ፡ያዕቆብ፡
ለራሱ፡ፈጽሞ፡ወጸር፡ኃ፡በቃሉ፡ወበ
ከዩ፡ወዳድአ፡ለራሱ፡ከሙ፡
ወልጺ፡እጎቱ፡ለላባ፡ወእቱ፡ወ
ከሙ፡ወልጺ፡ርብቃ፡ውእቱ፡
ወሮጸት፡ራሱ፡ወአጸድዳቹ፡
ለአቡሃ፡ዘጓተ፡፲፯፡ወሰብ፡
ስምዳ፡፳፭፡ቃለ፡ከሙ፡ያዕቆብ፡ወ
ልጹ፡ርብቃ፡እጎቱ፡ሮጸ፡ወተቀ
በሎ፡ወሐቀሮ፡ወሰዳግ፡ወወሰ
ጹ፡ቤቱ፡ወ፲፯፡ለላባ፡ኩሎ፡
ዘጓተ፡፲፯፡ወጸቢሎ፡ለባ፡ለ
ያዕቆብ፡እም፡፩፡ወእም፡ወእም
፤፡ሥጋዩ፡አጓተ፡ወ፲፱፡መስሊ
ሁ፡ሥላሳ፡መዋዕለ፡
ወጸቢሎ፡ለባ፡ለያዕቆብ፡እ
ስሙ፡እኩሃ፡አጓተ፡ኢትትቀ፤፤
ለተ፡በክ፡፺፭፡፪፡ወሰብክ፡መ
ጓተ፡ውእቱ፡ወቦቱ፡ለላባ፡ክል
ኢ፡አዋልጽ፡ስግ፡ለእጓተ፡ትል

(Gênesis 29, 11-16 escrito em ge'ez -

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e2/Ethiopic_genesis_%28ch._29%2C_v._11-16%29%2C_15th_century_%28The_S.S._Teacher%27s_Edition-The_Holy_Bible_-_Plate_XII%2C_1%29.jpg)

Poderíamos ainda citar os Hieróglifos Egípcios, os símbolos Adinkra e muitas outras evidências de que o conceito de escrita é muito maior que a visão restrita e provinciana que a Europa admitiu ao longo da Modernidade.

Expusemos aqui alguns conhecimentos africanos que, com certeza, fazem parte da formação do que hoje somos enquanto sociedade. Os povos africanos foram espalhados pelo mundo e levaram consigo diversos conhecimentos, dentre eles, as escritas, completamente excluídas da história, mas que podem subsidiar a desconstrução dos arquétipos racistas em relação ao povo negro.

Ao mesmo tempo que a Literatura contribui para cristalizar preconceitos e visões distorcidas, também se configura como um meio para inaugurar novos imaginários e sociabilidades. Todavia, para que isso ocorra é preciso que a autoria seja democratizada. Isto significa, como já abordado, o deslocamento de negras e negros da condição de objeto para a de contadores de suas próprias histórias. Tal ação questiona o cânone tradicional e instaura redes alternativas de publicação e consumo, necessárias em um cenário onde, de acordo com Spivak (2010), os subalternos não podem falar. Mas consideramos que a pergunta feita por Spivak já não nos cabe, pois o que nos interessa é a constatação de que os subalternos precisam e devem falar, ainda que não sejam autorizados para tal.

A Literatura Negra tem sido produzida por insurgentes que ousam contar suas histórias e, desse modo, contar também a história de um povo. Especialmente as escritoras negras têm ocupado um lugar de protagonismo, pois o discurso hegemônico não cabe mais como um projeto de representação. No capítulo que segue, introduziremos o conceito de Escrivivência como potente na compreensão da Literatura Negra e na produção de Pedagogias Decoloniais.

2. CONCEIÇÃO E CAROLINA

E eu não sou uma mulher?
Sojourner Truth

Figura 4 – Exposição virtual “Me apaixonei pelo filtro que eu projetei em você” - IANAH MAIA



Esse capítulo, após a reflexão sobre a importância da Literatura Negra, apresenta alguns aspectos biográficos das escritoras Conceição Evaristo e Carolina de Jesus, além do conceito de Escrivência, criado pela escritora Conceição Evaristo. Esse conceito é fundamental para a percepção de como a escrita de mulheres negras representa, para além da experiência individual, uma voz coletiva.

Maria da Conceição Evaristo de Brito é atualmente uma das maiores representantes da Literatura Negra Brasileira. Escritora e professora, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 29 de novembro de 1946. Sua mãe era lavadeira e cresceu em uma família numerosa, na favela do Pindura Saia. Sua primeira ocupação foi como empregada doméstica. Ao concluir o Curso Normal, aos 25 anos, trabalhou como professora da rede pública no Rio de Janeiro, cidade onde fez graduação em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestrado em Literatura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) e Doutorado em Literatura Comparada, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Seu principal incentivo para a Literatura foram as histórias contadas por sua mãe. Autora premiada, sua primeira publicação ocorre a partir do grupo Quilombhoje, nos já citados Cadernos Negros. Posteriormente, seu primeiro romance publicado foi Ponciá Vicêncio (2017). A obra conta a história de Ponciá, uma mulher negra que nasceu e cresceu em um quilombo no interior de Minas Gerais, mas que precisa migrar para a cidade grande. Ao longo da obra, acompanhamos a vida de Ponciá, desde sua infância até a vida adulta na cidade, em meio ao preconceito e à solidão.

O primeiro homem que Ponciá Vicêncio conhecera fora o avô. Guardava mais a imagem dele, do que a do próprio pai. Vô Vicêncio era muito velho. Andava encurvadinho com o rosto quase no chão. Era miudinho como um graveto. Ela era menina, de colo ainda, quando ele morreu, mas se lembrava nitidamente de um detalhe. Vô Vicêncio faltava uma das mãos e vivia escondendo o braço mutilado pra trás. Ele chorava e ria muito. Chorava feito criança. Falava sozinho também. O pouco tempo em que conviveu com o avô, bastou para que ela guardasse as marcas dele. (EVARISTO, 2017, p.15)

Um dia Ponciá juntou todas as revistas e jornais e fez uma grande fogueira com tudo. De que valia ler? De que valia ter aprendido a ler? No tempo em que vivia na roça pensava que, quando viesse para a cidade, a leitura lhe abriria meio mundo ou até o mundo inteiro. [...] O mundo podia virar de cabeça para baixo, que pouca diferença faria. Que ela pouco se dava, que ela pouco se dava... (EVARISTO, 2017, p.79)

Exímia contista, consta entre suas obras os livros de contos Histórias de leves enganos e parecenças (2017), Insubmissas lágrimas de mulheres (2016) e Olhos D'Água

(2016). Além desses, publicou o livro *Poemas da Recordação e outros movimentos* (2017). Em seus dois livros de contos, os títulos são nomes de mulheres.

Olhos D'Água, com o qual conquistou o Prêmio Jabuti, se insere em um conjunto de obras viscerais onde é evidenciada a (re)existência das mulheres negras. Como lhe é característico, a autora brinca com as palavras empregando intensidade e leveza admiráveis. O jogo com as metáforas e as palavras compostas torna tudo mais interessante. Estão ali os afetos e sua construção fora dos padrões convencionais, lembrando grandes damas da literatura, como Toni Morrison e Alice Walker¹⁵.

Os primeiros nove contos são protagonizados por mulheres. Neles, acompanhamos seu cotidiano cru e a elas cabe o controle de suas próprias vidas. Desde a menina Zaíta até a madura Luamanda, a presença do feminino, sem estereótipos, se impõe entre lágrimas, balas e gozos. Três contos contam com protagonistas masculinos que morrem, não como vingança ao patriarcado, mas porque também são corpos descartáveis que habitam lugares inexistentes.

As opressões desenhadas a partir da raça, classe e patriarcado estão tatuadas nos corpos/vozes das personagens mulheres negras e em suas trajetórias. Entretanto, não há proximidades fabricadas ou forçadas. O que Conceição nos oferece é a exposição de suas vísceras, de suas memórias. Quinze impactantes contos, sendo o primeiro escrito em primeira pessoa e os restantes em terceira.

O primeiro conto, que dá nome ao livro, empreende um caminho pelas memórias da narradora e aborda de maneira explícita a questão da ancestralidade, tomando como ponto de partida a relação da filha com a mãe. Tendo como fio condutor a pergunta permanente sobre a cor dos olhos de sua mãe, a personagem vai trazendo aspectos de sua infância no simbolismo das águas, que banham os olhos e podem representar as travessias, inclusive no oceano da diáspora.

A memória colonizada construiu a representação dos povos negros como absolutamente subalternizados e criou toda uma iconografia de corpos açotados e servis que predomina ainda hoje em muitas referências históricas. A memória ancestral costura narrativas que permitem o desenho de um lugar outro para negras e negros no mundo.

Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas senhoras, nossas Yabás,

15 Escritoras estadunidenses que abordaram questões de raça e gênero em sua produção ficcional e não-ficcional.

donas de tantas sabedorias. Mas de que cor eram os olhos de minha mãe? (EVARISTO, 2016, p.18)

Do mesmo modo, o último conto, intitulado Ayoluwa, a alegria do nosso povo, nos aproxima de referências da ancestralidade africana, seja nos nomes próprios - Ayoluwa, Moyo, Masud, Abede, Amina, Sele, Asantewaa, Malika – ou substantivos – banzo - e ainda nas figuras das parteiras, o respeito aos mais velhos e reunião em volta da fogueira, ainda que em torno das cinzas do que um dia fora a comunidade. Nesse conto, bem como nos demais, a memória compactua com a esperança, embora presente em histórias trágicas. O mais importante, Ayoluwa é um apelo ao coletivo.

Ficamos plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades. Sabíamos que tínhamos várias questões a enfrentar. A maior era a nossa dificuldade interior de acreditar novamente no valor da vida... Mas sempre inventamos a nossa sobrevivência. Entre nós, ainda estava a experiente Omolara, a que havia nascido no tempo certo. P arteira que repetia com sucesso a história de seu próprio nascimento, Omolara havia se recusado a se deixar morrer. (EVARISTO, 2016, p.114)

Conceição traz à tona, no jogo entre memória individual e social, a perspectiva dos subalternizados, dos que ficaram, durante muito tempo, fora da história oficial. Sem didatismo, há em sua literatura uma necessidade latente de humanização, que sempre foi tratada pelos movimentos sociais e, de forma específica, pelos Movimentos Negros. Os movimentos de resistência são a origem da decolonialidade. Resistência como a que vemos nascer na descendência de Duzu-Querença, que vive e morre na rua, mas alimenta os sonhos e as ações da neta:

Querença desceu o morro recordando a história de sua família, de seu povo. Avó Duzu havia ensinado para ela a brincadeira das asas, do voo. E agora estava ali deitada nas escadarias da igreja. E foi no delírio da avó, na forma alucinada de seus últimos dias, que ela, Querença, haveria de sempre umedecer seus sonhos para que eles florescessem e se cumprissem vivos e reais. Era preciso reinventar a vida, encontrar novos caminhos. Não sabia ainda como. Estava estudando, ensinava as crianças menores na favela, participava do grupo de jovens da Associação de Moradores e do Grêmio da Escola. Intuíva que tudo era muito pouco. A luta devia ser maior ainda. (EVARISTO, 2016, p.36-37)

Conceição também publicou os romances Becos da Memória (2017) e Canção para ninar menino grande (2022). Sobre o primeiro, a autora afirma que

Também já afirmei que invento sim e sem o menor pudor. As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a

narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção. Nesse sentido venho afirmando: nada que está narrado em *Becos da Memória* é verdade, nada que está narrado em *Becos da Memória* é mentira. Ali busquei escrever a ficção, como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade. Na base, no fundamento da narrativa de Becos está uma vivência que foi minha e dos meus. (EVARISTO, 2017, p.11)

Indissociável de sua carreira, a militância pelos direitos das mulheres e o combate ao racismo são marcas na trajetória da autora. Em 2018, pelo apelo popular, foi candidata à cadeira sete da Academia Brasileira de Letras, sendo preterida em votação. Além de suas publicações, outras autoras e autores vêm escrevendo obras que popularizam sua biografia e suas contribuições no campo da ficção e da pesquisa científica. Destaco também, volume publicado pela Editora Mostarda, intitulado *Conceição*, em coleção infanto juvenil que apresenta biografia de personalidades negras.

Como já apontado, a escrita de *Conceição* Evaristo é envolvente e possui uma linguagem inovadora ao misturar termos de origem africana em seus textos, que são bastante autênticos e singulares. Em todas as suas obras, um dos aspectos mais marcantes é o protagonismo dos excluídos e marginalizados. Personagens que, na vida real e mesmo na Literatura são ignorados, encontram acolhida nas páginas tecidas por *Conceição*. Moradores das periferias, moradores de rua, trabalhadoras domésticas e, especialmente mulheres negras, compõem seu universo ficcional.

Na pessoa e nas obras de *Conceição* Evaristo há uma *performance* que harmoniza leveza e barbárie, ao conjugar tanta violência de forma que beira quase o afetuoso. Uma grande escritora, cujo texto causa o estranhamento esperado das grandes obras, que nos arranca do lugar de sossego e comodismo ao denunciar a desigualdade inerente à sociedade brasileira.



Figura 5 – Conceição Evaristo

Fonte: <https://peita.me/blogs/news/a-noite-nao-adormece-nos-olhos-das-mulheres-por-conceicao-evaristo>

Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi a maior escritora brasileira do século XX e grande representante da Literatura Negra. Nascida em Sacramento, no estado de Minas Gerais, seus pais eram analfabetos e, por crescer em uma família muito pobre, precisou trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da casa.

Durante sua infância, Carolina já demonstra ser muito falante, questionadora, curiosa e perspicaz. Contudo, tais características lhe custavam caro, sendo alvo de críticas. As vizinhas aconselhavam sua mãe a castigá-la. “Para uma criança inteligente, nas comunidades negras de classe inferior e pobres, fazer perguntas demais, falar de ideias que diferiam da visão de mundo predominante na comunidade, dizer coisas que os negros adultos relegavam ao reino do indizível, era um convite ao castigo e até ao abuso.” (HOOKS, 1995, p. 465-466)

Logo nas primeiras páginas de seu livro *Diário de Bitita* vemos a inquietação da Carolina criança:

Um dia perguntei a minha mãe:
- Mamãe, eu sou gente ou bicho?
- Você é gente, minha filha!
- O que é ser gente? (JESUS, 2014, p.15)

À noite eu olhava o céu. Mirava as estrelas e pensava: “Será que as estrelas falam? Será que elas dançam aos sábados? Sábado hei de olhar para ver se elas estão dançando. No céu deve ter estrela mulher e estrela homem. Será que as estrelas mulheres brigam por causa dos homens? Será que o céu é só onde estou vendo?” (JESUS, 2014, p.16)

Fica clara a potência da linguagem que, desde cedo, Carolina maneja como forma de expressão, embora lhe tenham sido negadas as condições para o percurso acadêmico, uma vez que a autora só estudou o que seria equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental. Ou seja, ao ser alfabetizada, não pode prosseguir seu percurso acadêmico. No entanto, seu comprometimento com a Literatura era muito forte.

Logo conhece a ocupação de trabalhadora doméstica. Durante sua trajetória, ela foi empregada em algumas casas de família e, fato recorrente, teve muitos problemas em receber o salário pelos trabalhos realizados. Através de seus relatos, percebemos que Carolina não tinha habilidades nem subserviência para o exercício das funções. Há um deslocamento do lugar prescrito para as mulheres negras porque ela tem determinação em ser escritora.

Na década de 40, Carolina de Jesus se muda para a Favela do Canindé, em São Paulo onde vive em condições precárias, em um barraco feito de lata e papelão. Trabalhando como catadora nas ruas, prossegue com suas incursões literárias e começa a escrever sobre a sua vida com os filhos e a realidade dos moradores da favela.

Sua primeira publicação ocorre em agosto de 1960, a obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada (2014) escrita por Carolina Maria de Jesus foi lançada e se tornaria um sucesso com mais de cem mil exemplares vendidos nos primeiros meses. Foi um fenômeno que suplantou todos os prognósticos de lançamentos de livros. Ela se tornou um marco editorial brasileiro e até hoje o Quarto de Despejo continua com muita potência de venda.

Carolina se tornou famosa e teve a obra traduzida para mais de dez idiomas e vendida em mais de quarenta países. Mas antes de iniciar essa revolução literária, seu livro foi rejeitado por uns seis jornalistas, quando finalmente, Audálio Dantas resolve

ajudá-la para viabilizar sua publicação. O jornalista Audálio Dantas não é o foco dessa pesquisa, mas precisamos registrar sua influência para que Carolina conseguisse publicar, além da edição do texto. Como profissional experiente e conhecedor do meio editorial, ele construiu a figura da escritora favelada e apoiou a publicação dos diários. Carolina sempre quis ser reconhecida como artista e publicar poemas, contos, romances. Mas Audálio avaliou que, uma negra, moradora de favela ficcionalizando não venderia.

Quarto de Despejo foi uma obra inovadora, pois apresentava a voz de uma mulher pobre, marginalizada em seu cotidiano de enfrentamento à fome e miséria. Na abertura, o relato do dia 15 de julho de 1955 trata da angústia da protagonista para comprar um par de sapatos no dia do aniversário da filha, Vera Eunice. Ao longo do livro, a luta por calçar os pés dos filhos está sempre presente, um simbolismo que remete aos pés descalços dos escravizados. Usar sapatos era, inclusive, representativo de uma nova condição social.

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (JESUS, 2014, p.11)

O José Carlos não quer ir na escola porque está fazendo frio e ele não tem sapato. Mas hoje é dia de exame, ele foi. Eu fiquei com medo, porque o frio está congelando. Mas o que hei de fazer? (JESUS, 2014, p.66)

Após tornar-se conhecida, Carolina publicou ainda os livros Casa de Alvenaria e Pedços da Fome. O primeiro ganhou edição recente pela Companhia das Letras, em dois volumes, sendo: Casa de Alvenaria Volume 1: Osasco (2021) e Casa de Alvenaria Volume 2: Santana (2021). Nessas publicações, sua filha, Vera Eunice de Jesus coordenou o conselho editorial junto com Conceição Evaristo.

Casa de Alvenaria narra as vivências de Carolina de Jesus e seus filhos após a mudança para uma casa em Osasco (SP) e, posteriormente, para Santana (SP). Nesse período, é possível acompanhar seu cotidiano em meio aos compromissos oriundos do sucesso de seu livro e o seu processo de apagamento.

O livro Diário de Bitita (2014), originalmente Um Brasil para brasileiros, foi inicialmente publicado em Paris, pois já era evidente que Carolina não conseguia mais emplacar no Brasil. A obra em português foi traduzida da edição francesa e publicada após a morte de Carolina. Ela descreve a vida difícil no interior de Minas Gerais onde vivia com a família e enfrentava dificuldades para sobreviver. A autora apresenta suas raízes e

sua relação com a escrita como a continuidade de um legado, representado particularmente na figura de seu avô, Benedito José, que foi escravizado e, podemos afirmar que era um *griô*, com muita força africana. A infância de Carolina em Sacramento (MG) funda suas memórias.

Elogiavam-no. Ele nunca brigou com alguém. Nunca foi preso. Não ir preso era menção honrosa. Pensava: “O vovô chegou ao mundo antes, e eu vim depois. Quero ouvir o que falam dele para saber como foi que ele viveu”. (JESUS, 2014, p.117)

Nesse livro/memória, ele se sobressai e é caracterizado por sua beleza e inteligência, sendo inclusive referido como um “Sócrates africano”, embora toda a família tenha sido extremamente pobre, voltada ao trabalho braçal e sem acesso à educação.

As pessoas que iam visitar o vovô saíam comentando:
- Que homem inteligente. Se soubesse ler, seria o Sócrates africano.
- O que será Sócrates africano?
Outros comentavam:
- Foi crime não educá-lo. Este homem seria o Homem! Poderiam criar uma lei de educação geral, porque as pessoas cultas que adquirem conhecimento do seu grau intelectual têm capacidade para ver dentro de si. (JESUS, 2014, p.122)

Para além dos livros publicados, Carolina de Jesus escreveu romances, poemas, letras de música, peças de teatro. Ela era uma escritora muito versátil e profícua. Seu desejo era ser reconhecida como artista e publicar seus romances. Para ela, foi uma decepção muito grande que somente seu primeiro livro, que correspondia ao que socialmente lhe era permitido: ser uma mulher negra favelada, tenha feito sucesso.

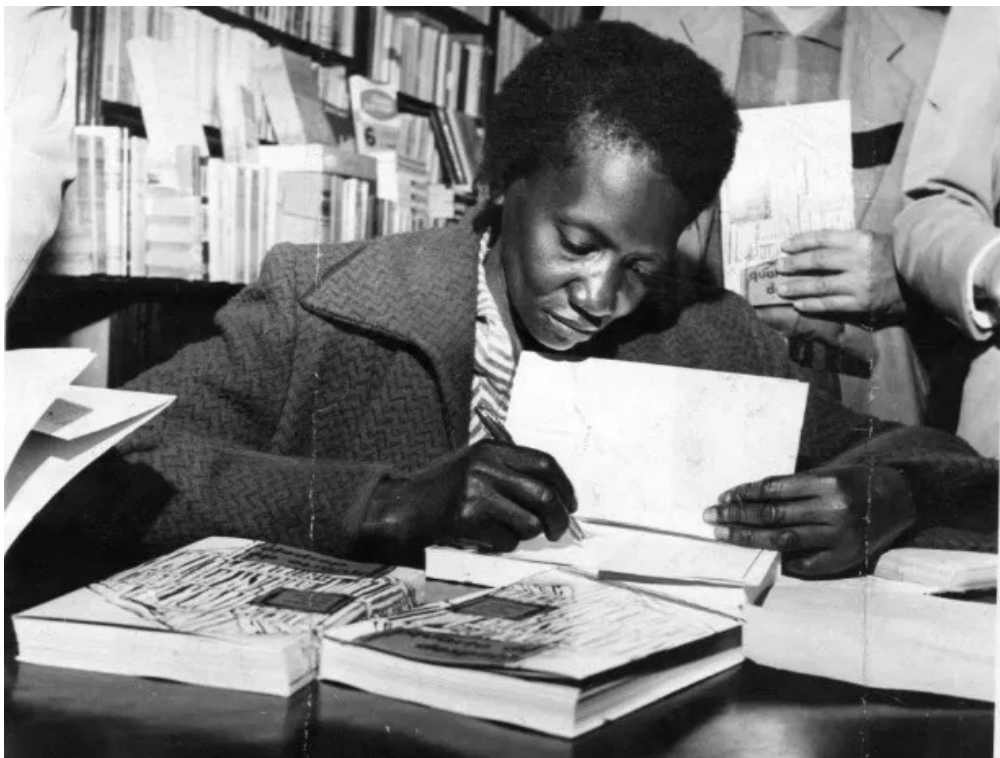
Atualmente, Carolina tem sido bastante pautada pela academia, essa “redescoberta” foi iniciada pelos Movimentos Sociais, principalmente de mulheres. Além de várias biografias, dentre as quais, Cinderela Negra, de José Carlos Meihy e Robert Levine (1994); Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável (2009), de Joel Rufino; A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus (2019), de Raffaella Fernandez e Carolina: uma biografia (2017), de Tom Farias, há também histórias em quadrinhos e livros infanto juvenis tendo a escritora e sua trajetória como tema central.

Carolina se apegou à Literatura como uma chance de afirmação e constituição de **dignidade**, em um meio eivado de indignidades de toda ordem. A artista da palavra, a escritora que desafiou a pobreza, a fome, a violência e o racismo. Do Quarto de Despejo para o mundo, Carolina jogou sal em nossas feridas coloniais, que marcam de forma indelével o que somos. Nas palavras dela: “Escrevo a miséria e a vida infausta dos

favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade”.

Faleceu aos 62 anos em decorrência de uma insuficiência respiratória, em um sítio em Parelheiros, pobre e desgostosa. Deixou um grande legado para a Literatura Negra Brasileira.

Figura 6 - Carolina Maria de Jesus



Fonte: <https://il.wp.com/www.saopauloinfoco.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Carolina-de-Jesus.-A-escritora-durante-a-noite-de-aut%C3%B3grafos-do-livro-Quarto-de-Despejo-em-S%C3%A3o-Paulo-1960..jpg>

2.1 Posso escrever com minhas palavras?

Em minha trajetória escolar, durante o ensino fundamental e ensino médio aprendi que uma resposta sempre deve ser dada de acordo com o texto em questão. Quando alguma “opinião” era solicitada, do enunciado constava “utilize suas palavras”. Isso nunca foi um problema para mim, pois sempre amei a escola e suas dinâmicas. Contudo, percebi que na cultura escolar, saber utilizar bem as palavras “dos outros” pode ser garantia de sucesso.

Para minha surpresa, ao ingressar na Universidade, o que era praticamente uma exceção, tornou-se regra. Agora a regra era criar sentidos outros para o que lia, ou seja, ali era necessário sempre escrever com as minhas palavras.

Com o tempo, pude compreender o significado de tudo isso e ficava triste quando algum estudante fazia a deprimente pergunta: “Professora, é pra escrever com as minhas palavras?”. Mas que possibilidade existe, que não seja escrever com nossas palavras, pra fazer escoar as nossas vozes?

Quando li Carolina de Jesus pela primeira vez senti como se o chão se movesse sob meus pés. Sua escrita é a mais insubordinada que conheço. Compreendi o quanto minhas opções literárias eram limitadas e pobres porque eram voltadas, predominantemente, para autores homens e brancos. Ela me ensinou que a Literatura pode contribuir para a luta contra a pobreza e a discriminação racial. Ao mesmo tempo, foi aterrador pensar em quantas Carolinas passam por nós todos os dias, carentes de oportunidades para expor sua escrita.

Conceição Evaristo tornou-se uma de minhas autoras brasileiras preferidas. Encontrei um estilo que me agradou muito como leitora, poético e forte como o impacto da violência a qual suas personagens são submetidas. Infelizmente não conheci Carolina, mas tive o privilégio de, mais de uma vez, estar com Conceição Evaristo pessoalmente. Sua generosidade reforça o compromisso necessário a quem trabalha com a escrita, qual seja a formação de leitores.

Trato de uma experiência individual, mas não incomum. Muitas mulheres relatam sentimentos semelhantes após a leitura dessas autoras. A universalidade de suas obras deve-se ao que a Literatura tem de melhor, ou seja, a capacidade de mobilizar desejos, sonhos, frustrações e medos humanos. As personagens se entrelaçam às vidas das pessoas porque, no fundo, querem ser aceitas, reconhecidas, amadas e é isso o que as

pessoas buscam na vida. Nesse sentido, as histórias tocam vidas diversas, não somente negras, porque não se trata de relatar histórias, se trata de arte, de Literatura!

Ambas me abriram as portas para a leitura de mulheres e, dentre essas, mulheres negras. Mas meu contato com suas escritas me provocou uma vontade/necessidade de escrever. Minha insegurança transportava-me para os primeiros anos escolares, quando nem sempre era permitido usar minhas palavras e uma voz sussurrava que ninguém poderia interessar-se pelo que eu pudesse escrever. Ademais, como eu poderia tentar, se não tinha tempo ou um lugar bonito, decorado e silencioso (como ainda não tenho) para o exercício dessa atividade?

Comecei a questionar tudo que havia aprendido sobre a escrita. Teriam contado, para nós, mulheres, mentiras sobre a escrita? Virgínia Woolf (2014), em seu livro *Um teto todo seu*, afirma que uma mulher precisa do próprio espaço para escrever e de tranquilidade, precisa estar isenta de preocupações e ser respeitada em seu momento de produção escrita solitária. É verdade, se você for uma escritora inglesa branca.

Por outro lado, a escritora Gloria Anzaldúa (2020), de cidadania mexicana, acolhe as dificuldades das mulheres pobres em sua diversidade e afirma que as mesmas têm muito a dizer. Por isso precisam escrever, seja no banheiro, na escada ou em qualquer espaço/tempo disponível. Para ela é preciso reivindicar o direito à escrita porque as mulheres pobres, negras, indígenas não podem esperar as condições ideais para tal.

Ou ainda bell hooks (1995), a escritora que, dentre outras obras, nos deixou o belíssimo e precioso ensaio *Intelectuais Negras* onde afirma que as pesadas exigências que recaem sobre as mulheres, ou seja, dar “conta de tudo”, tornam o trabalho intelectual, a atividade da escrita, extenuante. Ela relata como, a final do dia, uma mulher, após uma série de afazeres, pode sentir-se cansada para dedicar-se à escrita.

A esperar as condições ideais, jamais teríamos o legado de Carolina Maria de Jesus. Que dizer sobre suas condições de escrita? Catando papel durante o dia para garantir a própria sobrevivência e a dos filhos. Ainda assim, selecionando dentre tudo que passava em suas mãos, materiais de leitura e suportes para a escrita. Tendo um teto na Favela do Canindé, escrevia muitas vezes durante a noite e as madrugadas, à luz de vela, no frio do inverno de São Paulo. Pergunto-me o que levou Carolina, frente a tanta adversidade e negação, a persistir em seu lugar no mundo como escritora e artista. Conceição Evaristo também se questiona a esse respeito e arrisca dizer que

Talvez essas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da

vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo. (EVARISTO, 2020, p. 35)

Em um mundo que nos extermina e oprime comecei a experimentar a escrita como vingança, um lugar onde posso escoar minhas dores e frustrações, ainda que não possua as condições materiais que me permitam escrever com conforto e tranquilidade. Muito do que não pode ser resolvido na vida, pode ser encaminhado no texto literário. Compreendam que não quero aqui depreciar a trajetória de Woolf, uma mulher cujas obras são também relevantes e que, infelizmente, teve um fim trágico. O que evidencio aqui é a universalidade das experiências, que por vezes, nos faz sentir inadequadas e incapazes.

Por isso a representatividade é importante. Ler Carolina e Conceição Evaristo me forneceu modelos mais próximos da minha condição existencial. Essa é também a grandeza de suas escritas e o que as tornam escritoras das experiências vividas individualmente e de forma comunitária.

Conceição Evaristo nomeou essa prática literária como Escrevivência e, a partir da apropriação coletiva e da circularidade dessa ideia, ela vem se fortalecendo como um conceito que, defendo, também pode ser aplicado à escrita de Carolina de Jesus. É claro que, quando começou a trabalhar com Escrevivência, Conceição não pensou em um conceito, ele não veio antes. Ele foi se configurando dessa forma à medida que foi sendo apropriado. E vem se transformando no diálogo com os coletivos negros e, inclusive, indígenas.

A Literatura pode contribuir para a compreensão da vida de determinados coletivos, sendo mais que um exercício individual de criação e expressão. Embora ficcional, ela pode guardar algo de testemunho e de biografia. Obviamente, não estamos abordando a Literatura como um retrato, mas como uma possibilidade de aproximação baseada na alteridade porque escrever é uma maneira de resistir, principalmente para povos que foram impedidos de desenvolver esses processos de escrita. Nesse sentido, escrever é uma ousadia.

A Escrevivência, nas obras dessas autoras, trata de um povo historicamente oprimido cujos corpos têm sido aniquilados. A partir de suas experiências como corpo/memória, as autoras se comprometem com a condição de mulheres negras em uma sociedade racista e patriarcal.

O conceito não pode ser confundido com escrita de si ou ficção de si. Mesmo quando é em primeira pessoa, a Escrivivência não se esgota no sujeito. A ficção de si, a escrita de si, se esgota no sujeito que é individualizado. Quando as escritoras abordam outros sujeitos é para contar as suas histórias. A Escrivivência não é uma escrita narcísica, ela é a escrita plural, uma escrita de encontro.

O conceito de experiência é fundamental, pois como o próprio termo denota, trata-se de escrever as vivências. A Escrivivência nasce da experiência, da ousadia de mulheres negras que se impõem como sujeitos de suas escritas. Pensá-la é pensar nessa ação das mulheres negras que se apresentam através da escrita. Na verdade, para as mulheres negras, ser objeto, na Literatura ou na pesquisa acadêmica, significa perpetuar a condição colonial porque ser investigada é como ser colonizada.

E há uma dupla dimensão: a vivência individual, materializada na história de vida das autoras, que as situam em um lugar de fala específico. Conceição ressalta que “a literatura marcada por uma *escrivivência* pode con(fundir) a identidade da personagem narradora com a identidade da autora. Esta con(fusão) não me constrange”. (EVARISTO, 2017, p.12)

E é importante explicar que o lugar de fala não se refere a apontar quem não deve falar, se refere a quem precisamos ouvir. A literatura de Conceição Evaristo e Carolina de Jesus expressam a fala de quem não é socialmente ouvida, especialmente a fala de quem é, material e simbolicamente, apartada da vida pública. Ela problematiza os corpos/ *corpus* negros.

A outra dimensão é coletiva, uma vez que as narrativas contém os afetos e as dores de mulheres e homens, mas, primordialmente, mulheres, um coro que fala através das personagens. Temos a história da diáspora africana, a trajetória do povo negro nos poemas, romances e contos de Conceição Evaristo. Encontramos, na escrita de Carolina de Jesus, a sorte da população negra abandonada à própria sorte no período pós-abolição e explorada no campo. A favela também se configura como o destino de negras e negros que puderam optar por territórios mais dignos de moradia. Dessa forma, passado, presente e futuro se fundem na ficcionalização de uma sociedade que descompensa vidas, que escolhe os corpos que merecem viver.

Suas escritas são construídas sobre a memória coletiva. As Escrivivências são as escritas das memórias coletivas vividas. Consideramos que a memória também é uma ficção, uma reconstrução. Desse modo, a ancestralidade é atualizada como combustível para a manutenção da cultura, para a reinscrição de si e para a refundação da esperança.

Se há uma literatura que nos invisibiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de *representação* da mulher negra na literatura. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma *auto-representação*. Criam, então, uma literatura em que o *corpo-mulher-negra* deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como *sujeito-mulher-negra* que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o *lugar da escrita*, como direito, assim como se toma o *lugar da vida*. (EVARISTO, 2005, p.54)

Portanto, a Escrivivência pode ser compreendida enquanto viabilidade epistemológica que, contraposta à colonialidade do saber, abre uma gama de possibilidades no sentido de entendermos a realidade a partir de nossas próprias referências. A colonialidade marginaliza corpos e experiências, trata-se de restituir a existência a partir do que Mignolo (2003) denomina diferença colonial.

Assim, a diferença colonial é esse lugar simbólico e geográfico onde ocorre a simultaneidade da produção de conhecimentos por todos os povos. Sem nenhuma pretensão de universalidade ou padronização, a Escrivivência, como um projeto estético e político, questiona a hegemonia da razão eurocentrada, já que “a literatura e as teorias pós-coloniais estão construindo um novo conceito de razão como loci diferenciais de enunciação” (MIGNOLO, 2003, p.167)

Desse modo, a Literatura Negra, a partir da Escrivivência, inaugura outras perspectivas, tornando-se o centro de espaços e territórios outros e, ao mesmo tempo, inaugurando outras centralidades, outras experiências de vida mais dignas e justas. Nesse sentido, a Escrivivência é uma militância porque não se compromete somente com a denúncia das condições históricas de vida degradadas de alguns grupos. Mais que isso, ela descortina a naturalização das opressões possibilitando outros exercícios políticos sobre o real.

Já é evidente que o fundamento da Escrivivência é a história vivida pelos afro-brasileiros, considerando que ela se inicia na diáspora e continua até os nossos dias. Ou seja, o fundamento da Escrivivência é a ancestralidade negra materializada na imagem/arquétipo da mãe preta.

A Escrivivência rasura a imagem da mulher negra como corpo promíscuo, corpo servil, corpo destinado à exploração e à morte. Em vez disso, a Escrivivência nos coloca

em um lugar de escrita, de memória, de reinvenção. O lugar da escrevivência é aquele onde a Literatura realiza o impossível do real. Ainda que uma obra exponha mulheres negras como escravizadas ou em outras situações de opressão, seus sentimentos, suas vidas serão centrais. Ainda que em situações de subalternidade, como a de uma mulher escravizada, a humanidade da personagem estará presente de maneira digna.

A mãe preta pode ser compreendida como um arquétipo no sentido de um modelo cristalizado pelo aparato colonial e que gera outras imagens e comportamentos ao longo da história. A mulher negra que cuida dos filhos de outros para sobreviver e não consegue conviver com os seus.

O arquétipo da mãe preta é a construção colonial simbólica ligada às mulheres negras como figuras maternas na cultura brasileira. A figura da mãe preta é uma representação da mulher negra como uma mãe acolhedora, protetora e cuidadora, que muitas vezes assume a responsabilidade de criar e educar crianças que não são biologicamente suas, além de ocupar-se dos idosos e doentes da família. Este arquétipo tem raízes históricas profundas, remontando aos tempos da escravidão no Brasil, quando as mulheres negras muitas vezes eram forçadas a abandonar seus próprios filhos para cuidar dos filhos de seus senhores. Nas famílias negras, estrategicamente separadas, as crianças muitas vezes cresciam sem suas mães.

Essa imagem da mulher negra como “mãe” vem servindo como um controle de “raça”, gênero e sexualidade. É uma imagem controladora que confina mulheres negras à função de serventes maternos, justificando sua subordinação e exploração econômica. A “mãe negra” representa a relação ideal de mulheres negras com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pela família branca. (KILOMBA, 2019, p.142)

A manutenção dessa imagem da mulher negra como aquela que cuida da casa, do abrigo dos que, tornando-se adultos, perpetuarão o ciclo de mando e poder de decisão é, repito, uma construção colonial que edifica a negra doce e servil. Por isso há tanto repúdio pela mulher negra “barraqueira”, que fala alto e não aceita ser subjugada. Porque para o imaginário colonial a mulher negra não deveria sequer ter voz.

Nesse sentido, a escravidão atuou como um complexo responsável pela imagem da mulher negra como agrupamento social servil. Não podemos naturalizar o grande contingente de mulheres negras que se dedicam a atividades manuais, dentre elas, o trabalho doméstico remunerado que é associado à escravidão.

Conceição Evaristo e Carolina de Jesus atuaram como trabalhadoras domésticas. A última relata o cotidiano extenuante dessa ocupação:

Às seis da manhã, elas deviam estar nas casas das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal. Que coisa horrível! As que tinham mães deixavam com elas seus filhos e seus lares. As empregadas eram obrigadas a cozinhar, lavar e passar. As refeições deveriam ser preparadas com artifícios: cestinhas de tomates recheadas com maionese, cestinhas de batatas recheadas com presunto moído, azeitonas, etc. As refeições eram servidas assim: primeiro uma sopa; após a sopa, servia-se arroz, feijão, carne, salada. Quando serviam peixes, usavam-se outros pratos e outros talheres. Por fim, a sobremesa e o café. (JESUS, 2014, p.36)

Eram comum ouvir as pretas dizerem:

- Meu Deus! Estou tão cansada! (JESUS, 2014, p.37)

Suas experiências de trabalho sofrido, na lavoura e em casas de família, tanto em sua cidade natal, quanto em São Paulo, construíram nela a percepção da exploração. Para Tom Farias, “este conflito de classes a acompanhará, sem uma dialética explícita ou consciente de Carolina Maria, por sua vida afora.” (FARIAS, 2017, p.144) Já o belíssimo poema, O colono e o Fazendeiro, publicado em 1940, demonstra o quanto ela tinha convicção da condição de desigualdade entre trabalhadores e patrões, entre os que trabalham na terra e aqueles que lucram com sua propriedade e com o trabalho alheio.

Diz o brasileiro
Que acabou a escravidão.
Colono sua o ano inteiro
E nunca tem um tostão.

Se o colono está doente
É preciso trabalhar.
Luta o pobre no sol quente
E nada tem para guardar.

Cinco da madrugada
Toca o fiscal a corneta
Despertando o camarada
Para ir para a colheita.
Chega a roça ao sol nascer
Cada um na sua linha
Suando, e para comer
Só feijão e farinha.

Nunca pode melhorar
Esta negra situação
Carne não pode comprar
Prá não dever o patrão.

Fazendeiro, ao fim do mês
Dá um vale de cem mil-réis
Artigo que custa seis
Vende ao colono por dez.

Colono não tem futuro

E trabalha todo dia
O pobre não tem seguro
E nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade
A vida inteira no mato
E não tem sociedade
Onde está seu sindicato?

Passa o ano inteiro
Trabalhando – que grandeza!
Enriquece o fazendeiro
E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:
- Não fique na minha fazenda
Colono tem que mudar
Pois não há quem o defenda.

Por fim, mas não menos importante, ressaltamos que as mulheres negras tiveram seus corpos utilizados como coisas durante a escravidão, gerando mais mão de obra e sendo abusadas pelos senhores em todos os sentidos. As representações dos corpos negros femininos se construíram em torno do erotismo, justificando os estupros desses corpos hiperssexualizados. No entanto, não há registros ainda significativos da importância dessas mulheres. Sempre apresentaram resistência, protegeram suas famílias e foram mesmo temidas, ao envenenarem senhores e viabilizar fugas. As mulheres negras, “ajudando a manter a integridade dos arranjos familiares, assim como a riqueza e a originalidade da cultura forjada em torno deles, elas foram os primeiros agentes da emancipação das comunidades afrodescendentes na Diáspora”. (PAIXÃO; GOMES, 2012, p.298)

Um dos traços mais marcantes na biografia de Carolina é a constante ruptura com as expectativas sociais criadas em relação a ela. Uma delas diz respeito ao casamento e ela inclusive critica bastante a vida das mulheres casadas na favela.

Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. (JESUS, 2014, p.17)

Carolina considerava casamento como uma redoma e foi bastante crítica em relação ao tratamento violento dispensado às mulheres, do qual ela também foi vítima. As

recusas de Carolina, ao casamento, à exploração, ao racismo, ao anonimato se materializaram na força de sua escrita, que aqui podemos chamar de decolonial, enquanto representativa de uma longa tradição de resistência.

Em uma sociedade patriarcal a Escrivência é feminista, por princípio. Quando mulheres ousam escrever, estão lutando por igualdade de direitos, à leitura e à escrita. Sendo mulheres negras, cujos corpos são desprezados e aniquilados, quando ousam escrever é como se movessem o mundo ao contrário.

Trata-se de reconhecer o grande legado da escrita de Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, em suas Escrivências, para a desconstrução das opressões perpetradas pelo patriarcado. Ora, por que uma mulher como Conceição é uma exceção? Uma escritora negra com doutorado e reconhecimento. As trajetórias acadêmicas são árduas para as mulheres e, no caso das mulheres negras, as dificuldades são ainda mais acentuadas.

Na obra Olhos D'Água, de Conceição Evaristo, a maternidade está colocada como uma questão, mas distante de qualquer idealização, como podemos constatar nos trechos abaixo expostos.

Uma metralhadora apontou para dentro de casa, bem na direção da cama, na mira de Ana Davenga. Ela se encolheu levando a mão na barriga, protegendo o filho, pequena semente, quase sonho ainda. (EVARISTO, 2016, p.30)

Natalina alisou carinhosamente a barriga, o filho pulou lá de dentro respondendo o carinho. Ela sorriu feliz. Era a sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. Só seu. De homem algum, de pessoa alguma. Aquele filho ela queria, os outros não. Os outros eram como se tivessem morrido pelo meio do caminho. Foram dados logo após e antes até do nascimento. As outras barrigas ela odiara. (EVARISTO, 2016, p.43)

Lua cúmplice das barrigas-luas de Luamanda. Vinha para demarcar o tempo grávido da mulher e expulsar, em lágrimas amnióticas e sangue, os filhos: cinco. Navegação íntima de seu homem no buraco-céu aberto de seu corpo. O amor é um poço misterioso onde se acumulam águas-lágrimas? (EVARISTO, 2016, p.61)

Ademais, Conceição também constrói personagens como Luamanda, uma mulher com quase cinquenta anos que desenvolve uma trajetória de aprendizagem a partir do corpo, onde se inscrevem seus gozos e dores. As mulheres nos contos de Conceição Evaristo deliberam sobre seus corpos a partir de sua especificidade de corpos de mulheres negras. Essas questões constituem também pautas importantes e muitas vezes ignoradas até mesmo por alguns movimentos sociais, que tradicionalmente ignoraram as questões raciais e, nelas, a situação de extrema vulnerabilidade das mulheres negras.

Ao longo do século XX, apesar do fortalecimento dos movimentos feministas, não houve uma luta integrada contra as opressões patriarcais e promovidas pelo capitalismo a partir de uma perspectiva racializada. Pelo contrário, os movimentos sindicais, por exemplo, consideravam a discussão racial como um elemento desagregador da classe.

Dessa maneira, estabeleceu-se uma representação universal de mulher e, como sabemos, o universal da colonialidade é sempre branco. Consequentemente, predominou a imagem de uma mulher frágil, oprimida e encerrada ao espaço privado e às suas demandas por libertação. Mas, em momento algum, essa caracterização foi racializada, já que ela identificava exclusivamente as mulheres brancas. Mais do que isso, as mulheres negras, que sempre ocuparam o lugar do trabalho fora do espaço de suas casas, foram excluídas completamente nas pautas, formas de produzir conhecimento e de empreender lutas nos movimentos sociais e, inclusive nos movimentos negros e feministas porque

Historicamente, a caracterização das mulheres europeias brancas como historicamente passivas e física e intelectualmente frágeis as colocou em oposição às mulheres colonizadas, não brancas, inclusive as mulheres escravizadas, que, ao contrário, foram caracterizadas ao longo de uma vasta gama de perversão e agressão sexuais e, também, consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho. (LUGONES, 2020, p.75)

Conceição Evaristo insiste no valor da ancestralidade como um fator fundamental para as mulheres não representadas nos movimentos. Ela nos permite o reencontro com as figuras que inauguraram a resistência e as possibilidades de sobrevivência às opressões alicerçadas na força do coletivo. A ancestralidade reescreve a representação das mulheres negras. Para pensar essas questões é imprescindível mobilizar o que Carla Akotirene define como interseccionalidade, como uma forma de instrumentalização para a complexa teia formada pela “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”. (AKOTIRENE, 2019, p.19)

A figura negra feminina na literatura de Carolina de Jesus e Conceição Evaristo é atravessada por essas múltiplas formas de opressão, da mesma forma que as pessoas o são na vida real. A interseccionalidade é uma característica da Escrivência, pois a compreensão das experiências vividas por essas personagens só é viável a partir de uma análise mais complexa de suas vidas, considerando todas as formas de opressão que elas enfrentam.

Patrícia Hill Collins (2021) argumenta que as experiências das mulheres negras são frequentemente invisibilizadas e negligenciadas nas análises sociais convencionais, que tendem a focar apenas um aspecto da identidade de uma pessoa. Além disso, Collins destaca que a interseccionalidade também é importante para a luta por justiça social e igualdade. Para ela, a análise interseccional permite que os movimentos sociais entendam as múltiplas formas de opressão que as pessoas enfrentam e, assim, trabalhem no seu enfrentamento. Ela destaca que os movimentos sociais devem ser inclusivos e reconhecer a diversidade das pessoas e suas experiências, para que possam trabalhar para uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

As questões específicas das mulheres negras, reais e legítimas, as impeliram a construir um espaço próprio de aprendizagem e luta, por isso a necessidade do feminismo negro, que cria um lugar de fato em contraponto à invisibilidade.

É justamente em face desse *não lugar* que o feminismo negro se faz tão vital. Não só pela denúncia da violência e do silenciamento impostos pelo racismo e machismo brasileiro, mas, sobretudo, porque essa denúncia é feita por meio das vozes das próprias mulheres negras. Dessa forma, o feminismo negro poder ser compreendido como *um lugar*. *Um lugar* de fala, *um lugar* de escuta, *um lugar* de acolhimento, *um lugar* de luta. (SANTOS, 2017, p. 46)

Podemos afirmar que o feminismo negro é fundamentalmente decolonial, pois não podemos ignorar a herança colonial escravista na complexidade da luta pelo direito à existência das mulheres negras e precisamos também descolonizar o feminismo. “Sabemos que reescrever a história do feminismo desde a colônia é primordial para o feminismo decolonial. Não podemos nos contentar em pensar a colônia como uma questão subsidiária da história”. (VERGÈS, 2020, p. 43)

São fundamentais as portas abertas pela Escrivência para a instauração de ações de justiça cognitiva que reparem os estragos de nossa história colonial escravista e violenta. Nesse sentido, as encruzilhadas onde se encontram a Literatura Negra, a Escrivência e a Decolonialidade nos abrem caminhos para a construção de epistemologias outras.

Todo o arcabouço trazido pelo conceito de Escrivência, que não esgotaremos aqui, nos leva à situá-lo enquanto um conceito decolonial porque ele transcende a colonialidade, rompe com a episteme eurocêntrica e inaugura um campo de reposição das mulheres negras na Literatura.

2.2 “Descolonizar-se, esta é a possibilidade do pensamento”¹⁶

Em uma dimensão comparativa, há alguns eixos que podemos abordar a partir da Literatura Negra produzida pelas escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, na perspectiva de suas Escrivivências, que já nos apontam também reflexões importantes na construção de Pedagogias Decoloniais. Antes disso, é importante salientar as diferenças nas trajetórias das duas autoras, embora as semelhanças sejam mais grandiosas.

As duas autoras nasceram em Minas Gerais e migraram para a região sudeste em busca de oportunidades e melhores condições de vida. Contudo, por que suas vidas seguem por caminhos tão diferentes?

Percebemos que, para Carolina, as dificuldades foram muito maiores, em todos os sentidos. Ela morreu pobre e abandonada em seu sítio, sem ter vivido a repetição do sucesso de sua primeira publicação, embora tenha produzido outras obras. Só a partir de 2000, o *Quarto de Despejo* e *Diário de Bitita* ganham novas edições.

Mas Carolina e sua obra principal¹⁷ promoveram uma das mais representativas transgressões ao cânone literário tradicional. Ela rompeu com a norma e os paradigmas estéticos vigentes e, na época, tornou-se mais popular que seus contemporâneos, Jorge Amado e Clarice Lispector. Há duas questões fundamentais para a relevância da escrita de Carolina como questionamento ao cânone: a não obediência à norma culta no *Quarto de Despejo* e o reconhecimento de uma mulher negra e pobre como escritora e essa segunda questão ressalta a barbárie de uma sociedade que condena, todos os dias, várias Carolinas à indignidade.

Quarto de Despejo é um diário, que não era – e ainda não é – aceito facilmente pelo cânone. Com exceções para os escritores cultos que resolveram perder algum tempo com esse tipo de narrativa. É o diário de autor, o diário íntimo de mulheres de classe média ou alta, o diário de viagem, o diário de campo, quase sempre com um subtítulo para lhe dar algum tipo de nobreza. Mas Carolina trazia agravantes: era pobre e com poucos anos de ensino formal; queria dominar a norma culta, mas estava longe disso. (PENTEADO, 2017, p.242)

A literatura de Carolina foi questionada como tal, o que nunca ocorreu aos escritores brancos, independente do que escrevessem. Sua produção foi colocada em um

16 Abdelkebir Khatibi

17 Nesse trabalho abordaremos predominantemente a obra *Quarto de Despejo* e *Diário de Bitita*, por conta das limitações que a tese impõe. No entanto, é importante sublinhar que Carolina de Jesus não foi uma “escritora de uma obra só”, tendo publicado outros livros, dentre eles, *Casa de Alvenaria*, *Pedaços da Fome*, *Provérbios*, *Meu Estranho Diário*, *Antologia Pessoal* e *Onde Estaes Felicidade?*

lugar de exotismo e ela foi fixada como uma escritora da pobreza, uma escritora favelada, uma escritora de menos-valia, escritora marginal. Ocorre um grande desrespeito quando a autora é sempre adjetivada como favelada e se condiciona um lugar para a mesma, ou seja, ela poderia falar somente de sua vida na Favela do Canindé. Ao tentar ocupar outros lugares, foi relegada ao ostracismo, a ela não foi permitido publicar poesias e músicas.

Embora tenha caracterizado um movimento literário no Brasil, durante os anos 70, e hoje abrigue grandes escritores das periferias, como Ferréz e Sérgio Vaz, o termo marginal é inadequado porque estabelece um lugar de subordinação para os autores. Carolina é sempre referenciada como escritora do lixo. Isso faz com que ela não saia dessa adjetivação, fixada na marginalidade. Os jornais em sua época só a sublinharam como escritora favelada e assim ela morreu, embora desejasse o reconhecimento como poeta, cantora e atriz. Desse modo, a pecha de favelada antecipa qualquer mérito literário e ela passou menos tempo na favela que em seu sítio em Parelheiros.

No entanto, as obras de Carolina de Jesus possuem grande valor literário. Ela era uma leitora voraz, pesquisadora e estudiosa, pois “desde os tempos de Sacramento, quando se alfabetizou no colégio Allan Kardec, e aprendeu, duramente, naqueles curtos dois anos letivos, a ler e escrever, ainda que precariamente, que Carolina não deixou mais o hábito da escrita e da leitura.” (FARIAS, 2017, p.118)

De forma geral, muito ligada à poesia, demonstrava refinamento oriundo das influências às quais tinha acesso, dentre elas Cruz e Souza, fundador da literatura moderna no Brasil. Carolina apresenta, no Quarto de Despejo, concisão na linguagem, prosa, poesia e uma imensurável análise sociológica, antropológica e histórica da sociedade, “seu processo criativo é um projeto disparador de ideias e reflexões, mas também de busca do embelezamento e de encontros com a literatura.” (FERNANDEZ, 2019, p.15)

Sua trajetória e obras são emblemáticas dos caminhos acidentados percorridos pelas classes populares no Brasil e nos ajudam na análise das opressões estruturantes da sociedade, dentre elas, o racismo, as questões de gênero e a constituição das favelas. Por isso, a consideramos uma “intelectual visceral” (SILVA, 2012), que produziu a partir dos impactos dessas opressões. O impacto da assunção de uma escritora como Carolina em seu papel intelectual constitui um deslocamento do lugar historicamente desenhado para as mulheres negras, pois “o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a

ideia de que ela está nesse planeta principalmente para servir aos outros”. (HOOKS, 1995, p.468)

No Quarto de Despejo, o uso da linguagem coloquial foi uma das motivações para a desconsideração da obra como literatura, atualizando a postura de negação da possibilidade de comunicação, através da escrita, às populações subalternizadas.

Lélia Gonzalez cria a categoria “pretuguês” para assinalar a marca de africanização do português falado no Brasil e para criticar a imposição da norma culta, principalmente na fala, como marca de superioridade cognitiva. Essa categoria ressalta a herança africana na língua, questionando seu aspecto colonial.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erros dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí fora. (GONZALEZ, 2020, p.90)

O pretuguês não constitui uma variante, um dialeto. De outra forma, ele é um conceito que coloca a norma culta em questão, tal como a escrita de Carolina de Jesus. As normas possuem uma dimensão política e, no Brasil, a linguagem culta é resultado da violência contra os povos indígenas e africanos. Para Thula Pires, “interpelar a realidade em pretuguês é pôr em questão as categorias de estratificação de humanidade que relaciona a zona do ser ao sujeito branco, masculino, cisheteronormativo, proprietário, cristão, sem deficiência e de origem norte-atlântica”. (PIRES, 2019, p.71)

Portanto, Carolina não reivindica sua inclusão em um modelo de reconhecimento colonizado. Ela impõe sua escrita como um *dever* disputando o próprio conceito de literatura a partir da necessidade de justiça cognitiva. Podemos aqui tratar de uma escrita caracterizada como decolonial.

Quando estabelecemos uma comparação com a trajetória de Conceição Evaristo é possível perceber que os argumentos colocados não justificam as diferenças, contudo há uma questão importante que pode ser considerada como o nó da questão, ou seja, Conceição Evaristo teve participação em grupos sociais que fizeram a diferença em sua trajetória como a Juventude Católica, o Movimento Negro e a própria Academia. Os Movimentos Sociais e a militância com engajamento em grupos possibilitam a convivência em comunidades de aprendizagem e apoio. Tal alicerce fez falta para Carolina, que contava muito mais, nos parece, com grupos realizadores de atos de caridade, quando

passou pelos momentos de maior dificuldade e com outros cuja intenção era aproveitar-se de seus recursos financeiros, quando deles pode dispor.

Acentuo aqui, que ambas foram mulheres que nasceram sob o signo da pobreza e do racismo, em um país colonizado e onde a desigualdade é alarmante. Contudo, as redes de apoio de Conceição Evaristo, talvez tenham lhe permitido um maior discernimento diante das dificuldades, o que não ocorreu no caso de Carolina.

A escolaridade se configura como também como uma diferença fundamental. Não estamos estabelecendo aqui nenhuma hierarquia entre saberes, mas precisamos considerar que, socialmente, as possibilidades de ascensão e manutenção da vida se tornam maiores, à medida que aumenta a escolaridade formal. Embora essa não seja uma verdade inquestionável, ainda é uma constatação e justifica a luta dos Movimentos Negros pela educação.

Da mesma forma, a proximidade com o movimento social permite, como já apontado, a acolhida e identificação em uma comunidade de interesses comuns, a construção de sentidos compartilhados e de amparo para o enfrentamento das opressões. Tais fatores podem contribuir positivamente para a produção individual.

Contudo, as duas autoras têm muito em comum, são mulheres negras que tiveram favelas como território de moradia, as duas trabalharam como empregadas domésticas e, o mais importante, ambas têm uma produção que passeia pela prosa e poesia, tratam de dores e afetos. Forjadas em suas histórias de vida, a produção de Carolina de Jesus e Conceição Evaristo representam os *corpos/corpus* da Literatura de Autoria Negra Feminina. De forma geral, o corpo feminino sempre foi um fardo para as mulheres.

Para Maria Mies, o corpo das mulheres é a terceira colônia, além dos Estados colonizados e da Natureza submetida. Essa perspectiva articula a denúncia dos processos coloniais como formas patriarcais de domínio e, portanto, induz a uma postura crítica ao desenvolvimento, para que seja pensado em uma articulação complexa de formas de descolonização e despatriarcalização. (BARRAGÁN [et al.], 2020, p.227)

Quando nos referimos aos corpos femininos compreendemos uma unidade que não exclui a mente, por isso abordamos aqui os *corpos/corpus*. A tradição moderna cindiu corpo e mente estabelecendo uma dicotomia. O racismo atribui as potencialidades intelectuais à raça branca e à negra o trabalho manual. Não é de se estranhar que essa perspectiva seja adotada no mundo do trabalho e as posições menos prestigiadas socialmente sejam ocupadas, majoritariamente, por mulheres e homens negros.

Os corpos das mulheres, de forma geral, sempre foram silenciados e invisibilizados ao longo da história. Nesse sentido, o que podemos afirmar das mulheres negras em um país marcado pelas heranças do escravismo?

Antes de mais nada, é preciso registrar que a representação dos corpos/*corpus* das mulheres negras deve ser interpretada, no mínimo, a partir das categorias raça e gênero porque

“Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. O mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de “raça” interagem. (KILOMBA, 2019, p.94)

Nessa lógica, a representação das mulheres negras constitui um processo de objetificação, ou seja, a perda do *status* humano. Embora as mulheres, de forma geral, sejam objetificadas, especialmente pela publicidade, as mulheres negras sofrem com a exacerbação e a crueldade de um fenômeno que as erotiza e condiciona à servidão, herança da classificação racial do trabalho no Brasil.

Há uma associação com o estado de natureza selvagem, primitiva, exótica na bestialização da mulher negra como um produto sexual e, por isso, destinado ao prazer masculino. Durante a colonização, mulheres indígenas e negras tiveram seus corpos violados e a exaltação da mestiçagem esconde uma história repleta de estupros.

Temos aqui o apagamento de qualquer possibilidade de afeto, o que constitui corpos estilizados em sua integridade. Os corpos cindidos inviabilizam a produção dos *corpus*, pois não há, nessas representações, a capacidade para o trabalho intelectual.

Contudo, no Quarto de Despejo, Carolina de Jesus ocupa um lugar como um corpo resistência, ainda que subalternizado. Enquanto representação do corpo inviável, descartável, ousa ocupar outros lugares. Ela rompe com a dicotomia em um corpo exigido em seus limites pela própria sobrevivência e dos filhos. Ela se reintegra no corpo/*corpus*, que estuda e produz literatura, que pensa e elabora sobre a conjuntura, corpo intelectual.

Conceição Evaristo, hoje uma mulher idosa, transgride a representação do corpo envelhecido como inútil e sem papel social. Lembramos que ela começou a publicar aos 44 anos. Com seu brutalismo poético trata de questões violentas e caras para as mulheres negras, mas fala também de amor.

Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. Nessas ocasiões, a brincadeira preferida era aquela em que a mãe era a Senhora, a Rainha. Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes, colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. As flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. E diante dela fazíamos reverências à Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorriamos. A mãe só ria de uma maneira triste e com um sorriso molhado...Mas de que cor eram os olhos de minha mãe? Eu sabia, desde aquela época, que a mãe inventava esse e outros jogos para distrair a nossa fome. E a nossa fome se distraía. (EVARISTO, 2016, p.16-17)

O contexto escravocrata também privou mulheres e homens negros do ato de amar. A violência do escravismo não deixaria impunes nossos ancestrais. Talvez por isso, mulheres e homens negros desenvolveram relações familiares baseadas na agressividade ancestral da escravidão. As feridas coloniais também dizem respeito à gerações brutalizadas, socializadas fundamentalmente sobre violência e dominação.

Os corpos/*corpus* negros na literatura podem falar também de amor, embora esse lugar lhes tenha sido historicamente interditado. Em sua literatura, Conceição Evaristo humaniza os corpos negros e os reunifica em uma ação política que nos toca as feridas coloniais.

De novo, Carolina de Jesus, nos livros Quarto de Despejo e Diário de Bitita, pode ser citada como um exemplo onde a vida se ficcionaliza para estar em perspectiva.

Memória

Inicialmente, a questão da memória e ancestralidade são valores centrais na Literatura Negra porque a escrita guarda as histórias diaspóricas, que transmitidas através das gerações, e ganharam novos sentidos ao longo do tempo. Desse modo, cumpre a função de resgatar, valorizar, transmitir e preservar a memória afro-brasileira. A manutenção da memória também é uma forma de resistência. Esse processo é especialmente importante pela dinâmica entre o oral e o escrito, já que a população negra teve suas tradições marginalizadas e apagadas.

A Literatura ocupa um lugar muito importante na disputa entre as vozes silenciadas e a história oficial, esta última, há quinhentos anos autorizada pelos grupos hegemônicos.

A Literatura Negra cumpre um papel político fundamental nas disputas pelas narrativas das memórias, trazendo à tona os pobres, os negros e as mulheres negras pobres, principais vítimas do apagamento social.

Desse modo, através das memórias pessoais, das histórias de família e das narrativas de experiências de vidas, que se expandem com ressonância coletiva, a escrita dá voz aos historicamente silenciados. Isso é crucial para a construção de uma Literatura Brasileira mais inclusiva, que reflita a complexidade e riqueza da experiência humana.

Nossa identidade, seja enquanto indivíduos, grupos sociais ou mesmo civilização passa necessariamente pela construção da memória. Sendo que, há algum tempo, o embate central da contemporaneidade é exatamente a luta pelo domínio da mesma. Há que se observar, entretanto, que o que se convencionou chamar de memória coletiva não é somente a preponderância de determinada narrativa sobre as demais, trata-se também, e principalmente, de um instrumento de poder com a capacidade de legitimar ou não a fala de um determinado grupo e suas reivindicações históricas.

A opção decolonial questiona a produção historiográfica baseada na colonialidade, nos levando a desprezar as lógicas coloniais que ainda alimentam as narrativas históricas. A Literatura abre uma possibilidade de enunciação que inclui experiências e mundos outros. Especialmente as mulheres e, de forma particular, as mulheres negras foram interditadas em suas memórias e em seu protagonismo de resistência. Conceição Evaristo, tal como uma griot de seu tempo, restabelece as vozes perdidas. Concordamos mais uma vez com Le Goff que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens [e mulheres]”. (LE GOFF, 1990, p.477)

Assim como a memória, a ancestralidade se refere ao que nos antecedeu e à honra da memória dos antepassados. Na vida e obra de Carolina de Jesus, nota-se o orgulho pela ascendência relacionada ao conhecimento e à sabedoria. O avô de Carolina é uma referência positiva e, por isso, é sempre citado a fim de confirmar sua verve intelectual como uma herança. Ele também se destaca por ser adjetivado de uma forma pouco comum aos negros na época.

Menos de trinta anos separam a abolição da escravatura do nascimento de Carolina e ela nos oferece, através de sua narrativa, uma análise da vida das mulheres e homens, negros, habitantes da área rural, no pós abolição e deixa clara a situação, ao

afirmar que, “para mim, a escravidão havia apenas amainado um pouquinho”. (JESUS, 2014, p. 160)

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar na herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira. (MUNANGA, 2008, p.48)

Em contraste com a elogiada herança deixada pelo avô de Carolina, observamos em sua obra a persistência do racismo e do imaginário construído durante o passado escravocrata. Desde a abolição da escravatura, a inclusão do povo negro ocorreu em posições subalternizadas e sem apoio ou subsídios por parte do estado. Precisamos lembrar que as primeiras gerações de escravizados eram objetificadas e não tinham *status* como seres humanos. No pós abolição se configura uma situação de abandono que pavimenta a condição de negras e negros nos níveis mais baixos da hierarquia social. Nas palavras de Carolina

Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seus meios de vida. E para os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas. Os pretos, quando recebiam aquele dinheirinho, não sabiam gastar em coisas úteis. Gastavam comprando pinga. Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiam. Para mim, aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos cães. Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala. (JESUS, 2014, p.59)

A conjuntura de desonra a que foram relegados os ex-escravizados e seus descendentes reforçou os estereótipos, preconceitos e atitudes de rejeição aos negros. Vinda de uma família oriunda da escravidão no Brasil, Carolina foi colocada no lugar por ela denominado Quarto de Despejo porque, o racismo, como já afirmamos, estrutura as relações sociais e, percebemos aqui claramente a ocorrência do racismo epistêmico.

A persistência da lógica colonial construiu os grupos humanos não europeus como inferiores. Esse procedimento ocorreu a partir da racialização da divisão do trabalho, da

cultura e das epistemologias. Mas para garantir a eficiência desse processo foi preciso, fundamentalmente, negar as habilidades cognitivas desses sujeitos racializados.

Nessa acepção, o racismo epistêmico elimina qualquer possibilidade de produção de pensamento aos povos não europeus. Se constituiu em uma operação teórica que privilegiou um grupo como o único legítimo para a produção do conhecimento. Prova disso é o fato de nossas universidades de Ciências Sociais ainda estarem fortemente baseadas na produção teórica de homens brancos europeus.

Por isso, quando Carolina de Jesus nos conta que seu avô “era descendente de africanos, era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro, os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos” (JESUS, 2014, p.117), ela afirma que sua ascendência atravessou o Atlântico com seus conhecimentos. Contudo, compreendemos, a partir da colonialidade do poder, que a racialização dos corpos também os classificou como incapazes para o exercício do pensamento.

A perspectiva que Quijano adota sobre a colonialidade discute também o poder estabelecido no domínio do saber que atua para manter a hegemonia europeia – eurocentrismo – como única forma legítima e superior de conhecimento.

Carolina, em vários trechos do Quarto de Despejo, demonstra orgulho de sua cor, como na epígrafe utilizada no início desse capítulo.

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:
- É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2014, p. 64)

Também é flagrante que ela vive situações em que suas possibilidades de publicação e de outros trabalhos são vetadas por ser negra. O racismo a deslegitima enquanto escritora e, de forma geral, enquanto pessoa. Consequentemente, impossibilita qualquer ascensão social e econômica. Mesmo que sua obra tenha sido um sucesso de publicação, Carolina foi interditada em sua trajetória nas camadas mais elevadas da sociedade e isso ocorreria de qualquer forma.

Não estamos tratando da capacidade de Carolina enquanto autora, isso é inegável. Quando sai de Sacramento e chega em São Paulo ela já está muito envolvida com a literatura, mesmo que de maneira fortemente intuitiva. Ela se deslumbra em São Paulo,

ama a vida cultural, se encanta com esse mundo de teatro, cinema, pessoas bem vestidas, o movimento, as livrarias.

De 1937 a 1939 a profusão da poesia nela a faz pensar que está louca. Ela vai se consultar no Hospital das Clínicas e descobre que não tem nenhuma doença. Um amigo lhe diz que ela está fazendo poesia e recomenda que ela mostre a um jornalista. Daí ela começa sua peregrinação nos jornais. Depois de publicar o primeiro texto, ela fica envaidecida e investe a sua vida nisso. A escrita de Carolina é muito poética, como testemunham os trechos abaixo:

...A noite está tépida. O céu já está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido. (JESUS, 2014, p.32)

Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? (JESUS, 2014, p.44)

Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade. (JESUS, 2014, p.81)

Portanto não é uma questão de mérito, mas de epistemicídio, racismo epistêmico. A desvalorização dos conhecimentos de mulheres e homens colonizados aparelhou os homens brancos ocidentais do privilegio de definir e arbitrar em relação ao destino dos demais. Essa prerrogativa gera instituições que perpetuam o racismo/sexismo epistêmico.

Estamos aqui tratando o racismo de forma geral, mas precisamos considerar as especificidades que ele assume no Brasil. Stuart Hall assinala a importância do que ele chama especificidade histórica. Aqui, cabe sublinhar a sua força ao argumentar que o racismo não pode ser tomado como homogêneo. Para ele

Sem dúvida, o racismo possui características gerais. Mas ainda mais significantes são as formas pelas quais essas características gerais são modificadas e transformadas pela especificidade histórica dos contextos e ambientes nos quais elas se tornam ativas. Na análise das formas históricas de racismo, seria melhor operar em um nível mais concreto e historicizado de abstração (isto é, não o racismo em geral, mas os racismos). [...] É preciso muito pouco para que sejamos persuadidos a aceitar a opinião enganosa de que, por ser em toda parte considerado uma prática profundamente anti-humana e anti-social, o racismo é *igual* em todas as situações – seja em suas formas, suas relações com as outras estruturas e processos ou em seus efeitos.” (HALL, 2003, p.308)

No nosso caso, o racismo no Brasil abriga ainda a complexidade do mito da democracia racial, tão enraizado no imaginário brasileiro quanto falso. Não há democracia racial em lugar nenhum do mundo, a ideia de que somos um povo mestiço e que convive em harmonia com as diferenças étnico-raciais não possui nenhuma possibilidade de

comprovação. A assustadora atualidade da narrativa do Quarto de Despejo é um indício claro da desigualdade.

...A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro. (JESUS, 2014, p.167)

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 2014. p.108)

A preocupação dos brasileiros é o “preconceito de ter preconceito” porque teríamos receio de repetir as relações raciais estabelecidas em nosso passado escravocrata. Esse mecanismo é possível porque mesmo com o fim da escravidão a ordem racial inerente a esse sistema, de certa forma, ainda persiste. Contudo, o esforço se dá exclusivamente no sentido de mascarar o racismo vigente apelando para o discurso da igualdade e mantendo, de forma dissimulada, o preconceito racial.

Fernandes (2007) analisa que a democracia racial constitui um difusor de uma ideia otimista das relações no Brasil, mito que distorce as desigualdades e camufla sua conotação racial para a manutenção dos privilégios, pois “o privilégio é tão 'justo' e 'necessário', para as camadas dominantes, e também para as suas elites culturais, que as formas mais duras de desigualdade e de crueldade são representadas como algo *natural* e, até, *democrático*”. O mesmo autor afirma que o Brasil está bem longe de se constituir como uma democracia racial e que confundimos tolerância com democracia, uma vez que democracia demanda igualdade social, econômica e política e por isso, definitivamente, ainda não conseguimos construir uma sociedade democrática de fato.

Território

O segundo aspecto em pauta é o território explorado pelas autoras. Na Literatura de Carolina o território é fundamental porque atua quase como um personagem no Quarto de Despejo, sendo abordado inclusive como um dos fatores que determina o comportamento dos sujeitos. A mudança de território também é importante, na percepção de Carolina, para a garantia de maior tranquilidade no exercício da escrita e de um ambiente mais favorável à criação de seus filhos. Contudo, para seu desgosto, é rejeita ao mudar-se e sofre preconceitos.

No livro de contos Olhos D'Água, de Conceição Evaristo, quando nos debruçamos sobre os espaços/tempos dos contos encontramos a hostilidade dos espaços urbanos, as grandes cidades e a explosão da violência. São as ruas-túmulos de Duzu Querença, Lumbiá e Di Lixão, o linchamento de Maria, o roubo da vida e da morte de Ardoca, as balas “achadas” que ceifam Zaíta.

O território é o palco das tragédias individuais e, ao mesmo tempo, personagem que as alimenta, inviabilizando o futuro. Há um elo entre os corpos e os territórios, também presente, como já citado, no Quarto de Despejo, de Carolina de Jesus. Não estamos nos referindo exclusivamente à geografia física ou ao que se construiu sobre a mesma. A abordagem adotada é de território utilizado porque o sentido do território são seus usos e os mesmos se estabelecem em ações passadas e presentes, por isso o território não pode ser divorciado de sua história, das histórias de suas gentes, de suas lutas e mobilizações políticas. Reafirmamos com Muniz Sodré que

A história de uma cidade é a maneira como os habitantes ordenaram as suas relações com a terra, o céu, a água e os outros homens. A história dá-se num *território*, que é o espaço exclusivo e ordenado das trocas que a comunidade realiza na direção de uma identidade grupal.” (SODRÉ, 2002, p.23).

O território em si não constitui um conceito. “Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos associado àqueles atores que dele se utilizam.” (SANTOS, 2000, p.22) Portanto, o espaço das cidades não pode ser compreendido fora das dinâmicas sociais historicamente estabelecidas e que o constitui como um “território usado”, uma vez que “o importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.” (SANTOS, 2000, p.26)

A exclusão na ocupação das cidades mantém os pressupostos da colonialidade do poder perpetuando a hegemonia colonial, ou seja, os corpos negros ocupam as áreas desprezadas e desvalorizadas do território. Mesmo o Estado se vale dessa lógica no planejamento das melhorias do espaço urbano, investindo dinheiro público de maneira desproporcional nas cidades. Para além disso, as personagens de Olhos D'Água não estão somente habitando lugares empobrecidos e precarizados, elas estão fora do lugar, habitantes de um não lugar cuja existência é uma afronta.

Duzu lambeu os dedos gordurosos de comida, aproveitando os últimos bagos de arroz que tinham ficado presos debaixo de suas unhas sujas. Um homem passou e olhou para a mendiga, com uma expressão de asco. Ela lhe devolveu um olhar

de zombaria. O homem apressou o passo, temendo que ela se levantasse e viesse lhe atrapalhar o caminho. (EVARISTO, 2016, p.31)

Os contos explicitam as várias formas utilizadas para eliminar os corpos descartáveis: linchamento, fuzilamento, abandono, configurando o que Achille Mbembe (2018) nomeou como necropolítica, ou seja, a política da morte engendrada nas malhas do capitalismo, patriarcado e racismo. Dessa forma, a vida está submetida à morte, seja ela física ou subjetiva. A eliminação dos conhecimentos e modos de ser e viver, o já citado epistemicídio.

As autoras em tela exploram a segregação espacial dos territórios urbanos e rurais do Brasil. Em ambos, as opressões estão articuladas para a eliminação dos corpos negros.

Colonialidade/Decolonialidade

Retomamos agora o colonial como um sistema gerador de uma matriz cultural eurocentrada. O colonialismo não mora no passado e atravessou a história, sem anacronismo, mantendo os povos indígenas e negros no estereótipo de selvagens e primitivos. Por conseguinte, incapazes de expressar ou construir sentidos através da escrita. Melhor dizendo, o racismo estrutura a “percepção dos colonizadores, então os colonizados são seres não humanos ou menos que humanos e, portanto, seres sem capacidade para estabelecer uma comunicação dialógica racional, ou seja, sem linguagem”. (VERONELLI, 2021, p. 08)

Pensar o colonial é imprescindível para descolonizar a mente. Carolina de Jesus critica a colonização brasileira e identificamos interseções entre as relações étnicorraciais, de gênero e de classe. A visão de mundo de Carolina, presente em suas obras, expõe sua implicação no que produz e se choca com a possibilidade de universalizar experiências.

Quando empregamos o adjetivo colonial nos referimos ao período histórico de trezentos anos em que fomos dominados e explorados pela Europa, mais especificamente, por Portugal. Daí o colonialismo se constituiu como um sistema de sujeição e estabelecimento da inferioridade no campo econômico, político e cultural. Durante esse tempo, se estabeleceu, na relação entre metrópole e colônia, a imposição do *habitus* europeu enraizado em todos os âmbitos da existência.

A partir de 1808, o Brasil deixa de ser considerado uma colônia, mas o

colonialismo não pode ser tomado como um sistema automaticamente superado, pois as desigualdades atuais não podem ser compreendidas dissociadas dos processos instaurados nesse período. Embora, em termos legais, possamos afirmar o fim do colonialismo, para o qual foram decisivas as guerras de independência em vários continentes, sabemos que a dominação se perpetuou historicamente através das classes dominantes, que sempre almejaram os ideais europeus, sendo uma de suas manifestações, o ódio aos povos indígenas e negros.

Enquanto pilares do modelo civilizatório europeu, imposto como universal, as narrativas eurocêntricas foram colocadas em xeque por um conjunto de estudos realizados em várias áreas do conhecimento, tendo como obra importante o livro *Orientalismo*, de Edward Said. Outrossim, o pós-colonialismo se desenha como uma ruptura com a ideia de história única e com o eurocentrismo, promovendo uma interpretação crítica da colonização.

Alguns dos principais nomes do pós-colonialismo imigraram de seus países de origem, anteriormente colônias, e produziram no interior de universidades europeias, antigas metrópoles. Tal fato fomenta críticas a esses intelectuais, mas não podemos ignorar a relevância desses estudos a fim de interrogar o legado colonialista nas Américas, África e Ásia.

Assim, identificamos em teóricos como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Homi Bhabha, Edward Said, Stuart Hall, Boaventura de Sousa Santos e Gayatri Spivak, considerados pós-coloniais, o combate ao evolucionismo, ao essencialismo e

...uma das maiores expressões da chamada teoria pós-colonial – a presença constante de um discurso que, congregando densidade intelectual com a crença de que a teorização pode contribuir para a prática política concreta, se volta para a desestabilização da perspectiva binária sobre a qual se construiu a retórica colonialista, bem como toda aquela que porta em seu bojo uma relação de hierarquização ou subordinação entre os termos. (BHABHA, 2011, p.08-09)

Na América Latina, o arcabouço crítico pós-colonial não foi produzido exclusivamente em terras estrangeiras, podemos inclusive citar os brasileiros Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Darcy Ribeiro, Guerreiro Ramos e Paulo Freire, dentre outros, como importantes pilares. Na esteira da crítica ao eurocentrismo, o movimento latino-americano foi além, ao considerar a impossibilidade de ser traduzido exclusivamente partir de referenciais “de fora”.

Desse modo, as produções de um grupo de autores latino-americanos, mais conhecidos no Brasil como decoloniais, reverberou nos debates universitários e,

gradativamente, nas últimas décadas, têm sido adotadas como uma ferramenta importante para o âmbito acadêmico e para os movimentos sociais. Principalmente nas ciências sociais, também tem sido profícuo o diálogo com o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, especialmente em relação às Epistemologias do Sul.

O termo decolonial expressa uma ruptura com o colonial e a ideia de que é preciso romper com as formas de poder modernas e recorrer à formas outras de ser, de estar e de produzir, inclusive conhecimentos. Isto posto, concebemos a decolonialidade como “o questionamento radical e a busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas contra as classes e os grupos subalternos pelo conjunto de agentes, relações e mecanismos de controle, discriminação e negação da modernidade/colonialidade”. (NETO, 2016, p.17)

Imbricada naquilo que somos e sabemos, em nossa forma de ser e estar no mundo, opera de forma eficiente a colonialidade, negando a existência, a humanidade e os conhecimentos de diversos povos, o que justifica desde a imposição de modos de ser e estar no mundo até a eliminação física. Consideramos que o fim do colonialismo cessa a dominação territorial, entretanto para além do território geográfico em termos estritos, o colonialismo permanece como que reinventado enquanto colonialidade, amparando-se “na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular” e operando de forma efetiva “em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal.” (QUIJANO, 2010, p. 84)

A decolonialidade foi historicamente forjada no interior dos movimentos sociais e nas resistências existentes desde que se inicia, na América, a luta contra nossa história de dominação e opressão pelos países Ibéricos, uma vez que “a colonialidade é constitutiva da modernidade europeia, e esta não pode ser entendida sem levar em conta os nexos com a herança colonial e as diferenças étnicas que o poder moderno/colonial produziu”. (OLIVEIRA, 2016, p.37)

Em vista disso, colonialismo, colonialidade e decolonialidade são conceitos intimamente relacionados. A decolonialidade, como resistência, tem sua gênese na colonialidade, pois toda barbárie sempre foi contraposta. Os povos indígenas jamais aceitaram a dominação europeia sem resistência e o mesmo podemos afirmar dos povos africanos escravizados. Nesse sentido, compreendemos a Opção Decolonial como uma perspectiva teórica, uma postura de desobediência e resistência política que aponta para a urgência de novas éticas do viver. Isso não significa uma pretensão de universalização,

mas o reconhecimento e diálogo com diversos projetos civilizatórios que se contrapõem às múltiplas violências da colonialidade, oportunamente analisadas por Aníbal Quijano enquanto colonialidade do poder.

A colonialidade do poder é um conceito guarda-chuva sob o qual se abrigam os pilares do atual padrão de poder mundial. A partir da matriz de poder colonial e ao longo da modernidade europeia, nos estruturamos em relações de “exploração/dominação/conflito” na disputa pelo “controle do trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autoridade”. (QUIJANO, 2010, p.113) Somos classificados de acordo com critérios raciais, sexuais e produtivos. Portanto, raça, patriarcado e capitalismo fazem parte da edificação da colonialidade do poder.

A literatura, como uma prática social, também instaura relações de poder, no que Walter Mignolo denomina racialização da língua. Em primeiro lugar, se considera que, no Brasil, só existe uma língua. Dessa forma, as línguas indígenas ainda em uso são decretadas como inexistentes. E ainda assim, se considerarmos a literatura produzida em Língua Portuguesa veremos que se instauram distinções. O que indígenas e negros escrevem está sempre sob suspeição e fadado a ser deslegitimado como “sabedoria popular”, “memórias”.

Isso tem a ver com a forma pela qual as práticas literárias, no sistema mundial colonial/moderno, vêm sendo associadas de diversos modos com a colonialidade do poder, tanto em sua versão colonial quanto na nacional. A língua também envolve o problema da formação do cânone, a forma como os valores nacionais e ocidentais vêm sendo entrelaçados para produzir os mapas linguísticos, as geografias históricas e as paisagens culturais do sistema mundial colonial/moderno, dentro de sua lógica interna (por exemplo, conflitos imperiais) bem como em suas fronteiras externas (por exemplo, conflitos com “outras” culturas; a diferença colonial. (MIGNOLO, 2003, p. 305)

Para VERONELLI (2021), a racialização da língua constitui uma colonialidade da linguagem evidenciando os efeitos linguísticos da colonialidade do poder. A classificação da humanidade em superiores e inferiores pressupõe também que as formas de expressão, linguagens, inclusive as escritas, também podem ser classificadas como superiores e inferiores. Instaura-se assim, a relação entre raça, patriarcado e capitalismo, o grande “triângulo amoroso” da colonialidade do poder.

À vista disso, compreendemos a dificuldade de inclusão de Carolina de Jesus no cânone literário, uma vez que suas obras não poderiam ser consideradas dignas de representar os valores e as questões existenciais universais, leia-se, Carolina não era um homem branco pertencente à elite brasileira.

3. LITERATURA NEGRA E PEDAGOGIAS DECOLONIAIS

Foram, ainda, essas mãos lavadeiras, com seus sóis riscados no chão, com seus movimentos de lavar o sangue íntimo de outras mulheres, de branquejar a sujeira das roupas dos outros, que desesperadamente seguraram em minhas mãos. Foram elas que guiaram os meus dedos no exercício de copiar meu nome, as letras do alfabeto, as sílabas, os números, difíceis deveres de escola, para crianças oriundas de famílias semianalfabetas. Foram essas mãos também que, folheando comigo revistas velhas, jornais e poucos livros que nos chegavam recolhidos dos lixos ou recebidos das casas dos ricos, aguçaram a minha curiosidade para a leitura e para a escrita. daquelas mãos lavadeiras recebi também cadernos feitos de papéis de embrulho de pão, ou ainda outras folhas soltas, que, pacientemente costuradas, evidenciavam a nossa pobreza, e distinguiam mais uma de nossas diferenças, em um grupo escolar, que nos anos 50 recebia a classe média alta belorizontina.

Conceição Evaristo

Como já citado, a educação tem sido uma das principais reivindicações dos movimentos negros brasileiros ao longo da história. Contudo, essa luta se caracteriza pelo reconhecimento de que ela precisa ser antirracista e inclusiva. Isso quer dizer que não basta garantir somente o acesso. É necessário que a escola garanta a permanência sem reproduzir opressões. Do contrário, os movimentos negros sempre lutaram por uma escola que realmente incluísse a todos, valorizando a cultura afro-brasileira e combatendo o racismo. Porque no longo caminho que percorremos para a promoção de justiça social e equidade em nosso país, a educação é imprescindível.

Já vimos que a população negra no Brasil foi sistematicamente privada do acesso à educação formal, o que constituiu-se como um projeto de exclusão desse grupo. Desse modo, por muito tempo, o ensino foi negado aos escravizados, sendo-lhes mesmo proibido aprender a ler e a escrever. Tal fato tinha como objetivo perpetuar negros e negras como escravizados e em posição de subalternidade no sistema escravocrata. Era proibido ensinar escravizados a ler e a escrever, pois isso poderia representar uma ameaça ao sistema escravista, pois a educação poderia abrir caminhos para a conscientização, autonomia e busca por liberdade. Afinal, quem lê acessa o que seu opressor impõe, mas pode ler também o que ele não quer.

Mesmo com a abolição, em 1888, as desigualdades permaneceram, pois o acesso às escolas era muito limitado e, ainda assim, a segregação era evidente nas escolas. Com a redemocratização e a Constituição de 1988, cem anos após a abolição, foi estabelecido o princípio de igualdade e valorização da diversidade como fundamentos do ensino no Brasil. Mas isso não garantiu a inserção da população negra nas universidades, nem o acesso à educação de qualidade na educação básica. A falta de investimentos e o empobrecimento das escolas públicas, em recursos materiais, humanos e pedagógicos, sempre reforçou a ausência de pedagogias voltadas para a educação das relações étnico-raciais.

Principalmente na virada para o século XXI, os Movimentos Negros, na defesa pela implementação de políticas públicas e efetivas que promovessem a inclusão e a igualdade racial no sistema educacional, conquistaram avanços em relação à valorização da cultura afro-brasileira no currículo escolar, a adoção de cotas raciais para o ingresso nas universidades e a capacitação de professores para lidar com a diversidade étnico-racial em sala de aula.

Promulgada em 2003, a Lei 10.639 surge como resultado desse longo processo de luta e mobilização. Seu principal objetivo é superar o silenciamento e a invisibilidade das contribuições dos povos africanos e seus descendentes para a formação da sociedade brasileira. Ela estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas de todo o país. Ou seja, a História da África, a Cultura Afro-brasileira, a luta dos negros e negras no Brasil, bem como sua contribuição para o desenvolvimento cultural, social, político e econômico do país, devem ser abordados nas disciplinas de História, Literatura, Artes e nas demais.

Além de corrigir as distorções históricas causadas pela cristalização de estereótipos e a ausência de representatividade, a Lei 10.639 em seu cerne combate o racismo e valoriza a diversidade étnicorracial. Dessa forma, ao conhecer a História e a Cultura Afro-brasileira, os estudantes podem ampliar sua compreensão sobre a formação do Brasil e sobre si mesmos, desconstruindo estereótipos e preconceitos.

Após cinco anos, e para corrigir o que se configurou também como uma injustiça, foi promulgada a Lei 11.654/08, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação, já alterada pela Lei 10639/03. Portanto, ficou determinado que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, tornou-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Ao longo dos mais de dez anos da Lei 10.639, uma série de ações por parte das instituições de ensino fizeram-se necessárias e permanecem como um desafio. Uma delas é a revisão dos currículos escolares, de maneira a contemplar a lei. Outra ação fundamental é a formação de profissionais para trabalhar esses conteúdos de forma adequada e sensível, a partir de uma abordagem crítica e reflexiva.

Finalmente, as Leis 10.639 e 11.645 são ferramentas muito importantes para a construção de uma educação a cada dia mais inclusiva, antirracista e igualitária. Elas colocam a necessidade de justiça cognitiva nos currículos escolares e possibilidades de contribuir para a superação de desigualdades históricas.

No entanto, ao longo do tempo, os avanços e tensionamentos provocados por essas leis foram evidenciando a necessidade de mudanças efetivas, em detrimento de ações episódicas e pontuais. Os seja, foi ficando evidente que as pedagogias presentes nas escolas só comportam mesmo efemérides e eventos, sem promover alterações realmente substanciais e significativas no sentido de uma educação para as relações raciais.

As pedagogias hegemônicas são verdadeiras “pedagogias da indiferença” em relação aos povos negros e indígenas. Isso ocorre porque sua base ainda é a colonização. A partir dessa necessidade de rupturas e insurgências, esses povos vêm investindo em suas formas de ser, de aprender e de ensinar, no sentido da produção do que chamamos Pedagogias Decoloniais.

As Pedagogias Decoloniais são abordagens educacionais que surgem como uma crítica ao modelo dominante de ensino, que perpetua relações de poder, colonialismo e opressão. Essa perspectiva pedagógica busca descolonizar o pensamento, questionar os sistemas de conhecimento hegemônicos e promover uma educação que valorize as vozes marginalizadas e as perspectivas dos grupos historicamente oprimidos. Portanto, referem-se “às teorias-práticas de formação humana que capacitam os grupos subalternos para a luta contra a lógica opressiva

da modernidade/colonialidade, tendo como horizonte a formação de um ser humano e de uma sociedade livres, amorosos, justos e solidários.” (NETO, 2016, p.318)

Suas raízes são latino-americanas e estão nos países que sofreram com a invasão e colonização europeia, que resultou na imposição da cultura e, conseqüentemente, de modelos educacionais eurocêntricos. Nessa perspectiva, as narrativas históricas, os conhecimentos científicos e as estruturas de poder foram erigidos a partir de uma visão ocidental e eurocêntrica.

De outro modo, as Pedagogias Decoloniais são alicerçadas na valorização dos saberes locais e tradicionais, reconhecendo a importância da diversidade epistêmica dos territórios e do mundo. Dessa forma, a hierarquização do conhecimento perde o sentido, pois essas pedagogias negam a ideia de que apenas um tipo é válido e objetivo, o que desvaloriza outras formas de conhecimentos. Por conseguinte, as estruturas de poder presentes nas relações de aprendizagem e ensino também são modificadas, pois valoriza-se a autonomia dos estudantes, suas experiências e o debate crítico e reflexivo.

O processo de colonização impôs aos povos colonizados, de forma extremamente violenta, a negação de suas culturas, línguas e histórias. Em direção oposta, as Pedagogias Decoloniais buscam resgatar e fortalecer a memória ancestral/coletiva dos estudantes, promovendo o reconhecimento e a valorização de suas origens e expressões culturais. Nesse sentido, a memória é um conceito fundamental, pois é onde se articulam o pedagógico e o decolonial. Especialmente a memória coletiva, enquanto um saber compartilhado que possibilita a permanência dos grupos. (WALSH, 2013)

Esse trabalho se articula para além das salas de aula porque tem como horizonte a transformação política. Portanto, não se limita ao âmbito da sala de aula, mas busca mobilizar a luta pelos direitos humanos, pela igualdade de classe, pela igualdade racial e de gênero. Em suma, são pedagogias comprometidas com o fim de todas as formas de opressão e para tal, propõem uma educação emancipadora, que mobiliza as pessoas em seus territórios e na sociedade porque

Pedagogias decoloniais são um ato político intercultural, antirracista, antissexista, anti-homofóbico e contra todas as formas de exploração e opressão constituídas pela M/C. Produzem conhecimentos no ato de transformar a realidade colonial, por parte dos agentes educativos junto/com os movimentos sociais. É aprender a desaprender as marcas coloniais de

nossa formação e reaprender novas perspectivas de mundo a partir da diferença colonial. Enfim, é aprender a desaprender para reaprender novas posturas, novas ações de luta, novas ideias para um bem viver. É um campo aberto, complexo e que não pode ser entendido somente como operações didáticas tradicionais ou institucionalizadas, mas em constante construção por parte de sujeitos coletivos. (OLIVEIRA, 2021, p. 21-22)

A partir do exposto, destaco agora quatro tópicos que considero imprescindíveis para pensarmos as Pedagogias Decoloniais, podendo ser abordados como princípios, ou seja, proposições fundamentais que alicerçam essas propostas educativas.

As Pedagogias Decoloniais são plurais

A pluralidade das Pedagogias Decoloniais é um aspecto fundamental desse campo de estudos e práticas educacionais. Elas representam um conjunto diversificado de abordagens, teorias e práticas que compartilham premissa comuns. Mas também apresentam perspectivas variadas. Por isso utilizamos o plural em sua escrita. Além disso, não há nenhuma intenção de colocar-se como única ou melhor alternativa à herança colonial na educação.

Ao abordar a descolonização do conhecimento e a promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária, as Pedagogias Decoloniais refletem a diversidade de experiências das lutas anticoloniais em diferentes partes do mundo. Além disso, as Pedagogias Decoloniais estão intimamente relacionadas aos contextos locais e históricos específicos. Elas reconhecem que as relações coloniais podem variar de acordo com a região, o país e as experiências vividas pelas comunidades colonizadas. Portanto, as Pedagogias Decoloniais pluralizam-se para dar espaço a múltiplas vozes, visões e práticas que surgem em diferentes contextos e buscam descolonizar a educação de maneiras diversas.

Embora, esteja aqui tratando das Pedagogias Decoloniais em um contexto latino-americano, elas não são exclusivas desse espaço/tempo porque têm sido desenvolvidas em todas as regiões impactadas pelo colonialismo.

Por serem plurais, não há possibilidade de construir manuais de instruções ou modelos sobre essas pedagogias. A universalização é uma impossibilidade, herança da Modernidade europeia.

As Pedagogias Decoloniais são Interculturais

A interculturalidade diz respeito às interações e trocas entre culturas diferentes, visando estabelecer relações de diálogo, respeito mútuo e o reconhecimento de que a diversidade cultural não é uma desvantagem, mas o que caracteriza a riqueza do mundo. Contudo, a relação e a comunicação entre sujeitos de diferentes culturas não pode ser abordada de maneira ingênua ou acrítica. Qualquer relação entre culturas, por conta do colonialismo, pressupõe relações de hierarquia, demandando reflexão crítica sobre as relações assimétricas de poder presentes na sociedade.

O foco nessas relações possibilita questionar as desigualdades, de naturezas diversas, construídas entre diferentes grupos ao longo da história. Torna-se necessária a desnaturalização das opressões construídas em torno das questões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e outras. A interculturalidade é tomada como um caminho para a construção de sociedades onde as diferenças são vistas como motor da democracia e nas quais se inaugurem novas relações igualitárias, de modo a afirmar os grupos historicamente marginalizados. (CANDAU, 2016)

Nesse sentido, a interculturalidade não intenta eliminar ou amenizar diferenças, nem tampouco promover qualquer tipo de assimilação. Reconhece que as culturas são dinâmicas, estão em constante transformação, são permeáveis e podem dialogar para combater estereótipos e desigualdade. Portanto, parte do reconhecimento de que existem diferentes formas de pensar, agir e se relacionar com o mundo.

As Pedagogias Decoloniais são construídas a partir dos movimentos sociais

As Pedagogias Decoloniais têm uma estreita relação com os movimentos sociais, pois ambos buscam desafiar as estruturas de poder, promover a justiça social e a transformação das sociedades. Essa interseção entre a pedagogia decolonial e os movimentos sociais é fundamental para a construção de uma educação mais emancipatória e para a luta por uma sociedade mais igualitária. Na

verdade, os Movimentos Sociais, a partir de suas agendas e lutas, produzem conhecimentos e construíram suas alternativas de formação.

Esses movimentos, que são negros, indígenas, sindicais, feministas, LGBTQIA+, de luta por moradia e terra, atuam na denúncia das opressões e desigualdades. Eles objetivam romper com os sistemas perpetuados pela colonialidade e garantir direitos, representatividade e dignidade para esses grupos historicamente subalternizados. Nesse processo, criaram pedagogias outras para atender suas necessidades e que se caracterizam como decoloniais. Ademais, as lutas sociais também são pedagógicas. Essas pedagogias vêm ensinando a escola formal a tornar-se realmente inclusiva.

Assim, as Pedagogias Decoloniais precisam atuar com os movimentos, pois compartilham da mesma crítica aos sistemas de opressão e dominação presentes na sociedade e, conseqüentemente, na educação. Os movimentos sociais colocam demandas e questões específicas que enriquecem o debate e a prática pedagógica.

As Pedagogias Decoloniais não são estáticas, pelo contrário, estão em constante construção. Elas alimentam-se das experiências e lutas dos movimentos e, ao mesmo tempo contribuem para seu fortalecimento. A relação entre as Pedagogias Decoloniais e os movimentos sociais é essencial para a construção de uma educação transformadora, emancipatória e que promova a justiça social.

As Pedagogias Decoloniais são militantes

A militância pode ser entendida como um conjunto de ações e práticas voltadas para a defesa e promoção de causas, ideais, direitos e justiça social. É um engajamento ativo em busca de mudanças sociais, políticas e culturais, geralmente realizado por indivíduos ou grupos organizados que compartilham de uma mesma visão e objetivo. Podendo ocorrer em nível individual, coletivo ou mesmo institucional, é motivada pela convicção de que é preciso agir e transformar a realidade em prol de um mundo mais justo e igualitário.

Defendo que qualquer atuação em Pedagogias Decoloniais precisa ser militante porque demanda a capacidade de organização e mobilização, pois se

fundamenta na ideia de que a educação é uma ferramenta de transformação social e política.

Isso coloca uma questão que, embora não seja o foco dessa tese, não pode ser ignorada: como formar professoras e professores nessa perspectiva? Considerando que os espaços/tempos de formação privilegiados seriam os movimentos sociais, além de outros grupos com atuação decolonial, a formação não pode ser limitada aos espaços acadêmicos. Essa é uma das características das Pedagogias Decoloniais, elas não comportam ajustes, mas demandam mudanças radicais, no sentido de alcançar a raiz das questões, pois trata-se de pensar Pedagogias Decoloniais em um sistema educacional ainda permeado por estruturas coloniais.

Em vista disso, além das experiências nos movimentos sociais, sendo as organizações sindicais docentes também parte deles, a Arte, e aqui especificamente, a Literatura Negra, pode constituir uma possibilidade de formação e potencialidade para as Pedagogias Decoloniais. Assim, desempenha um papel crucial no campo da produção de conhecimentos, oferecendo narrativas que subsidiam a compreensão da realidade social, histórica e cultural. A Literatura Negra é uma fonte legítima de conhecimentos, que desafia e complementa os saberes acadêmicos tradicionais, possibilitando uma compreensão mais completa e complexa da condição humana.

Defendo inclusive que a Literatura Negra é, por essência, decolonial, uma vez que constitui uma poderosa ferramenta para a descolonização do pensamento e para a transformação das práticas educativas ao permitir o acesso a narrativas e experiências que foram silenciadas ou excluídas pelos discursos dominantes.

3.1 A Literatura Negra como formação

A Literatura Negra pode proporcionar aos estudantes uma visão mais ampla e diversa do mundo, desafiando estereótipos, preconceitos e visões de mundo unidimensionais. As obras, através de personagens e situações podem gerar reflexões sobre questões sociais, raciais, de gênero, de classe e outras formas de opressão, desenvolvendo uma compreensão mais profunda da complexidade e das desigualdades presentes na sociedade. Mas sobretudo, pode atuar como uma forma

de resistência e afirmação de identidades fornecendo modelos de referências positivas e inspiradoras.

Acreditamos que a arte, em contraposição ao racismo, nos humaniza. Enquanto o racismo nos aproxima dos primatas, sob uma perspectiva de subalternidade, a arte, e aqui tratando especificamente da Literatura, pode contribuir para a construção de novos sentidos. Apostamos no potencial da Literatura para nos fazer pensar e refletir sobre nossas identidades, sobre quem somos em nossas alegrias e sofrimentos e sobre os motivos de sermos como somos, refletir sobre nossas vidas e as vidas que queremos construir nos horizontes de nossas utopias.

Nesse sentido, compreendo a Literatura Negra como decolonial, formativa e como um campo de produção de conhecimentos.

Sempre houve resistência à opressão colonial, sendo a apropriação da leitura escrita uma das formas adotadas pelas populações negras para contar suas histórias. A descolonização das narrativas ocorre na forma como escritoras e escritores desafiam o cânone e desestabilizam discursos cristalizados.

Pensar a Literatura Negra como decolonial e formativa significa que ela pode proporcionar experiências que nos colocam em questão naquilo que somos e sabemos e naquilo que nos constitui. Para tal, a leitura precisa ser um ato de produção de sentidos e essa forma muito particular de conceber a leitura também funciona como uma escuta. Para Jorge Larrosa

...tudo o que nos passa pode ser considerado um texto, algo que compromete nossa capacidade de escuta, algo a que temos de prestar atenção. É como se os livros, assim como as pessoas, os objetos, as obras de arte, a natureza, ou os acontecimentos que sucedem ao nosso redor quisessem nos dizer alguma coisa. E a formação implica, necessariamente, nossa capacidade de escutar (ou de ler) isso que essas coisas têm a nos dizer. Uma pessoa que não é capaz de se opôr à escuta cancelou seu potencial de formação e de transformação. (LARROSA, 1996, p.137)

Proponho o desenho de Pedagogias Decoloniais alicerçadas sobre a Literatura Negra, o que significa negligenciar livros didáticos e outros materiais hegemônicos nas escolas que vem contribuindo para práticas educativas desumanizadoras e excludentes.

De outra forma, as obras de Literatura Negra, diferente dos manuais didáticos, não tem a pretensão de ensinar nada, dizer verdades e nem se pretendem

universais. O que elas trazem são possíveis sentidos que podem alcançar cada vida sempre de forma única e particular para atuar na ressignificação do mundo. Esse é o sentido das Pedagogias Decoloniais, processos artesanais, não uma produção industrial em série. Através da linguagem, das imagens, dos símbolos e das metáforas como transmissores de emoções, experiências e ideias, dos diversos estilos, técnicas e recursos ampliamos nossa capacidade de apreciação estética e sensibilidade literária.

3.2 Memória e Escrevivência

Os valores e referências afro-brasileiras são aspectos civilizatórios da cosmovisão africana que vieram com os povos africanos e se reinventaram nas dinâmicas do território brasileiro. Gostaria de pensar que há possibilidade de pensar na contribuição da Literatura Negra atravessada por alguns desses valores que são: Circularidade, Oralidade, Energia Vital (Axé), Ludicidade, Memória, Ancestralidade, Cooperativismo/Comunitarismo, Musicalidade, Corporeidade e Religiosidade. (BRANDÃO, 2006) As Pedagogias Decoloniais podem tomá-los como princípios para a constituição dos currículos escolares, pois essas pedagogias possibilitam a interação, o desenvolvimento coletivo e a conexão, rompendo com a lógica individualista. Vamos nos ater à Memória e pensá-la em articulação com o conceito de Escrevivência.

A memória é a base fundamental das narrativas nas Escrevivências de Conceição Evaristo, uma vez que elas são a escrita das experiências de vida das mulheres negras. Como arquiteta de nossas experiências pessoais e coletivas, a memória informa quem somos, inclusive de forma coletiva. Para as populações negras, a memória escrita, tornada Escrevivência, é uma ferramenta poderosa de expressão e sentido.

Nas Escrevivências, as memórias pessoais são tecidas com as do grupo, sendo compartilhadas como memória coletiva, uma vez que representam as trajetórias históricas de uma população. São histórias de vida marcadas por uma série de desigualdades sociais, raciais e de gênero, mas também de resistência e

afirmação. As memórias são resgatadas como forma de preservação da identidade e da cultura, mas também como forma de resistência e denúncia.

Além de tudo, essas narrativas podem compartilhar histórias negligenciadas pela história oficial. Atuando como um contraponto, as vozes marginalizadas reivindicam sua existência. Ocorre também que as Escrevivências, ao trazer à tona memórias de trauma, dor e luta, essas experiências podem ser melhor compreendidas e processadas. Nesse sentido, quem escreve e quem lê compartilha na narrativa seus sentimentos e vivências. As Escrevivências representam narrativas de insurgência, cura e encontro permitindo um entendimento mais profundo de forma individual e do mundo.

Na escrita de Carolina de Jesus, a memória desempenha um papel fundamental. Ela resgata, através de sua trajetória, a rotina de milhares de brasileiros que vivem em condições de pobreza, realizando uma denúncia contundente das desigualdades sociais no Brasil. Mesmo ao registrar as dificuldades que encontra em um bairro de classe média e a frustração por não publicar as obras que gostaria, Carolina expressa as interdições às mulheres negras.

Considero que a Escrevivência pode estruturar as Pedagogias Decolonias partindo das narrativas dos estudantes e das professoras e professores. Muitas vezes, na escola, as histórias de vida de personalidades, geralmente brancas, são abordadas por diferentes disciplinas. Contudo, ao longo de nossas trajetórias escolares não registramos nossas histórias e as dos nossos.

Esse processo pode começar a partir do contato com obras de Literatura Negra, o que proporciona a identificação e abre a janela de possibilidades para os registros. Há uma grande variedade de produções, de gêneros variados: romances, quadrinhos, poemas e outros. O contato com as obras é importante para subsidiar as produções.

A história pessoal pode ser o ponto de partida. Imagens e objetos funcionam como auxiliares das memórias. Além disso, pessoas da convivência podem ser ouvidas para preencher possíveis lacunas e enriquecer as narrativas. É importante mapear onde nas histórias pessoais aparecem os traços de ancestralidade coletiva, que informam a trajetória da população negra.

A história das famílias também é uma questão cara para os afro-brasileiros. Separadas após a travessia do Atlântico, como um projeto para impedir a mobilização, historicamente foram representadas como desestruturadas e mereceram pouca atenção da historiografia. O registro da história familiar, que também se articula com as histórias dos territórios, pode ser uma importante conexão transdisciplinar. Essas narrativas se articulam com os contextos históricos macro e contribuem para a percepção de que não só a história oficial é válida, pois o povo pode registrar suas histórias para melhor compreender o presente e pensar o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura Negra compreende as obras produzidas por autoras e autores negros, muitas vezes focando-se em temas que se relacionam diretamente com a experiência da diáspora africana, tanto no continente quanto em outros lugares do mundo. Ela é vital para a compreensão completa da experiência humana, e seu papel na sociedade não pode ser subestimado. Essa literatura é fundamental por várias razões.

Em primeiro lugar, é um meio de insurgência e afirmação da identidade negra. Tendo uma história marcada por séculos de escravidão, que resultou em segregação e aprofundamento das desigualdades, a Literatura Negra oferece uma contra-narrativa à opressão racial. Autoras e autores negros inauguram lugares para desafiar a marginalização, afirmando sua humanidade e dignidade. Ela dá voz a uma comunidade silenciada e proporciona um espaço para a tecitura de histórias outras.

Em segundo lugar, a Literatura Negra preserva a memória e possibilita a manutenção da cultura negra. Enquanto a colonialidade e processos como a globalização causam o apagamento, a Literatura contribui para manter tradições. Além disso, contribui para que a riqueza de experiências e conhecimentos possa se expressar através da arte, ou seja, expande os limites da Literatura, introduzindo novas formas de expressão, estilos e gêneros. Prova disso são os numerosos prêmios literários, destacando o valor artístico e cultural das obras.

Desse modo, a Literatura Negra é imprescindível para as Pedagogias Decoloniais porque ela é também um instrumento de mudança social. Muitas autoras e autores utilizam suas obras para chamar a atenção para a realidade da discriminação racial, dentre outras.

Isso é possível porque essa Literatura apresenta especificidades em sua forma e conteúdo. Sua história está intimamente ligada à experiência de opressão racial. Não constitui um projeto pessoal, ou a demonstração de uma genialidade gratuita. Ela representa múltiplas vozes e um projeto político de resistência e autoafirmação. Suas raízes são a experiência colonial/decolonial e a luta contra as opressões.

O foco frequentemente gira em torno da experiência da diáspora africana, abordando o escravismo, a segregação, as desigualdades, a identidade negra, resistências e a luta por direitos. Porém, também engloba uma variedade de temas, que vão desde questões de gênero e sexualidade até histórias de amor, amizade, triunfo e autodescoberta. Isso é evidente na diversidade de obras de autores e autoras como Eliana Alves Cruz, Miriam Alves, Kiusam de Oliveira, Jarid Arraes, Cuti, Lima Barreto e muitos outros. Tal riqueza é garantida também pela intersecção de diferentes identidades dentro da autoria, como gênero, classe, orientação sexual, religião, nacionalidade, etc. Isso cria uma Literatura vibrante e única que desafia as narrativas únicas e homogêneas.

De forma semelhante, as Pedagogias Decoloniais desconstróem os legados do colonialismo na educação. Elas envolvem a desconstrução das hierarquias de conhecimento que privilegiam as perspectivas eurocêntricas e a valorização das formas de conhecimento produzidas por grupos marginalizados. Nesse contexto, a Literatura Negra tem um papel crucial a desempenhar porque ao representar a experiência negra em sua complexidade e diversidade, ajuda a combater estereótipos e preconceitos. Muitas vezes, a imagem que a sociedade tem da população negra é moldada pelo racismo. A Literatura Negra, ao oferecer retratos multifacetados e autênticos de pessoas negras, pode ajudar a combater esses estereótipos.

Outra contribuição importante da Literatura Negra para as Pedagogias Decoloniais é a forma como ela pode estimular o pensamento crítico. Ao apresentar perspectivas alternativas e desafiar as narrativas dominantes, a literatura negra pode estimular os leitores a questionar suas próprias crenças e preconceitos, e a refletir sobre questões de justiça social, desigualdade e poder. Essa capacidade de fomentar o pensamento crítico é fundamental para a tarefa decolonial de desafiar as estruturas de poder existentes.

Além disso, a Literatura Negra pode ser vista como uma forma de conhecimento em si. Ela é uma fonte rica sobre a experiência e a história negras, e as formas pelas quais o racismo e a desigualdade racial têm afetado as vidas das pessoas negras. Como tal, ela tem um valor inestimável para a educação, tanto como recurso didático quanto como objeto de estudo.

Em suma, a Literatura Negra tem várias contribuições importantes a fazer para as Pedagogias Decoloniais. Ela pode ajudar a desconstruir hierarquias de conhecimento, combater estereótipos, fomentar o pensamento crítico e servir como uma fonte de conhecimento. Ao fazer tudo isso, ela pode desempenhar um papel vital na tarefa de descolonizar a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luis de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.8, n.1, p. 229-236, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106> Acesso em: 16 abr. 2021.

ATWOOD, Margaret Eleanor. **O conto da aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

AZEVEDO, Aluizio. **O Cortiço**. São Paulo: Ática, 1997.

BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas Athenas: Acervo África, 2013.

_____. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. 2013, n.11, pp.89-117.

BARRAGÁN, Alba Margarita Aguinaga; LANG, Mirian; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: textos seletos de Homi Bhabha**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BORGES, Rosane. **Escrevivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES,

Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2022.

BRANDÃO, Ana Paula (coord.). **Saberes e fazeres, v.3: modos de interagir – A cor da cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

BUTLER, Octavia Estelle. **Kindred: laços de sangue**. São Paulo: Morro Branco, 2017.

_____. **A parábola do semeador**. São Paulo: Morro Branco, 2018.

_____. **A parábola dos talentos**. São Paulo: Morro Branco, 2019.

CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2016.

CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO-GOMÉZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, Instituto Pensar, Universidad Javeriana, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CUNHA, Antonio Geraldo da; CAMBRAIA, César Nardelli; MEGALE, Heitor. **A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear**. [S.l: s.n.], 1999.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XX**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

_____. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DALCASTAGNÈ, Regina; EBLE, Laeticia Jensen (orgs.). **Literatura e Exclusão**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

EVARISTO, Conceição. **A Escrivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

_____. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

_____. **Olhos D'Água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

_____. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

_____. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

_____. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

_____. **Canção para ninar menino grande**. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

_____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

_____. **Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira**. Revista Palmares. Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005.

_____. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. SCRIPTA. Belo Horizonte, v.13, n.25, p.17-31, 2º sem.2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FELISBERTO, Fernanda. **Escrevivência como rota de escrita acadêmica**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDEZ, Raffaella. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literatura negra: os sentidos e as ramificações**. LITERAFRO – www.lettras.ufmg.br/literafro.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Revista Sociedade e Estado, volume 31, número 1, janeiro/abril 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio e Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, ano 3, 2º semestre, 1995.

_____. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras : nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro : Pallas : Criola ; [San Francisco, Calif.] : Global Exchange, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.

_____. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

_____. **Casa de Alvenaria volume 1: Osasco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

_____. **Casa de Alvenaria volume 2: Santana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JÚNIOR, Henrique Cunha. **O Etíope: uma escrita africana**. Educação Gráfica, 2011.

_____. **Geometria, geometrização e arte afro-islâmica**. Revista Teias, volume 14, número 34, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LARROSA, Jorge. Literatura, experiência e formação. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACHADO, Arlindo. **O Quarto Iconoclasmo e outros ensaios hereges**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIHY, José Carlos; LEVINE, Robert M. **Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos; org. Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETO, João Colares da Mota. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Educação e militância decolonial**. Rio de Janeiro: Editora Selo Novo, 2018.

_____. **O que é uma educação decolonial? Descolonizar a educação**. Revista Nuevamérica, Rio de Janeiro, n.149, p.35-39, 2016.

_____. **Pedagogias decoloniais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Selo Novo, 2021.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

PALERMO, Zulma. **Para una pedagogía decolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. In: DALCASTAGNÈ, Regina; EBLE, Laetitia Jensen (orgs.). **Literatura e Exclusão**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral – Contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PIRES, Thula. Direitos humanos e América Latina: por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. LASA Forum– Dossier: **El pensamiento de Lélia Gonzalez, un legado, un horizonte**. Pittsburgh, v. 50, n. 3, p. 69–73, jun./set. 2019.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Movimento por um Brasil Literário**. 2009. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/manifesto-brasil-literario>>

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

REYES, Alejandro. **Vozes dos porões: a literatura periférica/marginal do Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos.** Entrevista concedida a Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Eerseeu Abramo, 2000.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. O feminismo negro como um *lugar* de pertença e aprendizado. In: MAGALHÃES, Livia (org.). **Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017.

SANTOS, Sales Augusto. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas.** Tese de Doutorado, 2007. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000).** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

SILVA, Rodrigo Torquato da. **Escola-favela e Favela-escola: “Esse menino não tem jeito!”** Rio de Janeiro: DP et Alit, 2012.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERONELLI, Gabriela. **Sobre a colonialidade da linguagem.** Revista X, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Abya Yala, 2013.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo II. Quito, Ecuador: Abya Yala, 2017.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.